

Universidade Federal do Rio de Janeiro

A FUNCIONALIDADE DOS *EXEMPLA* NAS *CATILINÁRIAS*.

Bruna da Silva Tavares

Maior/2014

A FUNCIONALIDADE DOS *EXEMPLA* NAS *CATILINÁRIAS*.

Bruna da Silva Tavares

Dissertação de Mestrado submetida ao programa de Pós-graduação em Letras Clássicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras Clássicas.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alice da Silva Cunha.

Rio de Janeiro

Mai de 2014

A funcionalidade dos *exempla* nas *Catilinárias*

Bruna da Silva Tavares

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alice da Silva Cunha

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Letras Clássicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras Clássicas.

Aprovada por:

---

Presidente, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alice da Silva Cunha – UFRJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Arlete José Mota – UFRJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Regina de Faria da Silva – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Thereza Basílio Vieira – UFRJ, Suplente

---

Prof. Dr. Francisco de Assis Florêncio – UERJ, Suplente

Rio de Janeiro

Maio de 2014

Tavares, Bruna da Silva.

A funcionalidade dos *exempla* nas *Catilinárias* / Bruna da Silva

Tavares. - Rio de Janeiro: UFRJ/ FL, 2014.

x, 88f.: 29,7 cm.

Orientadora: Alice da Silva Cunha.

Dissertação (mestrado) – UFRJ/FL/Programa de Pós-graduação em Letras Clássicas, 2014.

Referências Bibliográficas: f. 84-88.

1. *Catilinárias* 2. *Exempla* 3. *Valores morais* I. Cunha, Alice da Silva.

II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, FL, Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas. III. Título.

## RESUMO

A funcionalidade dos *exempla* nas *Catilinárias*

Bruna da Silva Tavares

Orientadora: Professora Doutora Alice da Silva Cunha

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras Clássicas.

Os discursos que integram as *Catilinárias* de Cícero representam excelentes fontes de estudo e possibilitam uma profunda reflexão sobre o período republicano de Roma. Analisamos, a partir de alguns fragmentos da obra a funcionalidade dos *exempla* que se referem a fatos da história romana, comparando-os ao contexto da conjuração de Catilina. O presente trabalho tem por objetivo demonstrar a importância dos *exempla* retóricos como elementos persuasivos, considerando os valores morais romanos.

Palavras-chave: *Catilinárias*, *exempla*, valores morais.

## ABSTRACT

The functionality of *exempla* at the *Catilinárias*

Bruna da Silva Tavares

Orientadora: Professora Doutora Alice da Silva Cunha

*Abstract* da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à Obtenção do título de Mestre em Letras Clássicas.

The discourses that integrate the orations of Cicero represent excellent sources of study and enable deep reflection on the republican period of Rome. We analyze, from a few fragments of the work the functionality of *exempla* that refer to facts of Roman history, comparing them to the context of the Catiline conspiracy. The present work aims to demonstrate the importance of rhetorical *exempla* as persuasive elements, considering the Romans moral values.

**Kew-words:** *Catilinarias, exempla, moral values.*

## DEDICATÓRIA

A Deus, autor da vida, e a Virgem Maria, sem os quais, nada disso seria possível.

Aos meus pais, Manoel Rodrigues Tavares Junior e Maria de Lourdes da Silva Tavares, meus primeiros exemplos de vida, por me ajudarem e confiarem em mim.

Ao meu irmão, Bruno César da Silva Tavares, pela parceria de todas as horas.

Aos meus sobrinhos, Ingrid de S.V. Tavares e Breno de S.V. Tavares, pelos momentos de carinho e de aflição.

Ao meu noivo, Alexandre, pelo amor, carinho, respeito e compreensão, nos momentos de ausência, em prol da minha formação.

Ao corpo docente de Pós-graduação em Letras Clássicas da UFRJ especialmente aos professores: Ana Thereza, Arlete Mota, Anderson Esteves Auto Lyra e Tânia Martins.

A todos os mestres de latim que colaboraram à minha formação acadêmica (UFRJ e UERJ).

Meu eterno agradecimento à minha orientadora a prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Alice da Silva Cunha, pela incansável colaboração e pelo auxílio à conclusão deste trabalho.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por me conceder a vida e me dar sabedoria e perseverança.

Aos meus amados pais, Manoel e Maria de Lourdes, e ao meu irmão Bruno César, pelo incentivo constante e por compreender a minha ausência em tantos momentos.

Ao meu amado Alexandre, pela compreensão, pelo amor e pelo carinho.

Às queridas professoras Dr<sup>a</sup> Cecília Albuquerque e Dr<sup>a</sup> Vanda Falseth, pela presteza e boa vontade de sempre.

À minha orientadora, a professora Dr<sup>a</sup> Alice da Silva Cunha, que contribuiu de forma direta e indireta para a realização deste trabalho acadêmico, pela paciência e pelo auxílio.

Às minhas queridas amigas Aline Chagas, Jeane Alves e Vivian Salema, pela amizade e incentivo em muitos momentos difíceis.

Aos colegas do corpo discente de Pós-graduação em Letras Clássicas da UFRJ.

Enfim, a todos aqueles que colaboraram para a realização deste trabalho.

### *In memoriam:*

Ao admirável primo Luiz Cláudio Tavares Peixoto e

Ao meu querido padrinho, Roberto Manoel da Silva, meu agradecimento ad aeternitatem.



Viver na ignorância do que aconteceu antes de nascermos é ficar para sempre na infância. Pois qual é o valor da vida humana se não a relacionarmos com os eventos do passado que a História guardou para nós?.

(Cícero)

*Historia uero testis temporum, lux ueritatis, uita memoriae, magistra uitae, nuntia uetustatis.*

(Cícero, *De Oratore*, II, 9, 36).

A História é a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mestra da vida, a mensageira da antiguidade.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. VIDA E OBRA DE CÍCERO .....	12
3. RETÓRICA.....	19
3.1 Os três gêneros de discurso.....	22
3.2 O orador.....	24
3.3 As provas.....	26
4. OS <i>EXEMPLA</i> : ALGUMAS CONSIDERAÇÕES .....	29
5. A FUNÇÃO DOS <i>EXEMPLA</i> NAS <i>CATILINÁRIAS</i> .....	35
5.1 <i>Oratio prima</i> .....	35
5.2 <i>Oratio secunda</i> .....	50
5.3 <i>Oratio tertia</i> .....	59
5.4 <i>Oratio quarta</i> .....	69
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	84

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta uma análise dos *exempla*, de natureza histórica, encontrados nas *Catilinárias (In Catilinam orationes quattuor)* de Cícero, que, à luz da retórica clássica, são empregados como provas discursivas. Na construção de sua obra, o orador apoia-se em fatos passados para fundamentar suas argumentações com o objetivo de levar o senado e o povo a aderir a sua causa.

Esta obra, composta por quatro discursos, sendo dois dirigidos ao senado e dois destinados ao povo, trata da conjuração de Catilina numa época, cujas crises internas desde há muito assolavam o cenário romano e fragilizavam a república, devido às disputas políticas entre *optimates* e populares. De teor deliberativo, os discursos foram escritos durante o consulado de Cícero e explicitam a preocupação do cônsul com o futuro da cidade, com o bem-estar dos cidadãos e com a salvação da pátria.

Este trabalho faz uma abordagem acerca da vida e da obra de Cícero e, ainda, traz algumas considerações, com base na retórica aristotélica, sobre os gêneros de discursos, sobre a figura do orador e sobre as provas discursivas, relevantes à composição dos discursos. Procuramos, neste trabalho, considerar também os aspectos literários, históricos e estilísticos para aprofundar nossa análise.

Dentre as leituras feitas para nosso trabalho, ressaltamos as obras de Aristóteles, Lausberg e Reboul, no que se refere à retórica; os livros de Giordani, Le Goff, Rostovtzeff etc., no que concerne às questões históricas e a obra de Maria Helena da Rocha Pereira, no que trata dos valores morais da cultura clássica. Já a obra de John Marincola e o artigo de Karlheinz Stierle dizem respeito à questão moral, relacionando-a às questões históricas. E, por fim, utilizamos como suporte para as análises aqui expostas o texto latino editado pela Les Belles Lettres.

## 2. VIDA E OBRA DE CÍCERO

Cícero nasceu em Arpino, cidade da Itália, em 3 de janeiro do ano de 106 a. C. De origem equestre rica, ainda criança foi enviado por seu pai a Roma para estudar. Desde muito cedo, o jovem despertava a admiração de todos por sua inteligência e aplicação aos estudos, fato que viria confirmar o seu ditoso futuro. Apesar de o pai não ter seguido a carreira pública, teve muitos amigos influentes por ter sido cavaleiro romano. Nesse sentido, foi um grande incentivador da carreira do filho.

O autor escreveu inúmeras obras ao longo de sua vida e se destacou especialmente nos textos voltados à retórica, à política e à filosofia. Ao analisar suas obras, observamos a influência de algumas orientações e escolas tais como: a asiática, a aticista e a ródica, além de pessoas ilustres que foram fundamentais à construção e à solidificação de sua carreira.

Aos 16 anos assumiu a toga viril. Aos 17 anos, participou da Guerra Social. Posteriormente, frequentou a casa do jurisconsulto Múcio Cévola, preparando-se para a vida pública. Esta época marca o início de sua dedicação à filosofia e à poesia.

Quando tinha 18 anos, teve contato com Filón de Larisa, chefe da Academia Nova de Atenas que, naquela época, visitava Roma e Cícero sentiu grande admiração por ele. Esse filósofo partia da premissa que, antes de se formar uma opinião própria, era necessário olhar as partes do debate, uma vez que estava convencido de que nada era conhecido como certo. Filón, na verdade, lamentava o dogmatismo e considerava que todas as conclusões eram provisórias. Posteriormente, Cícero vai a Atenas para aperfeiçoar seus estudos e adere aos princípios filosóficos dessa Academia.

Entrou na vida forense aos 25 anos ao proferir o discurso *Pro Quinctio* (81 a. C.). Aos 26 anos, tornou-se o maior orador de Roma ao defender e ganhar a causa de Sexto Róscio Amerino, acusado de parricídio, cuja história compõe a obra intitulada de *Pro Sextio Roscio Amerino* (80 a.C).

Depois disso, viajou durante três anos pela Grécia e pela Ásia Menor para expandir sua cultura e cuidar de sua saúde. Sua estada em Atenas, especialmente, em Rodes, permitiu-lhe aprender a eloquência com Apolónio Mólón e outros mestres. Ao voltar para Roma, o arpinate casou-se com Terência e, posteriormente com ela, teve dois filhos (Terência e Marco). Foi eleito questor no ano de 75 a.C. e, em seguida, enviado para Sicília.

No ano de 69, foi eleito curul e nesse período escreveu as seguintes obras: *Pro*

*Fonteio* (Em defesa de M. Fonteio, acusado de fraude ligadas às questões do Estado) e o *Pro Caecina*.

Em 66, como pretor urbano, escreveu *De imperio Cn. Pompei*, mais tarde intitulada de *Pro lege Manilia*, considerado como o primeiro discurso político pronunciado por Cícero diante do povo. Nessa obra, o orador defende a aprovação de uma lei, proposta pelo tribuno C. Manilio, em apoio a Pompeu, atribuindo ao general o comando da guerra contra Mitridates, rei do Ponto, e o poder sobre as províncias da Ásia Menor.

Em 63 a. C., tornou-se cônsul, ocupando, assim, o mais alto cargo da república romana; nesse mesmo ano, descobriu a conspiração de Catilina. O movimento de repressão desta trama contribuiu para que muitos se tornassem inimigos de Cícero, tendo em vista que Catilina conquistou para si muitos cúmplices. Esse período foi relativamente produtivo, pois o autor teria escrito ainda as seguintes obras: *De lege agraria*, *Pro Murena*, *Pro C. Rabirio* e *In Catilinam orationes quatuor* (*Catilinárias*).

Dentre os discursos citados, merece uma explanação o último, por representar o *corpus* de nossa pesquisa. A obra *Catilinárias* apresenta quatro discursos de Cícero, sendo dois direcionados ao povo e dois ao senado, contra Lúcio Sérgio Catilina (108- 62 a.C.). Catilina exerceu alguns cargos políticos tais como: a questura (77 a.C.), pretura (68 a.C.), e o governado na província da África (67 – 66a.C.) mas, ao ver-se incapacitado para se candidatar ao consulado (65 a.C.), por causa das concussões praticadas naquela província, concebeu o plano de assassinar os cônsules eleitos, mas razões imprevistas malograram seu intuito. Ilibado da acusação, candidatou-se ao consulado, nos anos de 64 e 63 a.C., tendo sido vencido em ambas, e, na última, por Cícero. A obra, de um modo geral, revela e evidencia o movimento de insurreição, chefiado por Catilina, cuja conduta se mostrava desenfreada e audaciosa pelo poder. Os discursos circunscrevem um período deturpado em Roma, marcado por muitos conflitos de ordem interna, e já sinalizam para a degradação dos tempos e dos costumes, todavia, a atitude do orador se revela vigorosa na intenção de resgatar o *mos maiorum* dos tempos de outrora da república.

No ano de 55 a. C., escreveu a obra *De oratore*, cujo objetivo foi expor a ideia de que o orador perfeito devia ser íntegro e, por isso, propunha um esquema de educação sem precedentes (Clausen y Kenney: s/d, 263). Dessa forma, o autor demonstra sua preocupação também em seus escritos com a educação, pautada na moral e nos costumes, contribuindo para o ensinamento de seus concidadãos.

Sobre a educação de Cícero e de sua época, Balsdon nos aponta o seguinte panorama:

(...) Pela leitura do relato de Cícero sobre sua educação, ficamos impressionados com a sua variedade e com a combinação do teórico e do prático; um estudo exaustivo de filosofia suplementado pela sua educação literária e retórica, sua frequência constante no fórum e a observação dos principais praticantes da época asseguraram a direção do seu treinamento para finalidades práticas (1968: 202).

A citação nos possibilita ver o quanto o jovem arpinate soube aproveitar os conhecimentos adquiridos desde muito jovem, além de deixar patente como ele conseguiu transpor suas aprendizagens teóricas, relacionando-as muito bem à prática.

No ano 51 a.C., Cícero foi para Cilícia como procônsul devido à *lex Pompeia* - esta lei previa que os cônsules deveriam esperar cinco anos para assumirem o proconsulado - e, ao voltar um ano depois a Roma, observou que era iminente uma luta civil entre Pompeu e César. Buscou uma conciliação entre os envolvidos na guerra, mas seu empenho foi em vão. Por um bom tempo permaneceu neutro e hesitante até que decidiu apoiar Pompeu. A escolha do arpinate foi equivocada, já que Pompeu e seu exército foram derrotados em 48 a. C, na região da Farsália. Desde então, Cícero passou a ter uma vida angustiada e resolveu contar com a generosidade do vencedor.

Em 46 a. C., escreveu três tratados de retórica: *Orator*, cujo objetivo era associar os três objetivos da oratória (emocionar, agradar e convencer) aos três estilos (o grande, o médio e o simples) até então reconhecidos pela crítica helenística; *De optimo genere oratorum* e *Brutus* (obra que abrange elementos notáveis da autobiografia e da historiografia romana). E os seguintes discursos: *Pro Marcelo* (em agradecimento a César por permitir o retorno do pompeano Marco Claudio Marcelo do exílio) e *Pro Ligario* (apelo de Cícero a César em prol do pompeano exilado, acusado de traição, Quinto Ligário).

Em fevereiro de 45 a. C., Cícero perdeu sua filha Tullia e, diante tamanho sofrimento, ele buscou refúgio, dedicando-se aos trabalhos filosóficas. Por isso, alguns autores costumam dizer que ele foi também um intelectual diante da política e ainda: "*Nous dirions plutôt: un orateur, qui pensait que l'on pouvait gouverner la Cité par la persuasion de la parole; et un idéaliste, que privilégia, sa vie durant, les tentatives d'harmonie politique et de concorde*"<sup>1</sup> (Zehnacker et Fredouille, 2005: 69). Destacam-se, nesse ano, as seguintes produções: o

---

<sup>1</sup> Nós diríamos antes: um orador, que pensava que se podia governar a cidade pela persuasão da palavra; e um idealista, que privilegia durante toda sua vida as tentativas de harmonia política e de concórdia.

discurso *Pro rege Deiotaro* e as obras filosóficas *Academica*, *De finibus bonorum et malorum libri V*, *Tusculanae disputationes* e *De natura deorum libri III*.

Em 44 a. C., Bruto e seus cúmplices assassinaram César, por suspeitar que ele almejava a realeza. Então, Cícero, entusiasmado e cheio de esperanças, retornou à atividade pública. Aliou-se a Otávio e escreveu as *Filípicas* (*In M. Antonium Philippicarum libri XIV*). Nesta obra, composta por catorze discursos, o arpinate combate os excessos de Marco Antônio que, depois da morte de César, ainda se firmava como republicano e, posteriormente, tentou implantar a ditadura. Esta empreitada de Cícero inculcou no futuro triúviro um ódio desenfreado.

Esse fato foi o seu derradeiro erro político, posto que Marco Antônio e Otávio firmaram nova aliança e, quando se formou o segundo triunvirato (Marco Antônio, Otávio e Lépido), Cícero viu que seu nome estava na lista dos proscritos. Tentou fugir da Itália, mas foi capturado e morto pelos soldados de Marco Antônio no ano de 43 a.C..

A morte trágica de Cícero, aos 63 anos de idade, marcou sua vida de heroísmo, voltada aos seus ideais republicanos, deixando à posteridade grandes obras literárias. Para tanto, sabe-se que Cícero deixou uma vastíssima quantidade de obras tais como: tratados filosóficos, tratados de retórica, correspondências, obras poéticas e discursos. Assim, Paratore alude ao fim trágico de Cícero:

Um fragmento de Lívio, conservado por Sêneca-o-Velho, contém uma narração dramática da morte de Cícero e um juízo equânime da sua figura política e moral: << M. Cícero, na iminência da chegada dos triúnviros, afastou-se de Roma, tendo por certo - como na realidade era - não poder escapar à vingança de Antônio, ainda mais do que Cássio e Bruto poderem escapar à de César (Octaviano). Primeiro, refugiou-se na sua casa de campo de Túsculo, dali dirigiu-se, por caminhos secundários e transversais, para a de Fórmias, com a intenção de embarcar em Gaeta. Mas, depois de várias vezes ter dali navegado para o alto mar, como ora os ventos contrários o impeliam de novo para a praia, ora o perturbava gravemente o fragor do barco batido pelas vagas, apoderou-se dele o desgosto da fuga e da própria vida: tendo regressado à casa de campo que, lá de cima, olha para o mar e dele dista pouco mais de uma milha, exclamou: 'Morrerei na pátria que tantas vezes salvei!' É mais que sabido os escravos estavam dispostos a baterem-lhe denodada e fielmente por ele, mas ele ordenou-lhes que pusessem no chão a liteira e que tolerassem, sem revolta, aquilo que a sorte adversa impunha. (...) Viveu sessenta e três anos, de tal maneira que, se se tivesse extinguido por esgotamento natural, nem sequer poderíamos julgar prematura a sua morte; o seu talento foi fecundo em obras que lhe alcançaram a fama adequada; gozou, longo

tempo, de próspera fortuna e, atingido de vez em quando, apesar da longa duração da sua fortuna, por graves golpes: o exílio, o desabamento do partido a que se agregara, a morte da filha, e um fim tão doloroso e atroz, não soube suportar nenhuma destas adversidades, com exceção da morte; e esta, em quem sabia ponderar bem as coisas, terá suscitado menor indignação, porque ele não tivera que sofrer da parte do inimigo vencedor nada de mais cruel do que aquilo que ele próprio teria sido capaz de fazer, se tivesse podido alcançar o mesmo êxito. Mas, se quisermos contrabalançar os defeitos com as virtudes, temos que reconhecer que foi homem magnânimo, digno de eterna memória, e tal que, para celebrar os seus méritos, seria necessária a eloquência de um outro Cícero>>" (1987: 238-239).

Verifica-se que Cícero, graças a seu amplo conhecimento e a sua instrução, dedicou-se a vários gêneros literários. Inicialmente, enveredou pela poesia, quando jovem sob a orientação do poeta grego Árquias, seu promissor cliente no discurso *Pro Archia* (62 a. C), mas, para seu futuro, estava resguardada a eloquência (Gonçalves, s/d: 10).

Nota-se ainda que ele empenhou-se por algum tempo na composição de obras poéticas, sem, contudo, ter se dedicado profundamente a elas. Para Kenney y Clausen : "*El verso de Cicerón está lleno de aliteración y asonancia, un rasgo heredado de la poesía romana arcaica que Virgilio y sus sucesores iban a reservar a propósitos especiales*" (s/d: 278).

É louvável constatar na poesia que o arpinate, tomado pela influência dos helenistas, ao escrever poemas em versos e temas variados, buscou latinizar as palavras gregas, dado o seu sentimento patriótico. Os trabalhos poéticos que chegaram até nós, ainda que fragmentados, são: *Halcyones*, *Pontius Glaucus*, *Uxorius*, *Nilus* (sugestiva semelhança aos dos neotéricos); *De Nostro Consulatu* e *De Meis Temporibus* (poemas épicos) e a tradução de *Phaenomena*, de Arato, obra que versava sobre os elementos meteorológicos - temática muito apreciada pelos alexandrinos e romanos por acreditarem que suas vidas fossem regidas pelos astros.

Cabem considerações acerca do gênero epistolar. O autor utilizou-se também das cartas como forma de expressão literária. Consoante Kenney y Clausen (*idem*: 280), Cícero: "*Estableció tres clases de cartas, la seria, la informativa y la familiar (familiaris et iocosum)*"<sup>3</sup>. Já alguns estudiosos costumam dividi-las em quatro grupos: *Ad Atticum* (dezesesseis livros de cartas escritas a Tito P. Ático, amigo de Cícero, com quem costumava

<sup>2</sup> O verso de Cícero é cheio de aliteração e assonância, uma característica hereditária que a poesia romana arcaica de Virgílio e de seus sucessores deveriam reservar para fins especiais.

<sup>3</sup> Estabeleceu três tipos de cartas: séria, informativa e familiar.



compartilhar os anseios); *Ad Brutum* (dois livros - correspondências trocadas com Marco J. Bruto); *Ad Quintum fratrem* (três livros - cartas destinadas ao irmão mais novo e *Ad Familiares* (dezesesseis livros - escritas a amigos e familiares).

As cartas nos possibilitaram ver o outro lado de Cícero, consoante Paratore:

E, afinal, aquilo que se descobre nas cartas é um dos aspectos mais humanos e mais vivos de Cícero. Que ele deponha o tom *optimus uir*, de guarda de toda a sã norma do viver civil, e se nos mostre nas fraquezas, nas suas angústias, nas suas ânsias, nas suas teimosias, nas suas antipatias, nas suas malícias, homem entre os homens, é uma integração felicíssima e simpática da sua figura poliédrica (1987: 198).

Deve-se ainda ressaltar as obras de Cícero que contemplam os tratados filosóficos e os diálogos. Como se sabe, a filosofia de Cícero era basicamente pautada na cultura e na educação do povo romano. Isto implica dizer que seus trabalhos filosóficos foram arraigados de um ecletismo tácito, visto que, ao longo de sua vida, recebeu a influência de vários filósofos gregos: Zenão, Posidônio e Panécio (estoicismo), Epicuro (epicurismo), Platão e discípulos (acadêmica), Aristóteles (peripatético), entre outros.

Portanto, os trabalhos de Cícero esboçam a influência de várias filosofias e apontam que elas serviram apenas de estudo complementar, fundamental à eloquência. Fica evidente em seus trabalhos uma filosofia que primava por sua promoção pessoal e política, e seu caráter destemido à pátria. Eis algumas obras desta empreitada: *De Republica*, *De Legibus*, *Cato Maior* ou *De Senectude*, *De Diuinatione libri II*, *De Fato*, *Laelius* ou *De amicitia*, *De officiis libri III*, *Hortensius* e *De Consolatione*.

Compôs ainda tratados de retórica, obras de cunho teórico. Nesses, Cícero imprimiu seu inquestionável conhecimento das técnicas, detentor de uma oratória e eloquência excepcionais. Podemos destacar, dentre outras já citadas, as obras desta grandeza: *De inuentione* ou *Rhetorici libri II*; *De oratore libri III*; *Partitiones oratoriae*; *Topica*.

Finalmente, é plausível mencionar a *Rhetorica ad Herennium* que, apesar de ser atribuída a Cícero, para muitos estudiosos, a obra pode ter sido erroneamente vinculada a ele. Nossa pesquisa considera o estudo ciceroniano, assim, apropriamo-nos de seus métodos e conteúdos referentes à retórica, cuja citação a seguir nos faz um convite: “(...) *Et eo studiosius hoc negotium suscepimus, quod te non sine causa uelle cognoscere rhetoricam intellegebamus: enim in se parum fructus habet copia dicendi et commoditas orationis, si*

*recta intellegentia et defnita animi moderatione gubernetur*”<sup>4</sup> (Cícero, 2005: 52-53). Dessa forma, nota-se que o arpinate vivenciou um período conturbado na história romana e, apesar disso, deixou para nós uma vasta produção literária, cuja investigação nos motiva até os dias de hoje.

---

<sup>4</sup> E com maior dedicação, assumimos esse encargo, porque sabíamos que, não sem razão, gostarias de conhecer a retórica. Com efeito, não são poucos os frutos da variedade de dizer e da comodidade do discurso, se dirigidas por reta inteligência e moderação precisa do ânimo.

### 3. A RETÓRICA

Convém salientar que este estudo, ainda que de forma sucinta, expõe uma análise da retórica clássica, fundamentada em Aristóteles. Consequentemente é necessário compreender não só o conceito de retórica, mas também como está organizada e para que serve. Para isso, cotejamos outros autores que, apesar de seguirem a perspectiva aristotélica, trazem primorosas contribuições.

Tomamos como ponto de partida a *Arte Retórica*, do filósofo grego Aristóteles, cujos fundamentos serviram de referência para muitos autores clássicos na elaboração de seus discursos. Como exemplo, pode-se mencionar Cícero que se espelhou nela para a construção de suas obras. Dentre estas, podemos destacar: *De officiis*, *Orator*, *De orator*, *Brutus*, livros que contêm ensinamentos relevantes sobre a retórica.

Sabemos que o estudo da retórica é muito anterior a Aristóteles, entretanto, é por meio dele que o ensino desta disciplina ganha dimensões, chegando a influenciar vários autores, inclusive os latinos. Foi também em função dos conhecimentos implícitos a esta arte que muitos se prepararam para a vida pública, conquistaram notoriedade e deixaram seus nomes na história de Roma.

Começamos então pelo conceito essencial, extraído da *Arte Retórica*, de Aristóteles, a fim de percebermos em que consiste a retórica:

(...) é a faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar persuasão. Nenhuma outra arte possui esta função, porque as demais artes têm, sobre o objeto que lhes é próprio, a possibilidade de instruir e de persuadir; por exemplo, a Medicina, sobre o que interessa à saúde e à doença, a Geometria, sobre as variações das grandezas, a Aritmética, sobre o número; e o mesmo acontece com as outras artes e ciências. Mas a Retórica parece ser capaz de, por assim dizer, no concernente a uma dada questão, descobrir o que é próprio para persuadir. Por isso, dizemos que ela não aplica suas regras a um gênero próprio e determinado (s/d: 33).

Fica evidente observar a singularidade da retórica, quando a comparamos a outras artes. Diferentemente das demais ciências que possuem um foco de análise, a retórica reúne todos os recursos próprios à obtenção de um fim e apresenta uma forma peculiar de conduzir à persuasão, logo entendemos que estabelece uma técnica, perpassando as várias áreas de conhecimento.

Neste sentido, compreendemos porque o ensino de retórica foi amplamente difundido na antiguidade e ainda hoje contempla um campo de interesses nos diversos ramos de saber. Assim, ela pretende, de certa forma, apresentar uma reflexão sobre a linguagem que não quer

excluir do discurso a intenção e as ações imprevisíveis do seres humanos.

A partir do exposto, detectamos certa dificuldade em estabelecer um único conceito sobre a retórica, uma vez que foram muitos os estudiosos que se dedicaram a esta matéria. Quintiliano, por exemplo, na *Institutio Oratoria*, 2.15.1-38<sup>5</sup>, apresenta quatro definições da retórica clássica sobre a sua natureza: a primeira é atribuída a Córax, Tísias, Górgias e Platão, como a geradora de persuasão; a segunda, de Aristóteles, parece ser capaz de descobrir os meios de persuasão relativos a um dado assunto; a terceira, associada a Hermágoras, é a faculdade de falar bem no que concerne aos assuntos públicos e, a quarta, do próprio Quintiliano, na visão dos retóricos estoicos, é a ciência de bem falar.

Na busca de uma maior clareza sobre o conceito da arte em questão, encontramos respaldo na obra *Elementos de retórica literária*, de Lausberg, conforme se verifica:

Como retórica em sentido lato, entende-se a arte do discurso em geral que é exercida por qualquer indivíduo activamente participante na vida de uma sociedade; como retórica em sentido restrito (retórica escolar), deve compreender-se a arte do discurso partidário (exercida especialmente diante dos tribunais), a qual, desde o séc. V a. C. constituiu o objecto de ensino. A retórica é um sistema mais ou menos bem elaborado de formas de pensamento e de linguagem, as quais podem servir à finalidade de quem discursa para se obter, em determinada situação, o efeito que se pretende (1993: 75).

Na perspectiva lausbergiana, encontramos para além do conceito de retórica uma distinção entre o seu uso, de um lado, utilizada por qualquer indivíduo e, do outro, restrita ao espaço escolar.

Por meio dessas conceituações, constatamos basicamente que a retórica compreende um sistema, dotado de formas, que visa a organizar o discurso de modo a se obter aquilo que se deseja provar. Isto posto, verificamos que ela possibilita a criação e a elaboração de discursos com fins persuasivos.

Para se obter a finalidade pretendida com o discurso, o orador deverá organizar as partes e os elementos úteis à sustentação de uma ideia inicial e, por meio de argumentos, conduzirá ao verossímil.

Tendo por base que a retórica é sistêmica, apresentamos a seguir as partes do discurso para mostrar como o texto pode ser organizado. Utilizamos como suporte bibliográfico outros autores como Martin e Gaillard, Reboul e Lausberg que, apesar de seguirem a perspectiva

<sup>5</sup> Cf. ARISTÓTELES. Retórica. Lisboa: Imprensa Nacional: 2005, p.22.

aristotélica, trazem sínteses muito oportunas à pesquisa.

Dessa forma, o corpo do discurso pode ser dividido basicamente conforme nos mostram Martin e Gaillard (1990) em: *exordium* ou *proemium* (contempla a introdução), *narratio* (expõe uma causa), *confirmatio* (estabelece os argumentos), *peroratio* (encerra um raciocínio). Passemos resumidamente a observar as peculiaridades de cada parte:

O *exordium* apresenta a introdução do discurso e prepara o ouvinte para o tema que será abordado. Compreende dois momentos: a *captatio benevolentiae* que tem como objetivo seduzir e ganhar a confiança do ouvinte e a *partitio* que exhibe basicamente o conteúdo, a organização e o plano que serão desenvolvidos no discurso.

A *narratio* consiste em uma narração dos fatos e funciona como um preâmbulo para a argumentação. Uma boa *narratio* deve ser objetiva, clara, breve e, principalmente, crível. Na *narratio*, encontramos a *propositio* que apresenta a tese essencial, sustentada no discurso.

A *confirmatio* volta-se à tese essencial. Depois da argumentação, há uma nova exposição do ponto de vista original, mas, nesse momento, com maior carga afetiva. Em contrapartida, há também a *confutatio* que trata da refutação dos argumentos adversários, ou seja, caracteriza-se por reunir ideias contrárias entre si.

A *peroratio* é o desfecho do discurso em que se resume ou se enfatiza o que já foi exposto, ou se anuncia alguma conclusão. Pode ser dividida em: amplificação (ênfase em um determinado aspecto); paixão (despertar piedade ou indignação) e recapitulação (resumir a argumentação). Ela é considerada a alma da retórica, como relata Reboul (1998), por unir afetividade à argumentação.

Grosso modo, estas quatro partes essenciais da retórica nos remetem ao que atualmente entendemos por introdução, desenvolvimento e conclusão. Isto é, para tratarmos de um determinado assunto, precisamos construir um texto, pensando em uma temática e nos desdobramentos oriundos a partir de uma ideia inicial, vinculada a outras ideias de modo que tenhamos um discurso coerente e coeso, conduzindo a uma finalidade.

Além das partes já explicitadas, é necessário acrescentar outros elementos da arte oratória, imprescindíveis às partes constituintes do discurso. Seguindo ainda as sínteses de Martin e Gaillard, Reboul e Lausberg, temos então a *inuentio* (a parte do discurso em que o orador busca os argumentos e os meios persuasivos que irá usar); a *dispositio* (a ordenação dos argumentos); a *elocutio* (a escrita do discurso, dependendo do estilo), a *actio* (a proferição do discurso) e a *memoria* (a memória em si). A seguir, expomos o desdobramento de cada um

desses cinco atos:

A *inuentio* descobre o gênero, inventa as ideias e encontra os argumentos que sustentarão o discurso. Nesta parte, são levados em conta os três tipos de argumentos próprios de persuadir: o *etos*, o *pathos* e o *logos*.

A *dispositio* constrói um plano, distribui as ideias e os argumentos ao longo do discurso, de forma apropriada e eficaz. Nela, concentra-se o esboço do discurso (exórdio, narração, confirmação e peroração).

A *elocutio* redige as ideias já determinadas e distribuídas. É preciso levar em consideração: o assunto, o auditório e o orador, acerca dos estilos e dos objetivos, respectivamente, os latinos diferenciam-nos em: *grave* (nobre)/*mouere* (comover), *tenue* (simples)/*docere* (explicar) e *medium* (ameno)/*delectare* (agradar). Portanto, o estilo eficaz é aquele que se ajusta ao assunto, logo o orador profícuo escolhe o estilo conveniente a seu assunto. Nesta parte, encontramos também as figuras de retórica<sup>6</sup>.

A *actio* ou *pronuntiatio* executa propriamente o discurso. A ação configura uma forma decisiva, uma vez que é por meio dela que se atinge o público.

A *memoria* recorre à memória. Segundo Reboul (1998: 44): "Na época romana, à ação será acrescentada a memória", esta então pode ser incluída na *actio*. De acordo com Cícero (2005) "a *memoria* é a firme apreensão, no ânimo, das coisas, das palavras e da disposição". Por haver certa divergência acerca do lugar da memória, preferimos, conforme nos atesta Martin e Gaillard (1990), considerá-la como um quinto elemento.

Finalmente, estabelecemos sucintamente as partes e as ações que devem permear a construção do discurso. De certa forma, apresentamos as tarefas (*erga*) básicas que devem ser desenvolvidas pelo orador. Do contrário, corre-se o risco de produzir um discurso desordenado ou mesmo vazio de sentido, caso uma das partes expostas deixe de ser contemplada.

### 3.1 Os três gêneros de discursos

Após a exposição das partes do discurso, apresentamos os tipos de discursos, resgatando não só os pressupostos de Aristóteles, mas também as sínteses sobre a retórica clássica, encontradas nas obras de Martin e Gaillard, Reboul e Lausberg.

---

<sup>6</sup> Cf. REBOUL, O. *Introdução à Retórica*. São Paulo: Martins Fontes. 1998.

Embora a retórica não seja considerada um gênero, propriamente dito, ela arrola os três gêneros de discursos oratórios, dependendo de cada finalidade, e são divididos em: judiciário, demonstrativo ou epidíctico e também o deliberativo ou político. Sobre esse último será dado maior ênfase, por ser o tipo de discurso contemplado em nosso trabalho. Deve-se levar ainda em consideração que o discurso exige: a pessoa que fala, o assunto de que se fala e a pessoa a quem se fala. Este último remete-se ao ouvinte (auditório), isto é, a quem interessará o fim do discurso.

Seguindo a perspectiva pedagógica aristotélica, cabe ao discurso judiciário ter como auditório os juízes. O tempo peculiar a este gênero é o pretérito, uma vez que as situações apoiam-se nas ações passadas. Os atos envolvidos estão relacionados a acusar ou a defender, sabendo que uma ou outra irá prevalecer. Os valores atravessam as noções do justo ou do injusto. Quanto ao tipo de argumentação encontramos o entimema.

Em síntese, vemos o que Lausberg aborda sobre esse gênero:

O discurso judiciário tem, como caso paradigmático, o discurso de um advogado no dia do tribunal, especialmente no processo penal. A situação é caracterizada pela apreciação jurídica, que deve ser executada de acordo com o direito e a qual é ditada, no acto processual, pelo juiz, árbitro da situação (1993: 83).

O demonstrativo ou epidíctico tem como auditório o espectador. O tempo contemplado neste discurso é o presente. Os atos privilegiados apontam para duas situações: elogiar ou censurar. Os valores elucidados passam pelo ato nobre ou vil. O argumento escolhido pauta-se na amplificação. Consoante Lausberg (*idem*: 84): "O discurso epidíctico tem como caso paradigmático o discurso festivo, em honra de uma pessoa que deve ser celebrada (e, portanto, louvada), pronunciado por um orador, para isso mesmo contratado". Por este motivo, vemos na história da literatura latina muitas obras de cunho encomiástico, isto é, pessoas ilustres que pagavam para terem seus nomes e seus atos imortalizados na história.

Já o gênero político ou deliberativo tem como auditório a assembleia. Remete ao tempo futuro porque implica projetos e decisões. Aconselhar e desaconselhar constituem os atos deste discurso. Esse gênero de discurso trabalha com o valor de útil ou de nocivo e a forma de argumentação se contrói pelo *exemplum* (indutivo).

Recorremos novamente a Lausberg, a fim de apresentar uma conceituação simples e precisa acerca desse discurso:

O discurso deliberativo tem, como caso paradigmático, o discurso do representante de um partido político diante da assembleia popular. A situação é caracterizada pela escolha que vai ser decidida, nesse acto processual, de acordo com o direito, pela assembleia do povo, árbitro da situação, escolha que se faz entre várias possibilidades respeitantes a futuras acções políticas (p. ex., no que diz respeito a uma declaração de guerra contra um estado vizinho) (*ibidem*: 83- 84).

Esse gênero de discurso contempla nosso *corpus* do trabalho (*Catilinárias*) e, apesar do conceito ser abrangente, traz uma reflexão interessante quanto aos ouvintes dos quatro discursos elaborados por Cícero contra Catilina, já que o primeiro e o quarto discursos são destinados ao senado, e o segundo e terceiro, ao povo, dada a dimensão do problema em questão, Cícero desejava obter a adesão de todos a sua causa.

Após a delimitação dos gêneros de discursos, percebemos que o orador deve escolher o gênero; pensar no contexto da problemática; atingir o auditório e agrupar os argumentos, objetivando o êxito em favor da cidade e, para isso, a argumentação deve suscitar um caráter singular, perpassando do racional ao afetivo.

### 3.2 O orador

É o orador, por excelência, aquele que faz jus e uso de toda estrutura estabelecida pela retórica. Sua formação, seu caráter e sua atuação política também podem interferir na grandeza ou não do discurso. Com relação à tarefa do orador, Cícero (2005: 55) relata que: "O ofício do orador é poder discorrer sobre as coisas que o costume e as leis instituíram para o uso civil, mantendo o assentimento dos ouvintes até onde for possível".

Nesta percepção, os costumes e as leis simbolizam os aspectos mais significativos quanto à elaboração do discurso. Ou seja, tanto os hábitos como as leis devem prevalecer e servir de base para a construção do discurso e conduzir o ouvinte àquilo que se deseja alcançar, desde que não transgridam os preceitos.

Portanto, a utilização dos argumentos selecionados pelo autor, pautados em um discurso persuasivo e incisivo faz toda diferença naquilo que ele pretende atingir. Por isso, leva-nos a acreditar que não há um discurso neutro, isto é, existe uma intenção e uma ideologia subjacentes ao orador.



Dessa forma, percebemos o quanto a figura do orador comporta singular importância, sobretudo, acerca do caráter moral que lhe é atribuído diante do povo e das esferas de onde emanam o poder (senado). Na obra *De officiis*, de Cícero, há uma pertinente ponderação sobre as obrigações impostas pelo meio social e isto se dirige também aos oradores:

Nenhum setor da vida, nem pública, nem privada, seja em negócio de alçada jurídica, seja de caráter doméstico, quer tratando de assunto individual, quer de contrato bilateral, nada se exime das obrigações ou deveres. Aliás, no cultivo deles, configura-se a inteira honestidade da vida, ao passo que a preterição de seus valores acarreta torpeza (s/d: 32).

O excerto revela que a conduta humana é norteada por deveres em qualquer situação, sobretudo, a *honestas* (honra, honestidade, virtude, decoro). E o sentido de dever, por sua vez aborda dois campos: um, abrangendo o bem em si (abstrato) e outro, referendando a prática (concreto). Para tanto, cada ato denota em si o valor ético. Assim, o dever está relacionado ao princípio ético-moral, porque se detém aos atos da vida.

Tal consideração possibilita-nos pensar sobre a ética e a retórica. Sabe-se que a ética é uma palavra de origem grega, derivada de *etos*, referindo-se aos costumes e aos hábitos dos indivíduos. Em latim, é transcrita pelas formas *mos* (sing.) ou *mores* (pl.), o que remonta à etimologia da palavra moral.

Dentre as possíveis definições de ética, notamos que esta compreende uma parte da filosofia, mas é pertinente também a outras áreas. Em síntese, a ética versa sobre a compreensão dos princípios que pautam as bases da moralidade social e da vida individual. Ademais, a ética baseia-se em uma reflexão sobre o valor das ações sociais, tanto na esfera do coletivo quanto na do indivíduo.

Correlacionando a palavra ética com o termo *ethos*, notamos que este último é contemplado na retórica, principalmente, no que diz respeito à questão argumentativa. Conforme Reboul (1998), os três tipos de argumentos: *ethos*, *pathos* e *logos*, configuram uma grande tarefa ao orador, após a escolha do gênero de discurso a ser empregado. Justamente porque esses três elementos unem o racional e o afetivo.

Dessa forma, o *ethos* expõe o caráter moral do orador, a fim de ganhar a confiança do auditório. Está relacionado então a um termo moral “ético” acerca da conduta que o orador deve parecer ter. Em suma, remete ao ditado romano: “Não basta à mulher de César ser honesta; sobretudo tem que parecer honesta”, do contrário, implicará uma situação

constrangedora ou mesma fadada ao fracasso.

O *pathos* representa o conjunto de sentimentos e emoções suscitados pelo orador para comover o auditório, isto é, a quem ele deseja alcançar por meio do discurso. Neste, o orador sai do caráter moral e passa ao psicológico. É por isso que Aristóteles dedica boa parte da *Arte Retórica*, no livro II, para tratar dos apelos psicológicos, passando pela cólera, temor, confiança etc.

Para adentrar no *logos*, Reboul (*idem*: 49) relata que: “Se o etos diz respeito ao orador e o patos ao auditório, o logos (Aristóteles não emprega esse termo que utilizamos para simplificar) diz respeito à argumentação propriamente dita do discurso”.

Sendo assim, a retórica, em síntese, deve ser entendida como a arte de articular o discurso, objetivando um determinado fim. Um fim que, ora pode apontar para algo bom, ora para algo mal, dependendo exclusivamente das escolhas e da atuação do orador.

Se, de um lado, a ética busca julgar os valores morais como certos ou errados, indubitavelmente, ela visa ao caminho do justo, do leal e do correto. A retórica, por sua vez, pretende elucidar as situações pela força da argumentação, podendo apontar também para aspectos bons ou maus. E diante de uma determinada situação, o argumento retórico pode conduzir a um fator negativo, reforçando o caráter de maldade, de forma proposital, a fim de enfatizá-lo.

Há então um ponto de convergência entre ética e retórica, tendo em vista que ambos podem apontar à questão da moral. Assim, é necessário ter atenção àquilo que se pretende alcançar. Nesse contexto, constatamos que o orador se apropria da retórica e de seus recursos, passando inclusive pela ética, para valorizar e dar credibilidade ao seu discurso.

### 3.3 As provas

Partindo a uma análise mais aprimorada acerca dos argumentos empregados nos discursos, ainda pela perspectiva aristotélica, contamos também com as contribuições de Martin e Gaillard, Reboul, Lausberg e do próprio Cícero, através de suas obras, contendo verdadeiros tratados de retórica.

Observamos, em Aristóteles, que aquele que deseja convencer o auditório (ouvinte) precisa escolher o melhor método. Este, por sua vez, para dar consistência à argumentação precisa se sustentar por meio de provas. Destarte, as provas podem ser denominadas

basicamente de independentes e dependentes da arte. A saber, as provas independentes da arte são aquelas evidentes, como os testemunhos e as confissões. Já as provas dependentes da arte são aquelas suscitadas pelo método e pelos meios utilizados pelo orador, como os *exempla* e os entimemas. Para outros estudiosos, essas provas são chamadas respectivamente de extrínsecas e intrínsecas ou ainda de naturais e artificiais.

Na *Arte Retórica*, Aristóteles (s/d: 33) estabelece que: "Entre as provas fornecidas pelo discurso, distinguem-se em três espécies: umas residem no caráter moral do orador; outras, nas disposições que se criaram no ouvinte; outras, no próprio discurso, pelo que ele demonstra ou parece demonstrar". Sendo assim, essas três dimensões sintetizam em quem ou em que situação as provas incidirão, e é justamente através delas que a persuasão se constitui. As provas entendidas como recursos retóricos, portanto, dependentes da arte (técnicos), são estabelecidos pelo entimema (dedução) e pelo *exemplum* (indução).

Na obra os *Tópicos*, Aristóteles faz uma profunda reflexão e um verdadeiro tratado sobre as várias formas de se raciocinar. Voltando-se ao próprio discurso, vemos que o entimema é uma forma de silogismo ou de argumentação em que uma das premissas ou um dos argumentos (*topoi*- lugares)<sup>7</sup> fica subentendido.

Os entimemas, na *Arte Retórica*, estão divididos em duas espécies: os demonstrativos e os refutativos. Os primeiros indicam algo que é ou não é; já os outros, os contrários. Em síntese, os demonstrativos apontam para a conclusão oriunda de uma premissa com a qual se está de acordo ou não; já os refutativos conduzem à conclusão daquela em que se está em desacordo. Embora existam muitas formas de *topoi* do entimema, o tipo de argumento obtido pelos contrários é o preferido, por isso muitos retóricos depois de Aristóteles consideram ser a única característica do entimema.

Entre os entimemas, os refutatórios são mais apreciados que os demonstrativos, porque o entimema refutatório reúne em forma condensada os contrários, e, quando postas em paralelo, as coisas aparecem mais claras ao ouvinte. Aliás, de todos os entimemas, tanto refutatórios como demonstrativos, os de maior efeito são aqueles cuja condição é prevista pelo ouvinte, desde o princípio; com a condição de não serem superficiais, - porque o ouvinte sente-se satisfeito ao mesmo tempo, por pressentir o que se vai seguir. Podemos

---

<sup>7</sup> Reboul (1998) sintetiza a complexidade dos termos *topoi*, sobretudo, na sua tradução por lugar/argumento. Indica que há três sentidos em nível de tecnicidade: o mais antigo e simples aponta o lugar como o argumento pronto que pode ser colocado em determinado momento do discurso (argumento-tipo); em sentido mais técnico é o lugar do tipo do argumento, como um esquema, podendo conter vários conteúdos (lugares-comuns) e, por último, em sentido mais técnico, aquele encontrado nos *Tópicos*, o lugar não está expresso nos dois casos já citados, mas indica a situação que permite encontrar argumentos e contra-argumentos.

ajuntar todos os entimemas que o ouvinte segue com tão pouca demora que os compreende à medida que vão sendo enunciados (s/d: 158).

Dessa forma, vemos que devido à concisão, o entimema torna-se um facilitador da expressão do pensamento e pode encerrar uma demonstração ou uma refutação. Por isso, verificamos a preferência de certos autores como Quintiliano e retóricos latinos que analisaram o entimema, pautando-se em afirmações sustentadas ou em argumentações construídas por oposições lógicas.

Já o *exemplum*, de forma bem resumida, pode ser inventado pelo orador ou pode partir de fatos passados para concluir os futuros, por isso, é indutivo. Este tipo de prova será objeto de nossa reflexão no próximo capítulo.

Finalmente, vemos, como a retórica, na sua forma mais clássica, analisa os elementos constitutivos, promovendo a persuasão. Por isso, o caráter e a pessoa do orador, o apelo emotivo ao auditório e o discurso propriamente dito configuram peças importantíssimas à construção dos textos.

#### 4. OS *EXEMPLA*: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Uma vez estabelecida a estrutura do discurso, a atenção dada ao conteúdo nele inserido e a figura do orador, adentramos no foco teórico de nosso trabalho, a fim de esclarecer especialmente a utilização e a recorrência dos *exempla* retóricos nas *Catilinárias*.

Voltamos a Aristóteles para elucidar o conceito de *exemplum*. Posteriormente, fundamentamos nosso estudo em outros autores que seguem o pensamento aristotélico como o próprio Cícero, por meio de algumas de suas obras dedicadas à retórica, além de Lausberg e outros. E sobre a influência da história relacionada aos *exempla*, recorremos a autores como Stierle, Marincola, Le Goff entre outros.

Buscamos em Aristóteles um primeiro conceito sobre o *exemplum*, cuja função é servir de prova comum aos gêneros de discursos:

(...) Ora o exemplo não está na relação da parte para o todo, nem do todo para a parte, nem do todo para o todo, mas sim na relação da parte para a parte, do semelhante para o semelhante. Quando duas proposições estão compreendidas no mesmo gênero e uma é mais conhecida que outra, temos um exemplo (s/d: 36).

De um modo geral, a citação nos revela como o *exemplum* deve ser compreendido dentro do discurso, já que sua aplicação sinaliza para uma relação de semelhança entre as partes, quando há duas situações postas em um mesmo contexto, e uma, sendo mais reconhecida, servirá de apoio para explicar a outra. Esse conceito inicial nos sugere que esse recurso, enquanto prova discursiva, deve ser empregado em uma determinada situação na intenção de conduzir à reflexão.

Aristóteles ainda nos apresenta duas possibilidades utilizadas como provas comuns, todavia, já nos evidencia que o *exemplum* deve ser empregado para fins persuasivos, conforme se verifica:

Há duas espécies de provas comuns: o exemplo e o entimema (...). Tratemos primeiro do exemplo, visto o exemplo assemelhar-se à indução e a indução ser um princípio de raciocínio. Há duas espécies de exemplo: a primeira, que consiste em referir fatos anteriores, a segunda, que consiste em invenções feitas pelo orador (s/d: 143).

Constatamos que o *exemplum* configura uma das provas de singular importância

porque seu uso remete a reflexões individuais e coletivas, reatualizando situações sociopolíticas. Sendo assim, vemos que o orador, com a finalidade de traçar um raciocínio e aprofundá-lo, além de sua criatividade, pode resgatar a história romana para explicar o contexto discursivo.

Interessa-nos a espécie de prova denominada *exemplum* por se tratar de um elemento de caráter indutivo que faz uma aproximação dos fatos para abordar uma dada situação. Desse modo, é possível estabelecer analogias, resgatando os feitos do passado no momento presente da narrativa, a fim de expor as situações e prever, de certa forma, os efeitos.

Seguindo os indícios conceituais sobre o *exemplum*, na obra *Rhetorica ad Herennium*, atribuída a Cícero, destacamos que:

*Exemplum est alicuius facti aut dicti praeteriti cum certi auctoris nomine propositio. Id sumitur isdem de causis, quibus similitudo. Rem ornatiorem facit, cum nullius rei nisi dignitatis causa sumitur; apertioem, cum id, quod sit obscurius, magis dilucidum reddit; probabiliorem, cum magis ueri similem facit; ante oculos ponit, cum exprimit omnia perspicue, ut res prope dicam manu temptari possit*<sup>8</sup> (2005: 296).

A partir do excerto, verificamos que o *exemplum* ganha um *status* de maior relevância quando se leva em conta a confiança, isto é, a pessoa e o valor do autor. Cabe então retomar o peso que o discurso tem, mediante a hombridade de quem o escreve e o profere. Esta explanação possibilita-nos pensar na aproximação que há entre o discurso oratório e o discurso histórico, sobremaneira, quando lembramo-nos das obras do próprio Cícero (*De oratore*, *Orator*), voltadas às qualidades e às condutas que o orador deve ter.

Em se tratando do *exemplum*, Lausberg (1972) dá-nos a seguinte conceituação: "(...) é um domínio mais finito do símile e consiste num facto fixado historicamente (ou mitologicamente ou literariamente) o qual é posto em comparação com o pensamento propriamente dito". Novamente percebemos o *exemplum*, utilizado para estabelecer uma comparação entre as questões resgatadas do passado e as do presente, buscando pontos de aproximação.

Remetendo ao passado, Stierle também dá-nos outra conceituação muito eficaz e em

---

<sup>8</sup> O exemplo é o relato de algo feito ou dito no passado com a segurança do nome do autor. É usado pelos mesmos motivos que usamos a similitude. Torna as coisas mais ornadas quando é empregado apenas em razão da dignidade; mais claras, quando ilumina aquilo que parecia obscuro; mais prováveis, quando as faz mais verossímeis; coloca-as diante dos olhos, quando expressa tudo de modo tão perspicuo que eu diria ser quase possível tocar com a mão.

consonância com o que queremos expor:

(...) Ce que l'exemple implique, c'est le principe moral. Ce dans quoi il s'explique, son *médium*, c'est histoire. L'exemple est en même temps une forme d'expansion et une forme de réduction: expansion par rapport à la sentence qui le fonda, réduction par rapport à une histoire dans laquelle on découpe et on isole ce dont l'action verbale de l'exemple a besoin pour se concrétiser. Cependant, il ne saurait y avoir de doute sur la direction dans laquelle le texte se constitue. La règle d'unité du tout, que se détache du tout plus vaste d'une histoire en devenant autonome, doit être cherchée dans la 'fin' de l'exemple, c'est-à-dire dans le principe moral<sup>9</sup> (1972: 182).

Vemos que a história é relevante quando inserida na construção do discurso, através do *exemplum*, uma vez que este recurso alude a uma lição ou a uma verdade que se pretende mostrar. Por isso, o orador, ao recorrer ao *exemplum*, parte de uma redução (recorte histórico) para alcançar uma expansão (finalidade), pautadas em uma fundamentação e uma analogia de teor moral.

Nesse momento, remetemo-nos aos aspectos da historiografia romana para percebermos como se fazem presentes as questões morais. Para isso, convém tecer algumas ponderações sobre a exemplaridade em relação à arte de escrever a história para o mundo antigo, sobretudo, para os romanos.

Tanto gregos como romanos costumavam escrever ou mesmo cantar seus feitos passados, de certa forma, na mesma proporção que produziam literatura. Inclusive talvez seja essa a dificuldade que temos de classificar uma dada obra pertencente a este ou aquele gênero, uma vez que podemos destacar em um mesmo texto elementos da história, da biografia, da autobiografia, entre outros.

Precisamos entender que a história para o mundo antigo representava um ramo da literatura, por isso, compreendemos a dificuldade supracitada. Sendo assim, o historiador era considerado também um literato; este, por sua vez, dotado de muitos saberes, utilizou a retórica e suas respectivas estruturas enquanto técnica para compor obras, como é o caso dos *exempla*, contemplando os aspectos morais.

---

<sup>9</sup> O que o exemplo implica é o princípio moral. Aquilo em que ele se explicita, seu meio, é a história. O exemplo é ao mesmo tempo uma forma de expansão e uma forma de redução: expansão em relação à sentença que o funda, redução em relação à história na qual se recorta e se isola o que a ação verbal do exemplo necessita para se concretizar. Entretanto, não se pode ter dúvida sobre a direção em que o texto se constitui. A regra de unidade do todo, que se depreende do todo mais vasto de uma história que se torna autônoma, deve ser procurada no 'fim' do exemplo, isto é, no princípio moral.

Rememorando as questões históricas, destacamos o seguinte excerto de Marincola (1997): "For Roman historians the important issues were always political and moral, not the accuracy of names and dates<sup>10</sup>". Dessa forma, depreendemos que o sentido moral atribuído aos relatos históricos dentro das obras, imbuídos pelas questões retóricas, são empregados com a intenção de tornar o discurso mais convincente.

De imediato, compreendemos as preferências dos historiadores romanos. E ainda nos implica apresentar conforme Marincola que:

For ancient historians, speeches were not only part of the narration, but also served as a method of analysis by which the motives of a character, a political faction, or an entire people could be made explicit. A modern historian delivers analytical judgments in his own voice, but ancient historians preferred the dramatic and rhetorical mask of a speech<sup>11</sup> (*idem*:189).

Observamos então que os historiadores antigos elaboravam o discurso com vista à própria história do povo. E para isso necessitamos aludir à memória, utilizada como elemento substancial ao resgate da história. Isto porque a memória remete diretamente às marcas culturais e, consoante Le Goff (1990), podemos entendê-la como: “um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades”.

Compreendemos que a noção obtida de comunidade ocorreu em tempos remotos desde que a vida em conjunto se mostrou essencial à sobrevivência. A partir do momento em que as culturas humanas foram sendo construídas, percebeu-se que a sobrevivência humana demandaria de situações cada vez mais complexas. Por isso, a coletividade tornou-se fundamental a partir da ação concreta de cada indivíduo, tendo em vista que essa união não exigiria somente a obtenção do alimento ou a proteção contra os inimigos. Era preciso também organizar esses grupos à luz de normas e de leis para o bem individual e coletivo.

Temos então estabelecida, ainda que de forma sucinta, a organização das sociedades humanas. Entretanto, para que essa estrutura social se consolidasse, seria preciso passar por algumas etapas, tais como: a afirmação da subjetividade, isto é, cada um necessitava

<sup>10</sup> Para historiadores romanos, as questões importantes foram sempre a política e a moral, não a precisão dos nomes e das datas.

<sup>11</sup> Para os historiadores antigos, discursos não eram apenas parte de uma narração, mas também serviam como método de análise pelos quais os motivos de uma personalidade, uma facção política ou um povo inteiro poderiam se explicitados. Um historiador moderno oferece juízos analíticos em sua própria expressão, mas os historiadores antigos preferiram a máscara de um discurso dramático e retórico.



reconhecer sua individualidade para reconhecer seus semelhantes e, por sua vez, pudessem se unir; Era preciso que o indivíduo também se sentisse inserido nessa cultura através dos ideais, das crenças, dos valores, das leis (...) que o cercava, ou seja, ele precisava se sentir parte integrante de um todo. Esses elementos se mostram cruciais para a obtenção da união social, já que a integração passa pelos reconhecimentos individuais e coletivos.

É nesse contexto que se tem a construção da história, preservada através da memória. A utilização da história atende a demanda de cada grupo social da forma que lhe convém e a ela são atribuídas muitas estratégias. Conseguimos averiguar que essas táticas são basicamente usadas para transmitir histórias, narrativas ou textos que servem para preservar a memória, propagando valores, conhecimentos, leis, crenças, entre outros, e ainda pode servir como ferramenta para a manutenção do poder.

Trazendo para os dias de hoje, os historiadores admitem ter a história três funções elementares, conforme nos sugere Marincola (1997): a cívica ou política, a intelectual e a moral.

A função cívica ou política apresenta aos jovens os acontecimentos passados que serviram de modelos políticos e sociais. Esta, por sua vez, pode abordar aspectos positivos e negativos, mas é de grande valia porque aponta diretamente para o ideal de construção da nação;

A função intelectual pode conduzir o leitor a caminhos inatingíveis devido à riqueza de experiências constatadas, oriundas de muita reflexão;

E especialmente a função moral é atribuída à história para evidenciar o caráter de moralidade, cujos exemplos morais são empregados para fixar condutas aprováveis ou mesmo reprováveis. Constatamos este raciocínio no seguinte excerto:

While many societies use religion to inculcate moral values, theological principles are usually regarded as overly abstract. Hence moral examples drawn from history are a more effective method of providing the young (and old) with heroes and villains. (...) Heroes in war and peace may exemplify patriotism, courage, loyalty, generosity, love of family, faith, and honesty – whatever personal virtues the society wishes to instill. A more sophisticated view of history may also teach the terrible costs of war, inflation, famine, civil disturbances, etc. This practical morality drawn from history can shape the behavior of future generations<sup>12</sup>(*idem*: 197).

<sup>12</sup> Embora muitas sociedades usem a religião para inculcar valores morais, princípios teológicos são geralmente considerados como excessivamente abstratos. Portanto, exemplos morais tirados da história constituem um método mais eficaz de suprir os jovens (e velhos) de heróis e vilões. (...) Heróis na guerra e na paz podem

A partir dessa visão da história, temos condições de relacionar os princípios morais como norteadores para um melhor convívio social. E, nessa perspectiva, ao evidenciamos simultaneamente condutas positivas e negativas nas relações humanas, reunimos argumentos contundentes para instruir, sendo profícuos para modificar toda uma futura geração. Portanto, esse raciocínio se vincula aos conceitos do *exemplum*, a partir do momento em que se pretende ver na relação da parte para a parte a condição de apontar comparações por semelhança e também por contraste, a fim de prever os fins.

---

exemplificar patriotismo, coragem, lealdade, generosidade, amor à família, fé e honestidade – quaisquer virtudes pessoais que a sociedade pretenda inculcar. Uma visão mais sofisticada de história também pode ensinar os terríveis custos da guerra, inflação, fome, distúrbios civis, etc. Essa prática moral da história pode moldar o comportamento das futuras gerações.

## 5. A FUNÇÃO DOS *EXEMPLA* NAS *CATILINÁRIAS*

É oportuno mencionar a importância dos *exempla* na construção dos discursos ciceronianos, tendo como parâmetro as considerações já mencionadas anteriormente com relação a seu emprego. Cícero, de forma enfática, acusa Catilina de conspiração e se utiliza dos *exempla* para fundamentar sua argumentação e, assim, induzir o povo e o senado a apoiar a sua causa.

### 5.1. *Oratio prima*

Composta por quatro discursos, a obra de Cícero, *Catilinárias*, foi escrita durante o seu próprio consulado, revelando, assim, em seu contexto, um período de crise política, desencadeada pela oposição e centrada na figura de Catilina. Foi então, no dia 8 de novembro do ano 63 a.C, que Cícero convocou o senado e pronunciou seu primeiro discurso, no qual o orador denuncia a conspiração que se tramava em Roma contra a república, com o objetivo de alertar o senado e buscar uma solução para a crise que já se instalara.

Nesse sentido, o orador evidencia desde o início do seu discurso a necessidade de uma punição exemplar para Catilina por causa de suas ações criminosas contra a ordem pública. Assim, no exórdio *ex abrupto*, o texto se inicia, em tom patético, com as perguntas: "*Quo usque tandem abutere, Catilina, patientia nostra? quandiu etiam furor iste tuus nos eludet? quem ad finem sese effrenata iactabit audacia?*"(I, 1)<sup>13</sup>. Estas interrogativas de natureza retórica demonstram o perigo que Catilina representa para a república, por seu caráter audacioso e aviltante, desconhecendo qualquer limite que se imponha em prol de uma boa convivência, além de acentuar uma preocupação com a premência do tempo.

Cícero, ao prosseguir o seu discurso, mais uma vez levanta questões: "*Nihilne te nocturnum praesidium Palati, nihil urbis uigiliae, nihil timor populi, nihil concursus bonorum omnium, nihil hic munitissimus habendi senatus locus, nihil horum ora uoltusque mouerunt?*"(I, 1)<sup>14</sup>. Neste trecho, o orador retrata o propósito de Catilina, cujas ações têm como objetivo a destruição de Roma e a aniquilação da república, uma vez que nada é capaz

<sup>13</sup> Enfim, Catilina, até quando abusarás da nossa paciência? Por quanto tempo ainda esse teu furor nos enganará? Até que ponto se lançará a tua audácia desenfreada?

<sup>14</sup> Por acaso nem a guarda noturna do Palatino, nem as sentinelas da cidade, nem o temor do povo, nem o encontro de todos os bons, nem este lugar seguríssimo de o senado se reunir, nem as palavras e o rosto deste te moveram?

de detê-lo em sua luta desenfreada. Dessa forma, o caráter do conspirador é manifesto através de uma gradação que enfatiza o seu desprezo para com a sociedade como um todo, incluindo o próprio senado.

Na sequência do discurso, o orador faz uso de outras perguntas retóricas, por meio das quais intensifica o fato de que nada mais pode ocultar os atos criminosos de Catilina: "*Patere tua consilia nos sentis? constrictam iam horum omnium scientia teneri coniurationem tuam non uides? Quid proxima, quid superiore nocte egeris, ubi fueris, quos conuocaueris, quid consili ceperis, quem nostrum ignorare arbitraris?*"(I, 1)<sup>15</sup>. Essas perguntas retóricas revelam que o cônsul tem pleno conhecimento da situação, não apenas no que diz respeito a Catilina, chefe da conjuração, mas também a todos os comparsas dessa ação criminosa.

Após denunciar a conjuração de Catilina, ele segue seu discurso, enfatizando o contraste existente entre o respeito conferido aos valores morais no tempo passado, e sua desvalorização no presente, conforme se constata no seguinte excerto: "*O tempora! O mores! Senatus haec intellegit, consul uidet; hic tamen uiuit. Viuit? Immo uero etiam in senatum uenit, fit publici consili particeps, notat et designat oculis ad caedem unumquemque nostrum*"(I, 2)<sup>16</sup>. Neste fragmento, o orador se refere à pena de morte a que deveria ser submetido o conspirador, dada a gravidade de sua ação, nefasta para a república. Além disso, revela atitudes diferentes no modo de agir no tempo passado, confrontando essas ações com as do tempo presente, em que se enfatiza, sobretudo, a postura do senado.

E ainda na sequência: "*Nos autem, fortes uiri, satis facere rei publicae uidemur; si istius furorem ac tela uitamus. Ad mortem te, Catilina, duci iussu consulis iam pridem oportebat, in te conferri pestem, quam tu in nos omnis iam diu machinaris*"(I, 2)<sup>17</sup>. O orador alerta para a premência de se tomar uma atitude enérgica por parte das autoridades contra Catilina, impedindo-o de realizar os seus planos, e deixa mesmo patente que a pena de morte seria uma decisão, desde há muito, justa.

Embora essas perguntas retóricas e possíveis respostas não configurem os *exempla* propriamente ditos, elas nos mostram fortes indícios acerca da opinião do orador quanto à

---

<sup>15</sup> Não percebes que teus planos estão expostos? Não vês que a tua conjuração já é conhecida de todos estes? Julgas que algum de nós ignora o que fizeste na última noite, o que fizeste na noite anterior, onde estiveste, quem convocaste, que deliberação tomaste?

<sup>16</sup> Ó tempos! Ó costumes! O senado compreende estas coisas, o cônsul as vê e este ainda vive. Vive? E, na verdade, ainda vem ao senado, torna-se participante da deliberação pública, marca e designa com os olhos a cada um de nós para a morte.

<sup>17</sup> Porém, nós, homens fortes, parecemos fazer bastante pela república se evitarmos o furor e as armas desse. Há muito era necessário, Catilina, que tu fosses conduzido à morte por ordem do cônsul; que a destruição que tu tramavas contra todos nós, fosse conferida contra ti.

condenação de Catilina. A partir desse ponto, Cícero chama atenção do senado para este momento crítico, através de um discurso, de teor deliberativo, contundente e crível, em que recorre com certa frequência aos *exempla*, de natureza histórica, com o objetivo de estabelecer um paralelo entre situações semelhantes, fundamentando seus argumentos com vista à adesão do senado para a sua causa. O orador utiliza em seus discursos os *exempla* como recurso retórico, conforme atesta o primeiro fragmento:

*An uero uir amplissimus, P. Scipio, pontifex maximus, Ti. Gracchum, mediocriter labefactantem statum reipublicae, priuatus interfecit; Catilinam orbem terrae caede atque incendiis uastare cupientem nos consules perferemus? Nam illa nimis antiqua praetereo, quod C. Seruilius Ahala Sp. Maelium, nouis rebus studentem, manu sua occidit. Fuit, fuit ista quondam in hac republica uirtus, ut uiri fortes acrioribus suppliciis ciuem perniciosum quam acerbissimum hostem coercerent. Habemus senatus consultum in te, Catilina, uehemens et graue; non deest rei publicae consilium neque auctoritas huius ordinis: nos, nos, dico aperte, consules desumus*<sup>18</sup> (I, 3).

O excerto que aparece no exórdio alude a fatos históricos romanos em que se ressaltam atitudes de personalidades de reconhecido prestígio da história romana. Na construção do discurso, o *exemplum* constitui um argumento forte, cuja função é refletir sobre o momento presente tendo como comparação situações semelhantes do passado.

Assim, na citação, há uma alusão a dois fatos históricos, vivenciados em períodos distintos, mas pertinentes ao contexto da conjuração. O orador relembra nomes e homens influentes no cenário romano que agiram por conta própria, enquanto dotados de poder, contra aqueles que ameaçavam ainda que minimamente a república. Cícero remete a fatos semelhantes, ao se dirigir ao senado, com objetivo de reforçar o seu propósito em defesa de sua causa.

Resgatando o contexto histórico do *exemplum*, apresentamos a seguir duas situações: de um lado, Cipião e Tibério Graco (séc. II); e mais adiante, do outro, C. Ahala e E. Mélio (séc. V). Sendo assim, Cícero parte de um fato histórico mais próximo à narrativa e de outro

---

<sup>18</sup> Com efeito, P. Cipião, homem ilustríssimo, pontífice máximo, ele próprio matou Tibério Graco que ameaçava fracamente a situação da república, e contudo, nós, cônsules, suportaremos Catilina que deseja devastar o orbe da terra com massacre e incêndios? De fato, eu silêncio acerca daqueles muito antigos, como, por exemplo, Caio Sevílio Ahala matou com a própria mão Espúrio Mélio que se dedicava a novos planos. Houve, houve, em um certo momento, nesta república essa virtude, que homens fortes corrigissem o cidadão pernicioso com suplícios mais rigorosos do que o inimigo mais cruel. Temos contra ti, ó Catilina, um decreto do senado veemente e grave: não falta à república o conselho nem a autoridade desta ordem; Nós, nós, cônsules, digo publicamente, faltamos.

mais distante, mas com características semelhantes, possibilitando a reflexão acerca dos mesmos.

Primeiramente, o orador destaca a figura de Cipião Emiliano (*Publius Cornelius Scipio Aemilianus Africanus Numantinus* / 185-129 a.C). Homem reconhecido por sua estirpe, *uir amplissimus*, que ficou conhecido como o *Africano Menor*, para diferenciá-lo do vencedor de Aníbal, o *Africano Maior*. Cipião assumiu vários cargos públicos, inclusive o de cônsul, mas investido no cargo de *pontifex maximus*, não hesitou em matar Tibério Graco que agiu de forma ilegal, burlando a lei para obter uma recandidatura política e assim se manter no poder.

Em seguida, o orador remete a Tibério Graco, no discurso, levando a uma comparação com a figura de Catilina. Tibério (*Tiberius Sempronius Gracchus* / 163-133 a.C.) liderou movimentos de reforma agrária, em Roma no século II a. C. Tribuno da plebe, eleito em 134 a.C., Tibério compreendeu que, para se opor à escravatura, ao urbanismo e à decadência militar, era necessário implantar uma reforma.

O programa de reforma se pautava em três propostas básicas: a primeira, nenhum cidadão podia possuir mais do que cento e vinte e cinco hectares do *ager publicus*; a segunda, todas as terras distribuídas ou alugadas pelo Estado deviam ser restituídas pelo mesmo preço, porém acrescidas de um eventual reembolso pelas melhorias comprovadas e, a última, as terras deveriam ser divididas e redistribuídas pelos cidadãos pobres, em lote de cinco ou seis hectares, com o compromisso de não vendê-las e de pagarem um reduzido imposto por elas.

As propostas até pareciam razoáveis, mas Tibério resolveu enaltecê-las demais. Após perder o apoio de seus colaboradores, decidiu recandidatar-se ao cargo de tribuno da plebe, fato que era ilícito naquela ocasião. Por essas razões, Tibério foi morto, entretanto, através do termo *mediocriter*, vemos que a ameaça não era tão grande, se comparada com o momento da conspiração levada a efeito por Catilina, mas Cipião, *priuatus*, agiu em favor da república. De forma semelhante, não seria possível que o senado suportasse Catilina que, *caede atque incendiis*, tramava contra a república.

Quanto à situação de Caio Servílio Ahala e Espúrio Mélio, no século V a.C., o orador rememora a figura C. Servílio Ahala, buscando outro parâmetro em relação à conjuração de Catilina. Embora tenhamos poucas informações sobre Ahala, sabemos que ele pertenceu a *gens Servilia* e foi *magister equitum* sob o comando de L. Q. Cincinato.

*Lucius Quinctius Cincinnatus* (519-430 a. C.) foi um dos mais ilustres homens do século V. Foi cônsul em 460 a.C e como ditador no ano de 458 a.C afastou o perigo dos

éguas que ameaçavam Roma. Cincinato, designado pelo senado ao cargo de ditador para derrotar os éguas, assumiu a ditadura por vinte e seis dias e, após vencê-los, renunciou ao cargo e voltou ao arado (campo). No ano de 439 a. C., Cincinato foi reconduzido ao cargo de ditador para conjurar as inovações legislativas, propostas por Espúrio Mélio que colocavam em risco os direitos dos patrícios.

*Spurius Maelius* (? - 439 a. C.) foi um proprietário de terras, rico, demagogo e ambicioso. Ele, para convencer as pessoas de sua liberalidade, por conta própria distribuiu trigo durante o período de fome, por esse motivo, foi acusado de almejar o poder absoluto. Então, Ahala, mestre da cavalaria, foi incumbido pelo ditador Cincinato de chamar Mélio para se justificar de suas ações diante do senado. No entanto, Mélio se negou a obedecer a essa ordem, por isso foi morto pela espada do cavaleiro.

O orador refere-se a Mélio, sugerindo uma comparação com Catilina. O primeiro era acusado de buscar novos meios para atingir o poder, já o conspirador tinha planos reconhecidamente funestos para a cidade e para os concidadãos. Nesse sentido, o orador procura induzir o senado a aderir à sua causa, ou seja, a condenação de Catilina. Em seu discurso, faz uso da anáfora do verbo *fuit* e do pronome *nos*. O termo verbal ressalta os tempos passados, em que se agia de forma mais enérgica, visando à solução imediata do problema, e o segundo termo chama atenção para figura do orador que admite a hipótese de que os cônsules teriam falhado, chegando mesmo a ponderar a sua culpa diante dos fatos, mas sem deixar de aludir à responsabilidade do senado nesse momento crítico para a república. O orador, ao utilizar os verbos *interfecit* e *occidit*, numa comparação com as ações realizadas no passado, sugere que estas seriam as medidas adequadas para punir Catilina e seus conjurados.

O orador utiliza-se de uma comparação por contraste, quando põe em evidência as ações de Cipião e Ahala ao agirem prontamente contra Tibério Graco e Mélio que constituíam uma ameaça à república, ao contrário do que se verifica na situação vigente com relação à conjuração de Catilina.

Cícero, como cônsul, enfatiza, pois, a importância de uma rápida ação contra a rebelião, no entanto, quer agir em consonância com a decisão do senado.

O resgate histórico expresso no *exemplum*, cujo fim nos ratifica Stierle (1972), remete aos princípios morais que norteavam a conduta em outras eras da república. Cícero mostra que Cipião e Ahala, homens destemidos, investidos da *uirtus*, atuaram prontamente para salvaguardar o povo e a pátria. O orador busca, num primeiro momento, os valores que

regiam o passado, contrapondo-os com os do presente.

Sendo assim, o *exemplum* aponta para a *uirtus* e a *auctoritas* do senado e dos cônsules, valores respeitados no passado. Enfatiza a perda de sentido dos valores morais nessa época e abre caminho para a reflexão induzida pelos argumentos contundentes, expressos pelo *exemplum*.

Etimologicamente *uirtus* advém do termo *uir*, *-ri* (homem, varão), logo alude primeiramente ao homem dotado de coragem, de decência e de boas qualidades. Numa perspectiva mais abrangente, dirige-se ao homem, cuja índole é correta e justa.

A *uirtus* encontra paralelo nos termos *andreia* (coragem, valentia) e *aretê* (excelência). *Andreia* refere-se a uma característica típica do varão corajoso, capaz de lutar e morrer pela pátria. Já a *aretê* está direcionada ao homem que executa com perfeição sua função. Esta última, além do plano físico, conduz diretamente ao aspecto espiritual, evidenciando a *uirtus* como a excelência moral. Nesse sentido, percebemos a *uirtus* como um ação firme e corajosa, própria de homens fortes e destemidos e, ao mesmo tempo, capazes de agir para salvaguardar a ordem e preservar a vida dos cidadãos.

E a *auctoritas* é uma virtude própria do homem, cuja opinião é reconhecida pela sociedade, portanto, capaz de tomar decisões. Este conceito é revestido de caráter político e moral, e está associado às ideias de *dignitas* e de *uirtus*. A *dignitas*, por sua vez, é atribuída aos homens de bem e comprometidos com a república. Esta refere-se aos homens que desempenhavam cargos de magistratura, sobretudo, os cônsules e os senadores. Outrossim, a *auctoritas* marca o âmbito político e está vinculada principalmente ao senado, exemplo mais elevado de autoridade no modelo republicano romano.

Em síntese, essas virtudes evidenciam a autoridade e o caráter dos homens revestidos pela magistratura do senado e dos cônsules. E nos faz pensar nas ações do tempo presente do discurso em relação às ações do tempo passado. Afinal, o senado dotado de poder deveria cumprir o senso de sua função social, construída através da experiência e das próprias ações positivas nos âmbitos: social, político e religioso, em prol de todos e pela república.

Dessa forma, o orador enobrece a autoridade do senado de outrora, cobrando uma pronta atuação do senado no presente. Além disso, ilustra sua própria atitude e sua imagem de cônsul, expondo que a ambição pelo poder é capaz de gerar uma instabilidade ao povo. Por isso, a ação dele é digna e se justifica, afinal ele tenta impedir a guerra civil, mostrando ao senado que era preciso se revestir da coragem e da autoridade para punir aquele que intentava



contra o bem-estar social.

Na sequência do discurso, constatamos outro *exemplum* profícuo, no que tange à importância desse tópos como preâmbulo da argumentação na busca de uma decisão do senado:

*Decreuit quondam senatus, uti L. Opimius consul uideret, ne quid res publica detrimenti caperet; nox nulla intercessit. Interfectus est propter quasdam seditioum suspiciones C. Gracchus, clarissimo patre, auo, maioribus; occisus est cum liberis M. Fuluius consularis. Simili senatus consulto C. Mario et L. Valerio consulibus est permissa republica. Num unum diem postea L. Saturninum, tribunum plebis et C. Seruilium praetorem, mors ac republicae poena remorata est? At uero nos uicesimum iam diem patimur hebescere aciem horum auctoritatis. Habemus enim eius modi senatus consultum, uerum inclusum in tabulis, tamquam in uagina reconditum, quo ex senatus consulto confestim te interfectum esse, Catilina, conuenit. Viuis, et uiuis non ad deponendam, sed ad confirmandam audaciam. Cupio, patres conscripti, me esse clementem; cupio in tantis rei publicae periculis non dissolutum uideri, sed iam me ipse inertiae nequitiaeque condemno<sup>19</sup> (II, 4).*

Ainda no exórdio, Cícero volta-se aos relatos históricos, demonstrando que outros cônsules agiram de acordo com o senado em favor da integridade da república. O orador evidencia dois contextos próximos ao tempo discursivo, revelando, de um lado, as ações de L. Opímio contra C. Graco e M. Fúlvio e, do outro, de C. Mário e L. Valério contra L. Saturnino e C. Servílio Gláucia.

Primeiramente, o orador apresenta a ação enérgica do cônsul Lúcio Opímio (121 a.C.), responsável pela morte de Caio Semprônio Graco (154 -121 a.C), tribuno romano, e de Marco Fúlvio Flaco e do filho, partidários de Caio Graco, na batalha do Aventino.

Para esclarecer o recorte histórico e os indivíduos citados, expomos uma síntese do movimento democrático revolucionário em Roma. De acordo com Rostovtzeff (1977), Caio Graco, irmão de Tibério Graco, foi eleito tribuno em 124 a.C. A política de Caio Graco foi

---

<sup>19</sup> Outrora, o senado decretou que o cônsul L. Opímio providenciasse, para que a república não sofresse qualquer dano. Nenhuma noite passou C. Graco, de pai ilustríssimo, de avô e de antepassados, foi morto por certas suspeitas de sedições; M. Fúlvio, ex-cônsul, foi morto com o filho. Por semelhante decreto do senado a república foi concedida aos cônsules C. Mário e L. Valério. Por acaso, a morte e o castigo da república retardou um só dia sequer a L. Saturnino, tribuno da plebe, e a C. Servílio, pretor? Mas nós suportamos já pelo vigésimo dia que se enfraqueça a espada da autoridade destes. Com efeito, temos um decreto do senado deste modo, mas finalizado nos documentos, como uma espada escondida na bainha, e a partir deste decreto do senado convém, ó Catilina, que imediatamente tu sejas morto. Vives e vives não para recusar a audácia, mas para confirmá-la. Desejo, ó senadores, que eu seja clemente, desejo que eu não pareça covarde em tantos perigos para a república, mas já eu próprio me condeno de inércia e de fraqueza.

marcada pela continuação da reforma agrária iniciada pelo irmão, e buscava a criação de novas colônias agrícolas no Sul da Itália e nas províncias; a angariação de soldados e a fixação pela metade do preço de mercado do trigo. Esta última medida contribuiu para que ele conseguisse o apoio das classes mais desfavorecidas.

Depois destes êxitos políticos, Caio Graco recandidatou-se ao tribunado e foi reeleito sem dificuldade, devido à sua popularidade. Entretanto, ele passou a ter problemas quando tentou limitar o poder do senado, propondo que aos trezentos senadores fossem acrescentados outros trezentos, eleitos pelo Concílio da Plebe. Além disso, solicitou uma concessão mais ampla de cidadania romana, favorecendo assim os não escravos e grande parte dos habitantes da Península Itálica.

Caio Graco apresentou-se a uma terceira reeleição, mas perdeu. Ao perceber que a sua obra e a do irmão seriam destruídas pelos magistrados, ele reagiu com violência em companhia de apoiadores. Essas ações indicaram seu intento revolucionário. Por isso, uma batalha foi travada pelos senadores sob o comando de L. Opímio no Aventino contra os graquistas.

Cerca de duzentos e cinquenta simpatizantes dos Gracos foram mortos em combate, e quase três mil foram condenados à morte sem julgamento, dentre eles M. Fúlvio e seu filho, com a justificativa da declaração do estado de guerra. Finalmente, o senado pôs a reforma agrária de lado, mas não mexeu no preço do trigo nem tentou restabelecer o monopólio da aristocracia nos júris dos tribunais.

A situação relatada ao senado sobre Caio Graco traz como foco a sua morte de forma bastante contundente (*C. Gracchus ... interfectus est*), apesar de sua estípe nobre, recaíam sobre si suspeitas que punham em risco a ordem social. O orador, em seu discurso, traz à memória a figura de Caio Graco, cuja atuação não pode ser igualada à de Catilina, muito embora um dos pontos de referência possa ser o da similitude existente entre movimentos de caráter social, que uma vez deflagrados puseram em risco a ordem pública, a conjuração chefiada por Catilina, por sua vez, revela-se em contraste com qualquer dos princípios que visem ao bem comum, fator que reforça ainda mais a necessidade da pena capital contra Catilina.

Dando prosseguimento ao discurso, Cícero faz menção à atuação dos cônsules Caio Mário e Lúcio Valério Flaco em relação aos agitadores Lúcio Apuleio Saturnino e Caio Servílio Glúcia. Saturnino pertencia à nobreza e passou ao partido dos democráticos por

questões pessoais. Já Gláucia era plebeu e contava com grande popularidade entre as massas. A partir dessa aliança, objetivando a reforma agrária, eles desencadearam uma campanha contra os *optimates*.

Resgatamos a história e o período do consulado de C. Mário e L. Valério, no ano 100 a. C., para estabelecermos uma comparação em relação ao contexto da trama de Catilina. Esse contexto marca a luta política, existente há muitos anos entre os partidos democrático e aristocrático, ou seja, entre populares e *optimates*.

O senado, após ter conseguido uma vitória interna, na tentativa de desviar a atenção popular sobre os problemas críticos suscitados pelos Gracos, promoveu inúmeras guerras no exterior. Dentre essas empreitadas, destacamos as iniciadas na África contra os herdeiros de Masinissa. Jugurta, um dos netos de Masinissa, tentou roubar a parte que era por direito dos primos, por sua vez, os romanos interferiram e a guerra foi desencadeada. A guerra não foi considerada importante, mas rendeu aos inimigos do senado a oportunidade de acusá-lo, assim como os seus generais, de crimes hediondos. Muitos generais foram considerados culpados por sua desonestidade e incompetência, o que permitiu a Jugurta adiar a guerra. Em contrapartida, nas lutas travadas na região dos sabinos, ganhou projeção a figura de Caio Mário, natural de Arpino; o partido popular aproveitou-se do seu êxito para estabelecer uma oposição contra os generais nomeados pelo senado. Mário, comandante hábil e membro da classe equestre, foi eleito cônsul como a ajuda daquele partido e enviado à Numídia e, em dois anos, concluiu a guerra que já se arrastava pelo dobro desse tempo, antes de sua nomeação<sup>20</sup>.

Nesse sentido, a luta partidária se acentuou e o movimento democrático ganhou notoriedade, sendo inclusive capaz de retomar as reivindicações dos tempos dos Gracos. Nesse contexto, apareceram as figuras de Lúcio Apuleio Saturnino e Caio Servílio Gláucia, chefes dessa corrente.

No ano de 100 a. C., Mário, Saturnino e Gláucia formaram um bloco político. Mário contou com a ajuda dos populares para ser eleito cônsul pela sexta vez. Saturnino buscava ser tribuno da plebe pela segunda vez e Gláucia apresentaria a sua candidatura a pretor. Apesar da oposição dos *optimates*, eles conseguiram se eleger, graças aos votos dos veteranos de Mário.

Uma vez no poder, os três aliados começaram a executar o programa. A lei agrária de Saturnino foi apresentada e propunha a distribuição de terras aos veteranos de Mário que

---

<sup>20</sup> Cf. ROSTOVZEFF, M. História de Roma, p.107-108.

tivessem servido durante sete anos (ou seja, desde a expedição à África no ano de 107 a.C.). Os *equites* juntaram-se aos *optimates*. Também a plebe se recusou a apoiar a nova lei agrária, tendo em vista que a lei concedia igualdade de terras e de direitos aos itálicos. Diante disso, estava deflagrado mais um conflito e violentos confrontos ocorreram. Entretanto, após muita insatisfação a lei foi aprovada.

O aparelho estadual romano foi contrário à lei e tratou de sabotá-la. Mário teve uma postura equivocada, deixando o processo a cargo de seus aliados. Começaram então a surgir divergências entre ele e seus aliados. Para conter o clima de desordem, C. Mário foi convidado a assumir a responsabilidade de resgatar a ordem, após um tempo de indecisão, ele decidiu aceitar.

O senado mobilizou todas as forças, os próprios senadores apresentaram-se no fórum de armas na mão. Os partidários de Saturnino e Gláucia se prepararam para o confronto, abrindo as portas das prisões aos criminosos em troca de liberdade aos escravos. Contudo, travou-se no fórum uma verdadeira batalha, em dezembro do ano 100 a.C., quando os novos tribunos começariam a desempenhar as suas funções. Saturnino, Gláucia e apoiantes foram obrigados a refugiar-se no Capitólio, mas, no fim, foram mortos por representantes da aristocracia.

Assim, o recorte explicitado tem a finalidade de enaltecer a ação do senado e a dos cônsules citados. Cícero buscava, assim, através do *exemplum*, levar o senado à reflexão e atraí-lo para a sua causa.

As ações dos cônsules, no citado *exemplum*, ratificam não só o poder do senado romano, mas também o seu compromisso com a estabilidade da república. Ressalta-se, neste contexto, a semelhança das situações verificadas e as atitudes desses cônsules que, diante de momentos críticos, souberam reagir com presteza, evitando o caos.

Além do mais, o orador demonstra, nesta comparação, ainda que, por contraste, a relevância de uma pronta atuação do senado em relação a Catilina, cuja trama ameaçava a sobrevivência da própria república. Catilina, por seus crimes, merecia a pena de morte, mas, conforme reforça a anáfora *Vivis, et uiuis*, ainda permanecia vivo e pronto a executar todo o seu plano. Neste mesmo contexto, o orador pondera acerca da necessidade não apenas das atitudes que devem ser tomadas para debelar a conspiração, mas também alerta para a premência do tempo na execução de uma ação necessária que se revela, sobretudo, urgente. Manifesta ainda o seu desejo de ser clemente, mas, ao mesmo tempo, já se culpa por sua

inércia diante da gravidade do momento presente, enfatizando de forma contrastante as atitudes do senado e dos cônsules que, no passado, agiram prontamente em favor da república.

Dados os recortes históricos, reitera-se a importância dos valores morais da *uirtus* e da *auctoritas*, fundamentais para os que têm a responsabilidade de gerir o Estado e preservar a ordem pública.

Ao longo do discurso, Cícero intensifica os ataques a Catilina, revelando os planos arquitetados por ele e por seus comparsas contra a república e chega mesmo a sugerir que ele desista. O orador enfatiza que está informado de tudo, inclusive das reuniões suspeitas, sobretudo, aquela ocorrida na casa de Marco Leca que demarcava a estratégia para a guerra civil. Ele ainda assegura ver também no senado apoiadores de Catilina, demonstrando que já estavam evidentes a corrupção dos valores e uma luta desenfreada pelo poder.

O discurso, de caráter deliberativo, ao revelar a trama de Catilina, explicita também os perigos a que estavam expostos o orador, com o risco de sua própria vida, e os cidadãos. Então, Cícero exige a saída de Catilina e de seus comparsas da cidade. Para isso, o orador mostra que as atitudes de Catilina são nocivas, acentua as questões morais, uma vez que ao transgredir esses valores o seu viver em Roma já se tornava impossível, pois sua presença poria em risco a república.

Diante do grande temor representado por Catilina em seus concidadãos, o orador aconselha-o a deixar a própria pátria. Cícero faz uma introdução, num processo gradual de animização, em que dá vida à pátria, permitindo-lhe expressar o pensamento dos próprios cidadãos: "(...) *Nunc te patria, quae communis est parens omnium nostrum, odit ac metuit, et iamdiu nihil te iudicat nisi de parricidio suo cogitare*; (VII, 17)<sup>21</sup>".

O orador, ao prosseguir o seu discurso, faz uso da personificação, como recurso retórico, enfatizando, a partir da elocução da pátria, a necessidade premente de uma atitude com relação a Catilina: "*Quae tecum, Catilina, sic agit et quodam modo tacita loquitur: Nullum iam aliquot annis facinus exstitit, nisi per te; nullum flagitium sine te; tibi uni multorum civium necesse, tibi uexatio direptioque sociorum impunita fuit ac libera*"; (VII, 18)<sup>22</sup>". Assim sendo, a acusação feita pela própria pátria, ainda que silenciosa, é por demais eloquente, por refletir o anseio dos cidadãos preocupados com a salvação da pátria.

---

<sup>21</sup> Agora a pátria, que é mãe comum a todos nós, odeia-te e teme-te e julga que tu em nada pensas senão sobre seu parricídio;

<sup>22</sup> E esta pátria age assim contigo, Catilina, e calada, de certo modo, fala: nenhum crime existiu já há muitos anos a não ser por ti; nenhuma desonra sem ti; as mortes de muitos cidadãos, o sofrimento e o roubo dos aliados foi impune e livre somente para ti;

Dando sequência ao seu discurso, o orador mostra que a pátria não se pronuncia apenas em relação a Catilina, mas também exige uma atitude do próprio cônsul: "(...) *Etinem si mecum patria, quae mihi uita mea multo est carior; si cuncta Italia, si omnis res publica sic loquatur: M. Tulli, quid agis?* (XI)<sup>23</sup>. Nesse momento, Cícero, diante do senado, reforça através da fala da pátria, sua efetiva responsabilidade de preservar, ainda com risco de sua própria vida, a pátria e os cidadãos.

Assim, verifica-se que o orador, de forma gradual e ascendente, parte de um processo de identificação entre a pátria e os próprios cidadãos, atingindo a sua forma mais plena de expressão, através da prosopopeia da pátria em que esta passa a expressar os seus pensamentos e sentimentos, enfatizando assim os seus objetivos na busca de uma adesão do senado para a condenação de Catilina.

Diante disso, o orador emprega algumas interrogações, questionando a si próprio e também ao senado sobre que punição deveria recair para Catilina: o exílio, a prisão, a morte ou os supremos suplícios. O cônsul sugere a pena de morte e alega que outros homens, em particular, atuaram em favor do bem comum, mas buscava o apoio dos senadores para agir em consonância com a lei.

A prosopopeia, referente à pátria, serve de apoio para o que vem expresso no *exemplum* a seguir, em que o orador se referirá a figuras expressivas da história de Roma, já citadas no discurso anteriormente:

*His ego sanctissimis rei publicae uocibus et eorum hominum, qui hoc idem sentiunt, mentibus pauca respondebo. Ego, si hoc optimum factu iudicarem, patres conscripti, Catilinam morte multari, unius usuram horae gladiatori isti ad uiuendum non dedissem. Etenim si summi uiri et clarissimi ciues, Saturnini et Gracchorum et Flacci et superiorum complurium sanguine non modo se non contaminarunt, sed etiam honestarunt, certe uerendum mihi non erat ne quid, hoc parricida ciuium interfecto, inui diae mihi in posteritatem redundaret. Quod si ea mihi maxime impenderet, tamen hoc animo fui semper ut inuidiam uirtute partam gloriam, non inuidiam putarem<sup>24</sup> (XII).*

<sup>23</sup> Na verdade, se a pátria que me é muito mais cara que minha vida, se toda a Itália, se toda a república falasse comigo assim: Marco Túlio, o que fazes?

<sup>24</sup> Eu responderei pouco a estas palavras santíssimas da república e às mentes daqueles homens que pensam o mesmo. Eu, se julgasse, senadores, isto o melhor a se fazer, que Catilina fosse punido com a morte, não teria dado a esse gladiador o prazo de uma só hora para viver. Com efeito, se os homens supremos e ilustríssimos cidadãos não apenas não se contaminaram com o sangue de Saturnino e dos Gracos, e de Flaco e de muitos outros precedentes, mas, ao contrário, honraram-se, certamente não era para eu temer que algum ódio recaísse sobre mim para posteridade, sendo morto este parricida dos cidadãos. Porque, se este ódio me ameaçasse principalmente, pois fui sempre desta opinião, que considerava o ódio provindo da virtude, não como ódio, mas como glória.

Na argumentação do discurso, o orador responde aos questionamentos lançados anteriormente pela pátria, no sentido de ratificar o valor que ele próprio e os homens de bem têm pela instituição republicana. O *exemplum* alude à história romana, retomando ilustres figuras da república romana que não se mancharam com o sangue de revoltosos, ao contrário, receberam honras por suas ações. Portanto, enfatiza o orador não temer que recaia sobre si, na posteridade, o ódio em decorrência da morte de um parricida da pátria. Antes pelo contrário, considera que, se, por ventura, tal ódio viesse atingi-lo, não o veria como ódio, uma vez que provém da virtude, mas como glória. Nesse sentido, através do *exemplum* fica ressaltada a importância dos valores morais que devem nortear o comportamento dos cidadãos romanos de qualquer época, chamando atenção para a degradação dos costumes já evidenciados nesse momento da república.

O orador reforça ainda no discurso o caráter negativo de Catilina ao correlacioná-lo a um *gladiator*. É válido recordar que em Roma os gladiadores encontravam-se no mesmo rol das prostitutas, dos alcoviteiros, dos escravos, dos ladrões, da classe baixa de atores e atrizes, dos desqualificados, etc., logo, pessoas que se encontravam marginalizadas socialmente. O gladiador seria um infame, ou seja, uma pessoa excluída socialmente que, nas arenas, dispunha-se a lutar para conquistar algum *status* (fama) e pudesse vir a ser reconhecido novamente na sociedade<sup>25</sup>. Sendo assim, o orador refere-se a Catilina, reduzindo-o a um gladiador, desprovido de qualidades morais, isto é, sem valor algum, por isso, justificava-se uma ação mais enérgica por parte das autoridades contra ele.

Assim sendo, no fim do *exemplum*, o orador demonstra sua preocupação em cumprir o seu dever de cônsul para com a pátria; procura agir sempre de acordo com os valores preconizados pelo *mos maiorum*, não temendo nem mesmo a morte. Ao assumir esta postura, Cícero induz às suas próprias ações, a fim de que elas sejam repletas de glória. Compreendemos, pois, que a *gloria* é uma disposição típica do bom e virtuoso homem. E aquele, que se destaca por ela, deve ser honrado, amado e ainda digno de confiança e de reconhecimento. O conceito, que circunscreve essa virtude, é próprio do âmbito político e social. Assim, as características desse valor revelam sobremaneira a própria imagem de Cícero que deseja persuadir o senado a aderir a sua causa em favor da república.

Dando sequência ao discurso, notamos que a inércia do senado causa não só inquietação no orador, mas também o leva a insinuar a respeito de alguns que estavam

---

<sup>25</sup> Cf. GARRAFONI, Renata Senna. Bandidos e salteadores na Roma antiga, p. 26-34.

presentes no senado pareciam não enxergar o problema ou até alimentar os propósitos de Catilina. Cícero expõe que a eliminação do conspirador não seria propriamente uma solução para o problema da república, uma vez que os comparsas permaneceriam em Roma. Todavia, a saída de Catilina da cidade reafirma o intuito do cônsul de separar os bons dos maus cidadãos, evitando um conflito armado em Roma; por sua vez, o orador salienta o seu empenho, alude à autoridade do senado e conclama os bons cidadãos ao compromisso de salvaguardar a pátria.

Diferentemente dos demais, no último *exemplum* do primeiro discurso, o orador recorre ao mito e à religiosidade como auxílio diante da problemática instaurada na república:

*Hisce ominibus, Catilina, cum summa rei publicae salute, cum tua peste ac pernicie cumque eorum exitio, qui se tecum omni scelere parricidioque iunxerunt, proficiscere ad impium bellum ac nefarium. Tu, Iuppiter, qui isdem, quibus haec urbs, auspiciis a Romulo es constitutus, quem Statorem huius urbis atque imperi uere nominamus, hunc et huius socios a tuis ceterisque templis, a tectis urbis ac moenibus, a uita fortunisque ciuium omnium arcebis, et homines bonorum inimicos, hostis patriae, latrones Italiae, scelerum foedere inter se ac nefaria societate coniunctos, aeternis suppliciis uiuos mortuosque mactabis<sup>26</sup> (XIII, 33).*

Na peroração do discurso, o orador enfatiza o auxílio divino na figura de Júpiter, cuja influência se faz sentir desde a fundação de Roma. Commelin (1997) se refere a esta divindade, nestes termos: "Júpiter, dizem os poetas, é o pai, o rei dos deuses e dos homens; reina no Olimpo, e, com um movimento de cabeça, agita o universo".

Este *exemplum*, que remete para além da história ao próprio mito, na figura de Rômulo, encontra paralelo em Júpiter, o deus supremo, o guardião desta cidade a quem o orador recorre para a salvação da pátria, uma vez que está em risco a vida dos cidadãos por causa de elementos criminosos que buscam o poder para arruinar a cidade, por isso, o orador considera necessária a saída de Catilina e de seu bando de malfeitores para que possa ser instaurada a ordem pública.

---

<sup>26</sup> Com todos os presságios, Catilina parte para a guerra ímpia e criminosa, com a salvação completa da república, com a tua peste e morticínio, e com a saída daqueles que contigo se aliaram em todo crime e parricídio. Tu, Júpiter, que foste colocado por Rômulo pelos mesmos auspícios, com os quais esta cidade foi edificada, que chamamos justamente Estator desta cidade e deste império, afastarás este e comparsas dele, dos teus altares e dos outros templos, dos tetos e das muralhas da cidade, da vida e das fortunas de todos os cidadãos, e punirás com suplícios eternos, vivos e mortos, todos os inimigos dos bons, os inimigos da pátria, os ladrões da Itália, unidos entre si por um tratado de crimes e por uma aliança abominável.



O orador evoca a figura de Rômulo como primeiro rei e fundador da cidade. Este, após ser designado pelos auspícios, confia a Júpiter a guarda e a proteção da cidade, desde a fundação. Sendo assim, este mesmo deus, que outrora favoreceu a criação da cidade, também no momento de crise e de temor a livrará de males vindouros e punirá os cidadãos malévolos com *aeternis suppliciis*.

A atuação de Cícero, cumprindo seu dever de cônsul e invocando Júpiter como garantia de salvação da pátria, fazem-nos a refletir sobre o valor da *pietas*. Por isso, o apelo a *pietas* parece ser de grande relevância, pois constitui um dos valores mais importantes cultivados pelos romanos e, conforme Stierle (1972) nos atesta a finalidade do *exemplum* recair sobre as questões morais.

A etimologia da palavra *pietas*, *-atis* (substantivo) é derivada de *pious*, *a*, *um* (adjetivo). A formação do vocábulo se dá pelo acréscimo do sufixo *-tas*, formador de substantivos abstratos, designando “qualidade”. Portanto, a *pietas* é uma disposição do homem *pious*. O homem que contraria essa virtude é considerado *impius*. Aqui, pode-se notar que, por sua conduta, Catilina está muito distante do que se poderia considerar um homem revestido da *pietas*, muito ao contrário, ele alia-se a um grupo de desordeiros e malvados, desprovidos de qualquer valor moral. Em contrapartida, Cícero, ao lutar sem cessar pelo bem comum e pela pátria, mostra-se como cidadão exemplar dotado da *pietas*.

Os *exempla* analisados, neste primeiro discurso, partem de uma situação de semelhança para uma atuação de contraste, remetendo aos fatos históricos para convencer o senado de que por ações não tão graves, atitudes imediatas foram tomadas. Eles corroboram a necessidade de uma ação do senado no presente, uma vez que cônsules ou homens particulares puniram com a morte cidadãos nefastos. Justifica-se essa atitude com relação a Catilina que se revela ainda muito pior do que qualquer outro cidadão com que se estabeleça comparação. O último *exemplum* apresenta como característica, em sua natureza, não apenas a história, mas aponta para os aspectos mítico e religioso.

Por fim, os *exempla* induzem à reflexão sobre a questão moral, sobretudo, acerca da *uirtus*, da *auctoritas*, da *gloria* e da *pietas* que não devem faltar ao homem público. Ao despertar esses valores, o orador como cônsul demonstra seu apreço pelo *mos maiorum*, que tendem a desaparecer na corrupção dos tempos e dos costumes. Assim, Cícero busca resgatar e revalorizar esses valores que devem ser respeitados por todos os romanos.

## 5.2. *Oratio secunda*

Após pronunciar o primeiro discurso diante do senado, Cícero revela *ad Quirites* o movimento da conspiração chefiada por Catilina. Desta vez, o orador profere o segundo discurso, dirigindo-se ao povo, no dia 9 de novembro do ano de 63 a. C, para relatar o que havia acontecido no dia anterior. Depois de ter sido denunciada a ação de Catilina no senado, este abandonou a cidade.

Cícero, ao longo do discurso, traça um retrato negativo de Catilina como líder de uma guerra civil, que destruiria a república, podendo ser, por isso, considerado inimigo público. Enquanto o orador buscava, no primeiro discurso, a adesão do senado, a fim de que pudesse tomar as medidas necessárias para conter a revolta, no segundo, ele revela ao povo a situação crítica por que passava a república, assim como a dedicação do cônsul, que, com todo empenho e com o apoio do povo, procurava salvá-la.

No início do discurso, o orador, ao relatar o exílio de Catilina, utiliza-se de uma sequência de verbos de movimento: “*Abiit, excessit, euasit, erupit*” (I, 1)<sup>27</sup>, em que se percebe uma gradação ascendente, o que reitera a importância da saída de Catilina da cidade, uma vez que este tramava a ruína da pátria. Este acontecimento, embora não resolvesse todos os problemas causados pela insurreição, trouxe à cidade e aos cidadãos um pouco mais de alívio, pois o chefe de todas as maldades não residia mais em Roma.

A seguir, na sequência do discurso: “*Atque hunc quidem unum huius belli domestici ducem sine controuersia uicimus*” (I, 1)<sup>28</sup>, o orador, assinala a vitória de sua atuação política, que impede o morticínio sanguinolento em que a cidade estaria mergulhada, caso o cônsul não agisse. Assim, Cícero emprega a primeira pessoa do plural, corroborando sua ação vitoriosa, extensiva também ao povo, valorizando esse estrato da sociedade romana.

O orador explica o motivo pelo qual não castigou Catilina com a pena capital: “*Sed cum uiderem, ne uobis quidem omnibus etiam tum re probata, si illum, ut erat meritus, morte multassem, fore ut eius socios inuidia oppressus persecui non possem, rem huc deduxi ut tum palam pugnare possetis, cum hostem aperte uideretis*” (II, 4)<sup>29</sup>. Cícero prefere trazer o assunto a público para ser esclarecido de maneira que o povo não ficasse alheio à crítica situação

<sup>27</sup> Foi-se, saiu, evadiu-se, fugiu.

<sup>28</sup> E, na verdade, vencemos, sem controvérsia, este único general desta guerra doméstica.

<sup>29</sup> Mas, como eu visse que não era ainda reconhecida por todos vós a conspiração, se eu tivesse castigado aquele com a morte, como tinha merecido, aconteceria que, estando eu, oprimido, pelo ódio eu não poderia perseguir os aliados dele; trouxe a questão aqui, para que pudésseis combater publicamente, logo que visseis, às claras, o inimigo.

romana.

O discurso revela o conhecimento do orador acerca de toda a conspiração, tornando-a também conhecida do povo e, dada a situação de risco, mostra a necessidade de agir com firmeza e determinação para com os aliados de Catilina que permaneceram na cidade. Nesse contexto, o retrato do conspirador ganha grandes proporções, conforme se atesta na citação:

(...) *Quid enim mali aut sceleris fingi aut cogitari potest, quod non ille conceperit? Quis tota Italia ueneficus, quis gadiator, quis latro, quis sicarius, quis parricida, quis testamentorum subiecto, quis circumscriptor, quis ganeo, quis nepos, quis adulter, quae mulier infamis, quis corruptor iuuentutis, quis corruptus, quis perditus inueniri potest, qui se cum Catilina non familiarissime uixisse fateatur?*<sup>30</sup> (IV, 7)

Através de uma linguagem, de natureza patética, o orador emprega perguntas retóricas, de teor enfático e anafórico, dada a repetição dos pronomes *quid* e *quis*, para acentuar o males ao chefe da insurreição. E ainda recorre ao superlativo *familiarissime* para corroborar que todos os males estão relacionados ao conjurado. Nesse sentido, destaca-se, por parte do orador, um discurso avaliativo, cujo foco se centra na figura de Catilina. Embora a saída do conspirador da cidade tivesse livrado o povo e a república de um verdadeiro criminoso, Cícero busca enfatizar o caráter negativo de Catilina, mediante sua desqualificação moral, cuja rejeição deveria atingir o povo diante de tamanha maldade representada em um único indivíduo.

Desse modo, todos os criminosos, os corruptos, os malfeitores e os perdidos de um modo geral estão relacionados intimamente à figura de Catilina e esses constituem um grande número de aliados, provenientes da cidade e dos campos, o que agrava a situação de risco tanto em Roma quanto em toda Itália.

Depois de se referir à saída de Catilina, o orador se volta contra os seus aliados e afirma o quanto a república ficaria feliz se eles tivessem partido com ele: “*Hunc uero si secuti erunt sui comites, si ex urbe exierint desperatorum hominum flagitiosi greges, o nos beatos, o rem publicam fortunatam, o praeclaram laudem consulatus mei!*” (V, 10)<sup>31</sup>. A permanência

<sup>30</sup> De fato, o que pode ser forjado ou ser imaginado de mal ou de crime que aquele não tenha concebido? Que envenenador, que gladiador, que ladrão, que assassino, que parricida, que falsificador de testamentos, que trapaceiro, que devasso, que dissipador, que adúltero, que mulher infame, que sedutor da juventude, que corrupto, que perdido pode ser encontrado em toda Itália, que não confesse que ele viveu intimamente com Catilina?

<sup>31</sup> Se, verdadeiramente, seus cúmplices o tivessem seguido, se as multidões dissolutas de homens desesperados saíssem da cidade, ó felizes de nós, ó afortunada república, ó ilustre louvor do meu consulado!

dos comparsas na cidade exigia do próprio orador uma solução contra aqueles que, já arruinados e, de forma desenfreada, organizavam roubos, mortes e incêndios por toda cidade.

Diante das circunstâncias, o orador mostra que não havia ameaça maior para os romanos, nem mesmo externa, senão a da guerra civil, insuflada por Catilina e pelos seus cúmplices: “*Nulla enim est natio quam pertimescamus, nullus rex qui bellum populo Romano facere possit; omnia sunt externa unius uirtute terra marique pacata; domesticum bellum manet; intus insidiae sunt; intus inclusum periculum est, intus est hostis*” (V,11)<sup>32</sup>. O orador recorre a um paralelismo, de natureza antitética, em que alude a questões externas e internas, acentuando que o problema não é externo, pois nada há de fora que ameace a república; entretanto, por meio do emprego anafórico do advérbio *intus*, enfatiza que a cidade ainda não está livre de perigo porque o inimigo permanece nela.

Na sequência discursiva, o orador dirige-se diretamente ao povo para repelir os maus e salvar a pátria, assumindo seu compromisso em defesa da república, e cumprir o seu dever de cônsul: “*Huic ego me bello ducem profiteor, Quirites: suscipio inimicitas hominum perditorum; quae sanari poterunt, quacumque ratione sanabo; quae resecanda erunt, non patiar ad perniciem ciuitatis manere*” (V,11)<sup>33</sup>. Nesse momento, Cícero se declara o bom general para retirar a cidade de tamanha crise, opondo-se à figura negativa de Catilina, o chefe da conjuração. Para isso, o orador se manifesta em primeira pessoa por meio dos verbos *profiteor*, *suscipio*, *sanabo* e *patiar*, apontando para uma gradação dos tempos (presente e futuro), cujas ações revelam o comprometimento do cônsul e a aceitação do risco, uma vez que ele assume para si a responsabilidade de sanar a situação com firmeza para eliminar os males e, assim, salvar a pátria.

Em seguida, Cícero, diante do risco de morte, relata para o povo como encaminhou sua denúncia da conjuração ao senado e o que teria levado, de fato, Catilina ao exílio. O orador argumenta ter informado aos senadores sobre a estada de Catilina na casa de Marco Leca<sup>34</sup>, na presença e mediante o silêncio do próprio Catilina. Dessa forma, o orador se projeta como um cônsul destemido, disposto a arriscar a sua própria vida para livrar o povo romano da terrível guerra que internamente estava sendo tramada.

---

<sup>32</sup> Efetivamente nenhuma nação há que temamos; nenhum rei que possa fazer guerra ao povo romano; Todas as coisas externas estão pacificadas por terra e por mar, pela coragem de um só; persiste a guerra doméstica; dentro estão as armadilhas; dentro está incrustado o perigo; dentro está o inimigo.

<sup>33</sup> Eu, ó Quirites, declaro-me chefe para esta guerra: aceito as inimizades dos homens perdidos; Sanarei de qualquer maneira aquelas coisas que poderão ser sanadas; não consentirei que permaneçam para a destruição da cidade, aquelas coisas que deverão ser cortadas.

<sup>34</sup> Foi na casa de Marco Leca, cúmplice de Catilina, que todo o plano da guerra foi organizado.

Dando sequência ao discurso, o orador ressalta que já havia tratado demasiadamente de Catilina e passa a abordar as características dos seus cúmplices que persistiam em Roma. A partir daí, ele descreve as seis espécies de homens que pertenciam ao bando de Catilina e com ele planejavam a destruição da república:

A primeira espécie diz respeito aos arruinados: “*Vnum genus est eorum qui magno in aere alieno maiores etiam possessiones habent, quarum amore adducti dissolui nullo modo possunt*” (VIII, 18)<sup>35</sup>. Estes homens eram os mais ricos e os mais endividados, e apegados, de forma desordenada às riquezas, seriam incapazes de vendê-las para se livrarem das dívidas. Eram bons para se lamentar, mas não para lutar;

A segunda espécie trata dos aventureiros: “*Alterum genus est eorum, qui, quamquam premuntur aere alieno, dominationem tamen exspectant, rerum potiri uolunt, honores, quos quieta re publica desperant, perturbata se consequi posse arbitrantur*” (IX, 19)<sup>36</sup>. Homens endividados que buscavam ocasião para retirar vantagens da situação e esperavam na revolução a oportunidade de chegar ao poder;

A terceira espécie remete aos ex-colonos de Sila: “*Tertium genus est aetate iam adfectum, sed tamen exercitatione robustam*” (IX, 20)<sup>37</sup>; Também composta por homens endividados que ostentavam riquezas e ansiavam voltar ao tempo das proscricções e de seus negócios;

A quarta espécie refere-se aos especuladores: “*Quartum genus est sane uarium et mixtum et turbulentum; qui iampridem premuntur, qui numquam emergunt, qui partim inertia, partim male gerendo negotio, partim etiam sumptibus in uetere aere alieno uacillant*” (X, 21)<sup>38</sup>; Homens, provenientes tanto do campo quanto da cidade, que, por incompetência de gerir os seus patrimônios, levaram à ruína os próprios negócios, e diante dessas condições não estariam capazes de atuar como soldados.

A quinta espécie trata dos bandidos de um modo geral: “*Quintum genus est parricidarum, sicariorum, denique omnium facinorosorum*” (X, 22)<sup>39</sup>; Homens dos mais

---

<sup>35</sup> Uma espécie é a daqueles que, estando nas maiores dívidas, possuem também as maiores riquezas, levados pelo amor das quais, de modo algum podem se livrar delas.

<sup>36</sup> A outra espécie é daqueles que, embora sejam pressionados pelas dívidas, ainda esperam o governo, querem apoderar-se das coisas, julgam que, se agitada a república, eles podem alcançar as honras, que perdem as esperanças, estando ela pacificada.

<sup>37</sup> A terceira espécie já é afetada pela idade, mas ainda robusta pelo exercício;

<sup>38</sup> A quarta espécie é, sem dúvida, não só variada e mista, mas também turbulenta; aqueles que há muito são oprimidos, aqueles que nunca se levantam, aqueles que vacilam nas antigas dívidas, em parte por inércia, em parte administrando mal o negócio, em parte com gastos;

<sup>39</sup> A quinta espécie é dos parricidas, dos sicários, finalmente de todos os assassinos.

variados tipos, como: os assassinos, os parricidas, os sicários, etc., mas desconceituados para compor um exército.

A sexta espécie refere-se aos pervertidos: “*Postremum autem genus est, non solum numero, uerum etiam genere ipso atque uita, quod proprium Catilinae est, de eius dilectu, immo uero de complexu eius ac sinu*” (X, 22)<sup>40</sup>; Estes, por sua vez, eram desqualificados moralmente, levavam uma vida de orgias e privavam da intimidade de Catilina.

Este é, pois, o retrato dos comparsas de Catilina, apresentado ao povo, pelo orador. Para mostrar as origens dos males à república, Cícero traçou um perfil dos cúmplices de Catilina, enfatizando diretamente ao povo o perfil negativo do chefe da conjuração.

Retomamos o terceiro grupo por constar nele a figura de Mânlio a quem sucede Catilina em Roma, cujo vínculo o associa pela história a Sila. Nesse contexto, o orador apresenta o único *exemplum* do discurso:

*Tertium genus est aetate iam adfectum, sed tamen exercitatione robustum; quo ex genere iste est Manlius, cui nunc Catilina succedit. Hi sunt homines ex eis coloniis, quas Sulla constituit; quas ego uniuersas ciuium esse optimorum et fortissimorum uirorum sentio, sed tamen ii sunt coloni, qui se in insperatis ac repentinis pecuniis sumptuosius insolentiusque iactarunt. Hi dum aedificant tamquam beati, dum praediis lectis, familiis magnis, conuiuuiis apparatis delectantur; in tantum aes alienum inciderunt, ut, si salui esse uelint, Sulla sit eis ab inferis excitandus; qui etiam nonnullos agrestis, homines tenuis atque egentis, in eandem illam spem rapinarum ueterum impulerunt. Quos ego utrosque in eodem genere praedatorum direptorumque pono; sed eos hoc moneo, desinant furere ac proscriptiones et dictaturas cogitare. Tantus enim illorum temporum dolor inustus est ciuitati, ut iam ista non modo homines sed ne pecudes quidem mihi passurae esse uideantur<sup>41</sup> (IX,20).*

<sup>40</sup> Há, porém, uma última raça não só no número, mas também na própria geração e vida, que é particular a Catilina, da sua escolha, ou melhor, da sua intimidade e do seu coração;

<sup>41</sup> A terceira espécie já é afetada pela idade, mas ainda robusta pelo exercício: desta raça é esse Mânlio, ao qual agora Catilina sucede. Estes são homens daquelas colônias, que Sila constituiu; as quais eu sinto serem todas dos melhores cidadãos e dos fortíssimos homens, mas, entretanto, estes são colonos que se lançaram mais suntuosa e insolentemente nas riquezas repentinas e inesperadas. Enquanto estes se edificam como ricos, enquanto se agradam com terras, com liteiras, com muitos escravos, com suntuosos banquetes, caíram em tão grande dívida, que, se quiserem ser salvos, Sila devia ser retirado por eles dos infernos. E estes também impeliram alguns composeses, homens humildes e carentes, para aquela mesma esperança dos antigos roubos. Eu ponho, ó romanos, uns e outros na mesma raça de ladrões e de rapinadores. Mas aconselho-os a isto: que cessem de se enfurecer e pensar em proscrições e ditaduras. De fato, tanta dor daqueles tempos imprimiu à cidade que não somente os homens, mas certamente os animais, parecem a mim, que hão de sofrer já estas coisas.

Na argumentação do discurso, o orador refere-se ao grupo dos mais velhos, dos quais se origina Mânlio, ex-centurião de Sila, e fiel representante de Catilina na cidade. A relação de Sila e de seu partidário Mânlio, associada à conjuração encontra na história a comprovação de que Catilina segue os caminhos tortuosos e perigosos tanto para a república quanto aos cidadãos.

Recorremos a um recorte histórico para explicitar o destaque dado à figura de Sila, cuja conduta contrariou os avanços do partido democrático. Sabemos que *Lucius Cornelius Sylla* (138-78 a.C) pertenceu a uma família patrícia decadente e destacou-se como general habilidoso e político inescrupuloso. Ele despontou no cenário romano, após a guerra italiana, no momento em que dois problemas surgiam: de um lado, as divergências na política interna, devido à influência do partido popular e, do outro, à revolta do rei Mitridates que ameaçava o prestígio de Roma no Oriente.

Em meio a esses problemas, Sila se enfureceu, após perceber que por manobras políticas tinha sido destituído do comando da guerra no Oriente, cargo para o qual havia sido designado, e substituído por Mário. Como consequência de uma batalha de rua, depois de ter afugentado seus adversários, incluindo o próprio Mário que fugiu para África, Sila partiu com seu exército para o Oriente no ano de 88 a.C..

Do outro lado, Mitridates, rei do Ponto, sonhava fundar um grande império. Este desejo revelou-se uma ameaça aos príncipes orientais que, por sua vez, contavam com apoio de Roma. Em 88 a.C., ele invadiu os reinos próximos e as províncias romanas, provocando uma verdadeira carnificina dos italianos na província da Ásia. Passado este episódio, Mitridates proclamou-se rei da Ásia, promoveu inúmeras reformas de cunho social, ganhou muitos adeptos e obteve inclusive o apoio dos povos balcânicos. Mandou para a Grécia uma frota e lá conseguiu a adesão de Atenas, Beócia e Peloponeso, e pela Trácia, enviou um exército contra a Macedônia.

Quando soube do episódio, Sila partiu para a Grécia, derrotou as tropas de Mitridates e conquistou Atenas após longa batalha (87-86 a.C). Em 85 a.C, ele foi para Dardanos e com a ajuda dos fenícios e dos ródios, atravessou o mar Egeu. Lá forçou Mitridates a aceitar a paz, com a condição de que fosse restaurada similar situação antes das batalhas.

Sila precisava restabelecer os negócios no Oriente e necessitava voltar a Roma em decorrência dos problemas políticos internos para disputar o poder. No cenário da guerra civil, Mário conseguiu se eleger cônsul pela sétima vez (86 a.C), mas morreu no início de seu

consulado, contudo, seus aliados ainda continuavam no poder, dominando a Itália e as províncias ocidentais.

Em 83 a.C. Sila voltou vitorioso para Roma, declarou-se ditador e instaurou um governo marcado pelo medo, pelo terror, pelas vinganças e pelas atitudes ilícitas<sup>42</sup>. Ele ainda providenciou inúmeras proscricções contra seus adversários políticos; muitas listas foram divulgadas, oferecendo recompensa aos assassinos. Todavia, Rostovtzeff relata que:

O próprio ditador, porém, considerava seu poder autocrático como um expediente temporário, e não acalentava a ideia de conservá-lo por toda a vida. (...) Assim, quando completou suas reformas, abandonou o poder e retirou-se para o Sul da Itália, em 78 a. C. Viveu ali como cidadão comum, mas não por muito tempo: um ano depois, morria. (1977: 118)

Diante desta sucinta narração sobre Sila na história romana, percebemos o temor deixado por ele na memória do povo e o que esse fato poderia indicar ao contexto da conjuração de Catilina. Então, o orador apresenta uma comparação por semelhança, estabelecendo uma relação entre as ações passadas realizadas por Sila, vinculando-as também a Mânlio. Cícero pretendia convencer o povo de que Catilina, uma vez no poder, instauraria as matanças, os incêndios, as atrocidades, *proscriptiones et dictaturas* e uma nova era de terror, mascarada sob o poder autocrático, exercido outrora por Sila, ameaçando assim a instituição republicana e, por conseguinte, o futuro da cidade.

Ao empregar o vocábulo *sentio*, o orador demonstra a aguda percepção que tem em relação a toda a situação, desencadeada por homens, cuja vida não constitui um exemplo a ser seguido. O orador alude, neste *exemplum*, à terceira espécie que diz respeito aos ex-colonos de Sila que, corrompidos pela degradação do tempo vigente, lançaram-se em ações ilícitas.

O *exemplum* alude, de acordo com Stierle (1972), à questão moral, uma vez que o povo romano respeitava os valores morais, que no presente estavam ameaçados. Ainda que tivessem aqueles homens algumas qualidades, com o passar do tempo, devido à transgressão progressiva em relação aos bons costumes, já revelavam uma falta de compromisso com esses verdadeiros valores. Nesse sentido, a corrupção e a violação indicam ações comuns a Mânlio, a Catilina e aos demais cúmplices, que, como herdeiros de Sila, naquele momento da república, intentavam destruí-la.

Para ressaltar o aspecto negativo, peculiar ao grupo dos falidos e dos perdidos que

---

<sup>42</sup> Cf. GIORDANI, Mário Curtis. História de Roma: Antiguidade Clássica II, p. 54-55.



buscavam ressurgir no cenário romano, o orador emprega um tom bastante irônico ao relatar que eles só se salvariam das dívidas se *Sulla sit eis ab inferis excitandus*.

Assim, o orador nos mostra que Mânlio, Catilina e aliados simbolizam, por um lado, as forças negativas representando o mal, e, por outro, o cônsul e os que com ele alinham, o bem. Cícero acentua o retrato negativo de Catilina e de seus cúmplices, em contrapartida, evidencia um perfil positivo de si, que como cônsul não mede esforços para salvaguardar os cidadãos de bem e a cidade diante do terror iminente.

No fim do *exemplum*, destaca-se a preocupação com o futuro. O passado devastador, marcado pelas proscricções e pelas ações ditatoriais, não poderia recair novamente sobre a cidade. Neste discurso, de teor deliberativo, corrobora-se a preocupação do cônsul com as decisões que apontam para o futuro da pátria, ameaçada em sua sobrevivência.

O orador recorre ao *exemplum*, como recurso retórico, visando à comprovação dos fatos referentes ao passado, a fim de possibilitar uma reflexão sobre os eventos que marcaram essa época, correlacionando-os com a situação crítica do momento, estabelecendo os vínculos entre Sila, Mânlio, Catilina e aliados; destarte, procura, em última instância, o apoio do povo a sua causa.

Após o *exemplum*, Cícero discorre sobre outras três espécies de indivíduos que se mostravam favoráveis a Catilina: os especuladores, os bandidos e os pervertidos. O orador adverte o povo, exclamando: "*O bellum magno opere pertimescendum, cum hanc sit habiturus Catilina cohortem praetoriam!* (XI, 24)<sup>43</sup>", e segue preparando-o contra as tropas inimigas. Cícero enaltece a força do povo romano diante dos perigos e volta à questão moral, estabelecendo um contraste marcante entre as atitudes dos inimigos e dos bons cidadãos:

*Sed si, omissis his rebus omnibus quibus nos suppeditamur, eget ille, senatu, equitibus Romanis, Vrbe, aerario, uectigalibus, cuncta Italia, prouinciis omnibus, exteris nationibus, si, his rebus omissis, causas ipsas, quae inter se confligunt, contendere uelimus, ex eo ipso, quam ualde illi iaceant intellegere possumus. Ex hac enim parte pudor pugnat, illinc petulantia; hinc pudicitia, illinc stuprum; hinc fides, illinc fraudatio; hinc pietas, illinc scelus; hinc constantia, illinc furor; hinc honestas, illinc turpitude; hinc continentia, illinc libido; denique aequitas, temperantia, fortitudo, prudentia, uirtutes omnes certant cum iniquitate, luxuria, ignauia, temeritate, cum uitiiis omnibus; postremo copia cum egestate, bona ratio cum perdita, mens sana cum amentia, bona denique spes cum omnium rerum desperatione confligit. In eiusmodi certamine ac proelio, nonne, si hominum studia*

---

<sup>43</sup> Ó guerra para se temer muitíssimo, quando Catilina está para ter esta corte pretória!

*deficiant, di ipsi immortales cogant ab his praeclarissimis uirtutibus tot et tanta uitia superari?*<sup>44</sup> (XI, 25)

Embora o fragmento não configure um *exemplum*, através dele, percebemos o severo apelo aos valores morais referentes aos bons romanos em oposição às tropas de Catilina. O orador desqualifica as forças inimigas e enobrece os exércitos romanos. Prossegue o discurso, exortando o povo contra os aliados de Catilina que permaneceram na cidade. A aparente *lenitas* do orador era para evidenciar o problema ao povo e não deixar dúvidas quanto à sua causa. Em tom eloquente e pela república, Cícero salienta um retrato positivo de si, projetando-se como o salvador da cidade: "*Quod relinquum est, iam non possum obliuisci meam hanc esse patriam, me horum esse consulem, mihi aut cum his uiuendum aut pro his esse moriendum*" (XII, 27)<sup>45</sup>. E a força do orador também se estende ao senado, uma vez que ele: "(...) *sentiet in hac urbe esse consules uigilantis, esse egregios magistratus, esse fortem senatum, esse arma, esse carcerem quem uindicem nefariorum ac manifestorum scelerum maiores nostri esse uoluerunt* (XII, 27)<sup>46</sup>".

As explanações aqui apresentadas servem para corroborar o emprego do *exemplum* na intenção de clarificar os maiores perigos vindouros ora planejados por Catilina e seus cúmplices de invadir e destruir toda a república com incêndios e crimes. No plano histórico, fica comprovada a relação de Catilina com os herdeiros de Sila, logo o *exemplum* serve como prova. E ainda marca, no povo, a rejeição à figura de Sila, por consequência, também a do conjurado e de seus aliados. Cícero se sobressai como o único chefe e general diante da guerra doméstica e promete, por sua *prudencia*, solucionar a situação com menor tumulto. Por fim, o orador, dotado da *pietas*, pede que os romanos supliquem aos deuses imortais proteção para a

<sup>44</sup> Mas, se omitidas todas essas coisas das quais nós somos fornecidos, e aquele é desprovido, do senado, dos cavaleiros romanos, do povo, da cidade, do tesouro, de tributos, de toda a Itália, de todas as províncias, das nações estrangeiras; se omitidas todas essas coisas, queremos opor as mesmas causas que conflitam entre si, podemos compreender disso mesmo como eles estão abatidos excessivamente. Porque combate o pudor desta parte, da deles a petulância; daqui a pudicícia, de lá o estupro; daqui a fê, de lá a fraude; daqui a piedade, de lá o crime; daqui a constância, de lá o furor; daqui a honestidade, de lá a torpeza; daqui a continência, de lá a luxúria; Por fim, a equidade, a temperança, a fortaleza, a prudência, todas as virtudes combatem com a iniquidade, com a volúpia, com a covardia, com a temeridade, com todos os vícios; Finalmente, a abundância luta com a misericórdia, a boa razão com a sem razão, a mente sã com a insana, enfim a boa esperança com o desespero de todas as coisas. Em uma guerra e combate desta espécie, ainda que as intenções dos homens faltem, os próprios deuses imortais porventura não obrigarão que tantos e tamanhos vícios sejam superados por estas virtudes luminosíssimas?

<sup>45</sup> O que resta já não posso me esquecer de que esta é a minha pátria, de que eu sou o cônsul destes, para mim, ou eu devo viver com estes ou devo morrer por estes.

<sup>46</sup> (...) saberá que os cônsules estão vigilantes nesta cidade, que os magistrados são ilustres, que o senado é forte, que há armas, que há cárcere, que os nossos antepassados quiseram que houvesse vingador dos crimes nefastos e manifestos.

cidade contra os crimes e os inimigos mais perversos.

### 5.3. *Oratio tertia*

O desenrolar da trama parecia seguir o seu percurso sem entraves até que, na noite do dia 2 de dezembro de 63 a. C., foram detidos os legados dos alóbrogos, um povo da Gália, com cartas comprometedoras dos conjurados, dirigidas a Catilina. Neste discurso, Cícero consegue a prova concreta que efetivamente necessitava para concretizar a denúncia da conjuração. Então, no dia seguinte (3 de dezembro de 63 a. C.), o orador proferiu um novo discurso diante do povo para relatar o que havia acontecido e já previamente comunicado ao senado. As provas conseguidas dariam as condições necessárias para obter a confissão dos acusados e conseguir que fosse votada uma sentença aos conjurados.

No início do discurso, de forma eloquente, o orador relata que, o perigo desapareceu da cidade graças à benevolência dos deuses imortais e à sua singular conduta de cônsul e, através de suas ações, foi possível preservar os bens, as casas, as famílias e a própria república dos incêndios e da cruel guerra que se conspirara. Cícero, prossegue seu discurso, referindo-se a Rômulo, uma vez que a cidade deveria ser resguardada desde a sua fundação. É, pois, nesse contexto, que destacamos o primeiro *exemplum*:

*Et si non minus nobis iucundi atque inlustres sunt ei dies quibus conseruamur quam illi quibus nascimur, quod salutis certa laetitia est, nascendi incerta condicio, et quod sine sensu nascimur, cum uoluptate seruamur, profecto quoniam illum qui hanc urbem condidit ad deos immortalis beniuolentia famaue sustulimus, esse apud uos posterosque uestros in honore debbit is qui eandem hanc urbem conditam amplificatamque seruauit<sup>47</sup> (I, 2).*

No exórdio do discurso, o orador estabelece uma relação entre as ações do primeiro rei que fundou a cidade e do então cônsul que tratou de salvá-la dos males iminentes. Neste contexto, Cícero remonta às questões histórica, mítica e religiosa, já contempladas em seu primeiro discurso (quarto *exemplum*), ressalta a importância de Rômulo e eleva a imagem de seu consulado para conseguir a adesão do povo a sua causa.

---

<sup>47</sup> E, se estes dias, em que somos conservados, não são para nós menos agradáveis e ilustres do que aqueles em que nascemos, porque a alegria da salvação é certa, a condição de nascer é incerta, e porque nascemos sem o sentido, e nos conservamos com prazer, certamente, porque sustentamos até os deuses imortais, pela benevolência e pela fama, aquele que fundou esta cidade, este que salvou esta mesma cidade construída e engrandecida deverá estar em lugar de honra junto a vós e aos vossos descendentes.

Neste *exemplum*, percebemos uma relação de similitude, uma vez que Cícero acentua a importância de sua atuação, a partir do momento em que se refere ao fundador de Roma. Cícero enaltece seus feitos, ao aludir a figura de Rômulo, através de uma perífrase em que omite o nome especificamente, mas indica-lhe o atributo. Desse modo, o orador traça um paralelo entre a ação de Rômulo, no passado, que foi a de fundar a cidade, por isso, merecedor das honras, e a ação do cônsul, no presente, que incansável não mediu esforços para preservar a pátria, cujo momento se mostrava muito conturbado.

O orador leva-nos ainda a pensar, através de sua linguagem, que os dias da fundação, vinculados ao nascimento, foram marcados pela incerteza porque nascemos sem a consciência dos fatos, ao passo que os dias da salvação, relacionados à preservação, são assegurados pela evidência a que se chegava dos fatos sobre a conjuração. A lembrança de Rômulo serve, pois, para valorizar a imagem do orador que, mediante o cumprimento de sua missão, tornar-se-ia também digno de honra junto ao povo e aos seus descendentes.

Além do mais o *exemplum* aponta, de acordo com Stierle (1972), para a questão moral, pois o orador age impulsionado pela *pietas*, demonstra preocupação e cuidado com a família, com os concidadãos e com a pátria, reconhecendo que suas ações só são possíveis pelo auxílio dos deuses imortais.

Na sequência do discurso, o orador compõe uma descrição minuciosa da acusação, patenteando desde a saída de Catilina de Roma, a permanência dos cúmplices na cidade até a descoberta das cartas. Nesse sentido, ele se mostra *pius*, já que rogava o auxílio dos deuses, e ainda zeloso e vigilante, na intenção de que todo o plano da conjuração ficasse claro não somente para si, mas para o senado e também para o povo.

Depois de descobrir que os alóbrogos tinham sido convocados por Lêntulo para desencadear a guerra transalpina e o tumulto gaulês e, que esses levavam cartas para Catilina, Cícero deparou-se com a ocasião propícia para agir. Então, ele convocou homens ilustres (pretos) de sua confiança (L. Flaco e C. Pomptino), para o ataque na ponte Múlvia, e passada quase a terceira vigília, os pretos capturaram os prisioneiros com as cartas reconhecidas pelo sinete<sup>48</sup>. Adquiridas as provas concretas, os conspiradores (Cimbro Gabínio, Lúcio Estatílio, Caio Cétego e Lêntulo) foram chamados por Cícero e, em seguida, levados ao interrogatório no senado.

Após a inquirição e a confissão de Voltúrcio sobre toda a trama, incluindo os incêndios

---

<sup>48</sup> Um tipo de sinal, presente nas cartas, que identificou os inimigos e retirou deles a confissão da insurreição liderada por Catilina.

e as infinitas mortandades de cidadãos, foi a vez de serem interrogados os gauleses. É, diante desse contexto, que destacamos outro *exemplum*:

*Introducti autem Galli ius iurandum sibi et litteras a P. Lentulo, Cethego, Statilio ad suam gentem datas esse dixerunt, atque ita sibi ab his et a L. Cassio esse praescriptum ut equitatum in Italiam quam primum mitterent: pedestris sibi copias non defuturas; Lentulum autem sibi confirmasse ex fatis Sibyllinis haruspicumque responsis se esse tertium illum. Cornelium ad quem regnum huius urbis atque imperium peruenire esset necesse; Cinnam ante se et Sullam fuisse; eundemque dixisse fatalem hunc annum esse ad interitum huius urbis atque imperi, qui esset annus decimus post uirginum absolutionem, post Capitoli autem incesionem uicensimus<sup>49</sup> (IV, 9).*

Este excerto, encontrado na narração do discurso, apresenta a interrogação feita aos gauleses. Durante o questionamento, os gauleses contam que suas ações se deram em função de uma ordem recebida por Lêntulo, Cétego, Estatílio e L. Cássio, comparsas de Catilina, sob a alegação de que eles deveriam conduzir as tropas rapidamente para a Itália, levando *ius iurandum* e *litteras* para a sua gente. Eles ainda confirmaram a declaração feita por Lêntulo de que ele seria o novo Cornélio, mediante a profecia *ex fatis Sibyllinis haruspicumque responsis*.

O *exemplum* remete à questão histórica em que se ressalta as figuras de Cina e de Sila, correlacionando-a com o momento presente, dada a similitude de suas ações funestas realizadas contra a república. Sobre Lêntulo, sabemos que ele foi pretor (75 a.C) e cônsul (71 a.C.), mas depois de ter sido expulso do senado por imoralidade (70 a. C.), uniu-se a Catilina. Ao acreditar na profecia das sibilas, cuja mensagem confirmava que três *Cornelii* seriam governantes de Roma, Lêntulo dizia ser ele o terceiro Cornélio, ou seja, o verdadeiro sucessor de Lúcio Cornélio Cina e Lúcio Cornélio Cina. Com a saída de Catilina de Roma, Lêntulo assumiu o lugar dele como o líder dos conspiradores na cidade.

Cina, político romano (séc. I a. C.), de família patricia, pertenceu ao partido dos populares, sendo aliado de Caio Mário e inimigo de Sila. Foi pretor na Guerra Social, depois

---

<sup>49</sup> Mas, introduzidos, os gauleses disseram que por P. Lêntulo, Cétego e Estatílio lhes tinham sido dadas cartas e juramento para a sua gente, e lhes tinha sido ordenado por estes e por L. Cássio, de modo que enviassem a cavalaria para a Itália o mais depressa possível; que as tropas de infantaria não lhes faltariam; que Lêntulo, porém lhes tinha confirmado dos oráculos Sibílicos e das respostas dos harúspices que ele era aquele terceiro Cornélio, para o qual era necessário que o reino desta cidade e império viessem; que Cina e Sila tinham sido antes dele; e que ele mesmo tinha dito que este ano era fatal para a destruição desta cidade e do império, o qual seria o décimo ano depois do perdão das virgens, e o vigésimo depois do incêndio do Capitólio.

da marcha de Sila sobre Roma, Cina, em meio a grande violência, deu um golpe de Estado com Mário e tornou-se líder dos populares, após a morte de seu parceiro. Foi cônsul quatro vezes seguidas, por esse motivo foi considerado um verdadeiro tirano. A respeito de Sila, já enfatizamos, no segundo discurso (único *exemplum*), acerca de sua atuação no cenário romano, cuja memória traz o período das ditaduras e das proscricções à lembrança dos romanos.

Nesse sentido, as ações de Lêntulo, Cétego, Estatílio e L. Cássio, por terem dado as cartas aos gauleses, cujo sinete evidenciava os criminosos, corroboram a traição atroz à pátria. A correlação com o recorte histórico se firma por contemplar também um momento de crise. Ao associar as profecias sibilinas a Lêntulo como o terceiro Córnelio, sucessor de Cina e Sila, o orador, através do *exemplum*, acentua a gravidade da situação para o povo, diante das previsões funestas e do grande temor, na intenção de conseguir a adesão do povo a sua causa.

No fim do *exemplum*, o orador amplifica a atmosfera catastrófica da profecia quando, através do *annus decimus post uirginum absolutionem*, alude ao processo de incesto em que, no ano de 73 a. C., Catilina foi acusado e levado à justiça por ter seduzido a vestal Fábica, irmã de Terência, logo cunhada de Cícero<sup>50</sup>. E por meio do *post Capitoli autem incesionem uicensimus*, verifica-se a menção a Sila que, após crer também numa profecia maléfica, cujo sinal teria sido dado pelos deuses com a queda de um raio no Capitólio, levando-o às chamas, no ano de 83.a. C., invadiu Roma, declarou-se ditador e provocou inúmeras mortes e destruições. Essas referências temporais, lançadas pelas profecias e ratificadas pela história, para a ruína da cidade, atestam o caráter nefasto de Catilina, de Lêntulo e de seus aliados, bem como indicam o que eles seriam capazes de fazer contra os concidadãos e a república.

Dessa forma, o *exemplum* remete ainda à degradação moral, cujas ações refletem a imagem do próprio conspirador e dos comparsas, já que eles desejavam a ruína do povo e da pátria. Neste contexto, a *pietas* é atacada, uma vez que essa virtude deve transmitir o sentimento de dever para com os deuses, com os pais e com a pátria. O agravo, para esse valor, faz-se presente na ação de Lêntulo que, conduzido por Catilina, teve a audácia de associar os males vindouros e a destruição de Roma à vontade dos deuses. Assim, o orador quer, por meio do *exemplum*, mesmo após a comprovação das cartas, reforçar ainda mais o retrato negativo de Catilina e sua rejeição e de seus cúmplices, no povo, haja vista que eles desejavam a devastação da pátria. Em contrapartida, Cícero se sobressai como o *pius* cônsul,

---

<sup>50</sup> Cf. SILVA, A. C. P. G. R. Breviário de uma campanha eleitoral: o *Commentariolum Petitionis* de Quinto Cícero, p. 12.

que dotado de compromisso e de responsabilidade para com o povo e com a pátria, trata de salvaguardá-la.

Dando prosseguimento ao discurso, o orador relata que não só obtivera a confissão dos conjurados com relação às cartas que foram entregues, mas também ficou patente a culpa de cada um deles por meio de suas respostas e da expressão de seus próprios semblantes. Diante de tal situação o senado condenou as ações dos chefes desse vergonhosa rebelião, sendo levados à custódia, dirigindo, em contrapartida, elogios à atuação do cônsul por sua eficiente ação. Depois de ter revelado ao povo esses acontecimentos, o orador se utiliza de um novo *exemplum* em que fica patente o seu agradecimento aos deuses imortais:

*Atque etiam supplicatio dis immortalibus pro singulari eorum merito meo nomine decreta est, quod mihi primum post hanc urbem conditam togato contigit, et his decreta uerbis est: 'Quod urbem incendiis, caede ciues, Italiam bello liberassem.' Quae supplicatio si cum ceteris supplicationibus conferatur, hoc interest, quod ceterae bene gesta, hac una conseruata re publica constituta est. Atque illud, quod faciendum primum fuit, factum atque transactum est. Nam P. Lentulus, quamquam patefactis indiciis, confessionibus suis, iudicio senatus, non modo praetoris ius, uerum etiam ciuis amiserat, tamen magistratu se abdicauit, ut, quae religio C. Mario, clarissimo uiro, non fuerat, quominus C. Glauciam, de quo nihil nominatim erat decretum, praetorem occideret, ea nos religione in priuato P. Lentulo puniendo liberaremur<sup>51</sup> (VI, 15).*

Na narração do discurso, o orador retrata sua singular atuação de cônsul, oferecendo uma ação de graças, incomparável a qualquer outra que se tenha realizado desde a fundação da cidade, em louvor aos deuses imortais, pois apenas esta foi celebrada pela salvação da república. O caráter religioso se faz presente nesta sequência, de forma enfática, através da repetição de *supplicatio*, cujo termo assinala o reconhecimento e o agradecimento do orador aos deuses imortais que o ajudaram a libertar a cidade de tão grandes males.

Em seguida, o orador remete à história romana, ao particularizar, no *exemplum*, a

---

<sup>51</sup> E, assim, uma ação de graças foi decretada em meu nome aos deuses imortais pelo mérito singular daqueles que me atingiu vestido de toga pela primeira vez depois de fundada esta cidade e foi decretada com estas palavras: "Porque eu tinha libertado a cidade dos incêndios, os cidadãos da matança, a Itália da guerra". Se esta ação de graças for comparada com as outras ações de graças, nisto difere, porque as outras foram celebradas, sendo a república bem gerida, esta foi a única constituída pela conservação da república. E porque aquilo houve de ser feito primeiro, foi feito e passou. De fato, P. Léntulo, embora descoberto pelas provas e por suas confissões, perdera pelo julgamento do senado não só o direito de pretor, mas também o de cidadão, ainda se demitiu da magistratura para que fôssemos libertados deste escrúpulo em punir P. Léntulo, em particular, escrúpulo que não houvera a C. Mário, homem ilustríssimo, para que não matasse C. Gláucia, pretor, do qual nada fora nominalmente decretado.

conduta de C. Mário em relação a C. Glúcia, já mencionada no primeiro discurso (segundo e terceiro *exempla*). Dessa forma, o orador versa sobre a ação do pretor P. Lêntulo, comparsa de Catilina, que perdeu os direitos de cidadão romano, depois de descobertas as provas da trama, e que engendraria ainda a merecida punição por seus atos perversos a ser decretada pelo senado.

Desse modo, o *exemplum* apresenta uma relação de semelhança, tendo em vista que tanto Lêntulo quanto Glúcia assumiram a pretura e não se mostraram dignos de seus cargos, agindo contra a instituição republicana. Todavia, a situação também sinaliza para uma comparação por contraste, dada a diferença das punições, resultantes das atitudes relativas aos cônsules. Enquanto Mário, no passado, condenou o pretor Glúcia, sem ter nada nominalmente decretado contra ele, já Cícero, no presente, aponta para a necessidade de uma punição exemplar contra Lêntulo que representa um mal maior para a república.

O orador, através da linguagem utilizada, sugere com o termo *religio* que, assim como Mário não havia hesitado em matar Glúcia, o mesmo deveria ser feito com Lêntulo, Catilina e demais cúmplices, já que todas as provas estavam reunidas e apresentadas para todos. Por isso, o orador contava com o apoio do povo à sua causa, justificando que a aplicação da pena de morte era necessária contra os indivíduos que tramaram os incêndios, as matanças e a destruição da república. Nesse sentido, o orador reforça a imagem negativa dos conspiradores, inferindo à degradação moral de Lêntulo, e por conseguinte, de Catilina e dos aliados que desejavam subverter a ordem pública.

Percebemos mais uma vez que o discurso, conforme nos aponta Stierle (1972), reporta para a questão moral. O *exemplum* reitera o valor da *pietas*, nas ações do orador. Cícero, após ter obtido êxito nas suas denúncias, mandou celebrar um ação de graças aos deuses, reconhecendo a grandeza e a intercessão deles, uma vez que livrou a cidade, os cidadãos e a Itália da devastação. E ainda sinaliza para a importância da *auctoritas* do senado, na figura de Mário, já que cabe ao cônsul a responsabilidade de gerir o Estado e preservar a integridade da república. Esse valor traça uma imagem positiva do orador que, dotado de autoridade, no cargo de cônsul, consegue provar a existência da conjuração e, ao mesmo tempo, obter ganhos políticos para a sua causa.

Prosseguindo no discurso, o orador relembra ao povo que o perigo para a cidade desapareceu com a saída de Catilina e, com a prisão de seus cúmplices. Embora não configure um *exemplum*, Cícero volta a traçar o retrato negativo do mentor da conjuração:



*Hunc ego hominem tam acrem, tam audacem, tam paratum, tam callidum, tam in scelere uigilantem, tam in perditis rebus diligentem, nisi ex domestiis insidiis in castrense latrocinium compulsem (dicam id quod sentio, Quirites), non facile hanc tantam moem mali a ceruicibus uestris depulsem*<sup>52</sup> (VII, 17).

O orador assegura que, se Catilina tivesse permanecido na cidade, a guerra civil teria sido inevitável, razão pela qual não se verifica a guerra, estando ele ausente. Isto porque o cônsul tratou de esclarecer a grandiosidade do plano, acentuando mais um vez ao povo o grande mal representado pelo conjurador.

Na sequência do discurso, Cícero relata que seus feitos foram providenciados pela vontade e pelo conselho dos deuses imortais, e mesmo os agoureiros, mediante os sinais vistos: o ardor do céu, o lançamento de raios e os terremotos, já pareciam prever a conjuração que ameaçava recair sobre a cidade. Mediante esses relatos, expomos mais um *exemplum*:

*Nam profecto memoria tenetis, Cotta et Torquato consulibus, compluris in Capitolio res de caelo esse percussas, cum et simulacra deorum depulsa sunt, et statuae ueterum hominum deiectae, et legum aera liquefacta, et tactus etiam ille, qui hanc urbem condidit, Romulus, quem inauratum in Capitolio paruum atque lactantem, uberibus lupinis inhiantem, fuisse meministis. Quo quidem tempore cum haruspices ex tota Etruria conuenissent, caedes atque incendia et legum interitum et bellum ciuile ac domesticum et totius urbis atque imperi occasum appropinquare dixerunt, nisi di immortales, omni ratione placati, suo numine prope fata ipsa flexissent*<sup>53</sup> (VIII, 19).

Na argumentação do discurso, percebemos que o orador reporta à história, resgatando a época conflitante do consulado de Cota e Torquato, em que nem mesmo Rômulo, fundador da cidade, foi poupado. O período histórico alude, de certa forma, ao início do problema desencadeado pela conjuração de Catilina, cujo foco centraliza-se nas lutas partidárias

<sup>52</sup> Se eu não tivesse repellido das armadilhas domésticas para o latrocínio castrense (darei isto porque percebo, ó romanos) este homem tão ativo, tão preparado, tão audacioso, tão astuto, tão vigilante no crime, tão diligente nas coisas perdidas, não teria fastado facilmente esta tão grande tempestade do mal das vossas cabeças.

<sup>53</sup> De fato, seguramente, tendes na memória que, sendo cônsules Cota e Torquato, muitas coisas no Capitólio foram atingidas do céu quando, não só as imagens dos deuses foram derrubadas, mas também as estátuas dos antigos homens destruídas e os bronzes das leis fundidos; e até aquele Rômulo que fundou esta cidade, do qual lembrais ter sido dourado no Capitólio, pequeno e mamando, sugando às tetas da loba, foi atingido. Certamente, nesse tempo, como os harúspices tivessem se reunido de toda a Etrúria, disseram que se aproximavam as mortes e os incêndios, e a ruína das leis, e a guerra civil e doméstica, e a queda de toda a cidade e do império, exceto se os deuses imortais, aplacados de todo modo, com a sua proteção tivessem mudado quase os próprios destinos.

ocorridas, no séc. I a.C, na república romana.

O relato histórico contempla o período que, após César ser eleito edil e Crasso, censor (ambos em 65 a. C), os candidatos democráticos ao consulado, P. Cornélio Sila (sobrinho do falecido ditador) e P. Autrônio Peto foram acusados pela compra dos eleitores. Como consequência, o senado agiu fervorosamente, invalidando a eleição. Em substituição, o senado elegeu duas personalidades de sua confiança Lúcio Aurélio Cota e Lúcio Mânlio Torquato. E assim foi provocado mais um motim em torno da dicotomia partidária romana (*optimates* e populares), já recorrente em outros momentos de Roma, com vista à disputa de poder.

O *exemplum* estabelece uma relação para sinalizar uma similitude ao contexto da conjuração, uma vez que Catilina também planejava os crimes e os incêndios para a república como outrora acontecera. E ainda aponta para uma comparação por contraste, quando verificamos que, no presente, o orador, enquanto cônsul, foi capaz de livrar a cidade de grandes atrocidades, mas, no passado, isto não se verificou. Nesse sentido, as destruições de outrora decorrentes dos conflitos não recairiam sobre a cidade, graças à proteção dos deuses e, porque não dizer a atuação do cônsul.

Assim, constatamos que, para além das questões políticas, a religiosidade tem maior influência em tempos difíceis. Mediante a linguagem utilizada pelo orador, notamos que o aspecto religioso encontra-se presente nos termos *haruspices* e *di immortales*. Faz-se uma referência à Etrúria, uma vez que é atribuída à localidade a origem, a prática e o ensinamento da arte dos harúspices. Estes estavam preocupados em desvendar o futuro e se faziam muito presentes no cotidiano dos romanos como uma forma de superstição, a fim de prever tanto coisas positivas quanto negativas. Nesse sentido, o *exemplum*, de certo modo reforça a situação catastrófica que ameaçava atingir a cidade no presente e reitera a profecia malévola, já mencionada anteriormente (segundo *exemplum*), para dar veracidade ao discurso em sua totalidade, aludindo à época do consulado de Cota e Torquato. Por outro lado, mostra-se importante a superioridade dos deuses imortais, cuja benevolência era capaz de modificar a sorte dos homens.

Dessa forma, retomamos a acentuada degradação dos tempos e dos valores no âmbito da insurreição de Catilina. A *res publica* é o conceito que melhor explicita este contexto, já que o *exemplum* evidencia que a instituição está ameaçada em todos os seus princípios. Essa virtude refere-se diretamente ao sistema político romano, apesar da dificuldade que há devido à sua vasta complexidade de definição, a *res publica* remete às leis e ao povo, próprias do

Estado Romano. Em oposição, Catilina e seus cúmplices, corrompidos pelos tempos e pelos costumes, comportavam-se contra as leis e contra o povo. Já Cícero se mostrava um vigoroso representante da *res publica* e fazia questão de enaltecê-la na tentativa de resgatar os valores dos antepassados em prol da ordem e do bem coletivo.

Dando sequência ao discurso, o orador expõe que, apesar das muitas previsões sobre as matanças e os incêndios, a cidade sempre contava com a proteção máxima de Júpiter. Desse modo, Cícero atribui-lhe a descoberta dos conspiradores e a salvação da cidade, razão pela qual o cônsul decreta a ação de graças em louvor aos deuses imortais. Em seguida, destacamos o último *exemplum*:

*Etenim recordamini, Quirites, omnis ciuilis dissensiones, non solum eas quas audistis, sed eas quas uosmet ipsi meministis atque uidistis. L. Sulla P. Sulpicium oppressit [eiecit ex urbe], C. Marium, custodem huius urbis, multosque fortis uiros partim eiecit ex ciuitate, partim interemit. Cn. Octavius consul armis expulit ex urbe conlegam; omnis hic locus aceruis corporum et ciuium sanguine redundauit. Superauit postea Cinna cum Mario; tum uero, clarissimis uiris interfectis, lumina ciuitatis extincta sunt. Vltus est huius uictoriae crudelitatem postea Sulla; ne dici quidem opus est quanta deminutione ciuium et quanta calamitate rei publicae. Dissensit M. Lepidus a clarissimo et fortissimo uiro, Q. Catulo attulit non tam ipsius interitus rei publicae luctum quam ceterorum*<sup>54</sup> (X, 24).

Na peroração do discurso, o excerto evoca o período de divergências internas civis romanas. O orador relembra o contexto pós-guerra social ou italiana, ocorrida entre os anos de 91 a 88 a.C, ou seja, ações temporais próximas às do contexto discursivo. Desse modo, constatamos mais uma vez o resgate histórico por meio do *exemplum* para estabelecer uma comparação à trama de Catilina.

Cícero dirige-se diretamente aos *Quirites* para mostrar os muitos problemas que outrora incidiram sobre a cidade. Para isso, o orador, através de sua linguagem, recorre à uma sequência de verbos, na segunda pessoa do plural: *recordamini*, *audistis*, *meministis* e *uidistis*. As ações presentes nestas formas verbais indicam uma gradação, a fim de reforçar as atitudes

<sup>54</sup> Na verdade, recordai, ó Romanos, todas as dissensões civis e não somente aquelas que ouvistes, mas também aquelas que vós próprios lembrastes e vistes. L. Sula aniquilou P. Sulpício, expulsou da cidade C. Mário, defensor desta cidade, e, em parte, expulsou muitos homens fortes da cidade e, em parte, os destruiu. O cônsul Cn. Otávio expulsou o colega da cidade com armas; todo este lugar acumulou com montes de corpos e com o sangue dos cidadãos. Em seguida, dominou Cina com Mário; então, com toda certeza, mortos os homens ilustríssimos, as luzes da cidade foram extintas. Depois Sila vingou a crueldade desta vitória, nem ao menos é preciso dizer com quão grande diminuição de cidadãos e com quão grande calamidade da república. M. Lépidio discordou de Q. Catulo, homem ilustríssimo e fortíssimo: a morte do próprio não trouxe à república um luto tão grande como dos outros.

(expulsão e destruição) que foram não somente lembradas, mas também vivenciadas no presente. Catilina já havia sido expulso, mas não destruído, logo orador mostrava a necessidade de uma ação que garantisse a ordem social. E ainda percebemos a sinestesia, figura que mescla sensações percebidas por diferentes órgãos do sentido em uma mesma expressão (*audistis, uidistis*). Logo era preciso restabelecer a ordem interna para garantir a instituição republicana, bem como impor uma pena sobre aqueles que desonraram e envergonharam a história de Roma.

Desse modo, o orador rememorou o contexto da guerra civil (88. a. C) entre Caio Mário (popular) e Sila (aristocracia). A situação resgata a atitude de Sila e sua vingança em relação a muitos homens ilustres inclusive contra P. Sulpício Rufo, tribuno da plebe, que conseguiu, na assembleia popular, transferir o comando da guerra no Oriente para Mário, outrora designado a Sila. Na verdade, Sila havia assumido o comando por ter se destacado como herói da última fase da guerra italiana, mas por manobras políticas, o cargo foi transferido a Mário, considerado herói popular e defensor de Roma contra os cimbros e teutões. Como consequência desse relato, Sila marchou contra Roma, Sulpício Rufo foi morto e Mário foi para o exílio na África, só retornando à cidade quando Sila partiu para o Oriente.

O orador remete ainda ao período em que Sila optou por deixar a Itália nas mãos dos adversários para combater a revolta de Mitridates. Em seguida, em Roma, foi desencadeada uma luta política entre os cônsules Cina (apoiente de Mário) e Cn. Octávio, embora tenha ocorrido uma terrível luta de rua, Cina não saiu da cidade (87 a.C). Após a morte de Cn. Octávio, Cina e Caio Mário foram eleitos cônsules (86 a.C). Com a morte de Caio Mário, logo no início de seu mandato, Cina dirigiu o Estado, mas, por ter desempenhado quatro vezes seguidas o consulado (87 a 84 a. C.), foi considerado um verdadeiro tirano, ainda que tenha tomado medidas de caráter democrático e de combate à crise econômica.

No fim do *exemplum*, Cícero reporta ainda para a figura do cônsul Marco Emílio Lépido, pai do triúmviro (78 a. C.), que primeiramente apoiou Caio Mário, mas depois tornou-se partidário de Sila. Quinto Lutácio Catulo (ex-colega de Mário) participou do consulado no mesmo ano. Diante das divergências partidárias, os cônsules Lépido (popular) e Q. Catulo (*optimates*) se enfrentaram e quase provocaram uma nova guerra em Roma.

O orador, através do *exemplum*, procura estabelecer uma relação de semelhança à trama de Catilina, enfatizando os muitos problemas de ordem interna que recaíam sobre a cidade e se consolidavam na história romana. E, ao mesmo tempo, alude para uma

comparação por contraste, uma vez que, a atuação de Cícero se mostrou crucial para que não se chegasse efetivamente à guerra civil. A oposição fica evidente, no passado, através dos episódios, cujo fim manchava a imagem da república pelo *ciuium sanguine* e, no presente, o cônsul havia livrado o povo dos crimes e da destruição, planejada por Catilina e por seus cúmplices.

Mediante os relatos históricos, percebemos que as fragilidades internas apontam para a degradação moral dos homens e dos tempos. Por isso, recorreremos novamente ao valor da *res publica*, uma vez que o *exemplum* marca o caos instaurado na república, em decorrência das lutas internas desencadeadas pela ambição de poder.

Através dos *exempla*, presentes nesse discurso, o orador procura conquistar a adesão do povo à sua causa, acentuando que as suas ações devem ser enaltecidas desde a fundação de Roma, uma vez que seu empenho se deu em função da conservação da república para o bem de todos. Busca um paralelo com os problemas do presente, ao sinalizar que em torno de um profecia, Lântulo, parceiro de Catilina, tramava a destruição da cidade. Os recortes históricos servem para relembrar as crises e as lutas internas vivenciadas, no passado, de Roma, e que, no presente, reincidiam nas ações dos revoltosos. Ao expor os problemas, Cícero atesta ainda mais a figura negativa de Catilina que, corrompido pelos tempos e pelos costumes, necessitava de uma punição, bem como os cúmplices de conjura. Comprova-se ainda uma afronta aos valores da *pietas*, da *auctoritas* e da *res publica*, sinalizada pela história e direcionada à figura dos conspiradores. Em contrapartida, o êxito do orador é atribuído não só à intervenção dos deuses imortais, mas também à própria atitude vigorosa do cônsul que age em favor do *mos maiorum* e da república para o bem coletivo e, assim, evidencia, no discurso, uma imagem positiva de si e de seu consulado.

#### 5.4. *Oratio quarta*

Após a descoberta das cartas, que constituem provas concretas da conjuração, e a confissão dos conjurados, Cícero profere o seu último discurso em 5 de dezembro do ano de 63 a. C, diante do senado, para que este se pronuncie a respeito da pena a ser imposta aos conjurados. Havia, dentre as alternativas, a escolha entre a pena de morte ou a prisão perpétua. A partir daí, o orador exorta o senado a decidir por uma sentença que não leve em conta os riscos para a vida do próprio cônsul, mas antes busque a melhor solução para a

salvação da pátria.

No exórdio do discurso, o orador pede aos senadores para depositarem sua confiança na benevolência dos deuses imortais, a fim de poderem preservar a vida deles e de seus filhos diante dos perigos iminentes, que assolam a república. De acordo com essa perspectiva, foram empreendidas as ações do cônsul, conforme se pode atestar em seu discurso: "(...) *dummodo meis laboribus uobis populoque Romano dignitas salusque pariatur*"<sup>55</sup> (I, 1).

Dando sequência ao discurso, Cícero relata as situações a que ele se submeteu:

*Ego multa tacui, multa pertuli, multa concessi, multa meo quodam dolore in uestro timore sanaui. Nunc, si hunc exitum consulatus mei di immortales esse uoluerunt, ut uos populumque Romanum ex caede miserrima, coniuges liberosque uestros uirginesque Vestales ex acerbissima uexatione, templa atque delubra, hanc pulcherrimam patriam omnium nostrum ex foedissima flamma, totam Italiam ex bello et uastitate eriperem, quaecumque mihi uni proponetur fortuna, subeatur. Etenim si P. Lentulus suum nomen, inductus a uatibus, fatale ad perniciem reipublicae fore putauit, cur ego non laeter meum consulatum ad salutem populi Romani prope fatalem exstitisse?* <sup>56</sup> (I, 2).

As ações verbais, empregadas na primeira pessoa, mostram uma gradação, cuja sequência evidencia que cônsul não mediu esforços para o bem de todos. Há ainda uma amplificação dos relatos, uma vez que o orador, ao retomar fatos já mencionados no terceiro discurso (segundo *exemplum*), na construção do seu discurso diante dos senadores, põe em evidência de forma mais eloquente fatos históricos que constituem fundamentos contundentes na estrutura da sua argumentação. Ao abordar a ameaça que pairava sobre os cidadãos e a cidade, Cícero, de forma enumerativa, menciona os riscos que correm os cidadãos (esposas, filhos, virgens vestais) e a própria cidade, com os incêndios (santuários, templos) e a destruição da pátria. Então o orador ressalta a importância de seu consulado e de todas as ações que realizou em favor da república, contrapondo-se à figura de Lêntulo, que induzido por previsões funestas, acreditava ser ele o terceiro Cornélio, cuja atuação viria a causar a destruição da pátria. Assim sendo, o orador finaliza essa sequência discursiva com uma

<sup>55</sup> (...) contanto que com os meus trabalhos seja alcançada a dignidade e a salvação para vós e para o povo romano.

<sup>56</sup> Eu calei muitas coisas, sofri muitas coisas, concedi muitas coisas, serei muitas coisas, existentes em vosso receio com meu próprio sofrimento. Agora, se os deuses imortais quiseram que o fim do meu consulado seja esse, que eu vos livre e o povo romano da morte misérrima, as esposas e vossos filhos e as virgens vestais de uma violência muito cruel, os templos e os santuários e esta formosíssima pátria de todos nós do incêndio mais terrível e toda a Itália da guerra e da devastação, qualquer que seja a sorte seja imposta a mim somente e por mim suportada. Com efeito, se P. Lêntulo, induzido pelos agoureiros, julgou que o seu nome estaria destinado para a desgraça da república, por que razão eu não me alegraria que o meu consulado existisse como que destinado para a salvação do povo romano?

pergunta retórica em que fica patente o contraste entre a figura de Lêntulo, destinada a perdição da república, e a do cônsul, como que predestinada a salvá-la.

Na sequência do discurso, o orador solicita que os cônsules ajam em favor do nome e da salvação do povo romano. Menciona que, se a morte recaísse sobre si, não teria sido motivo de vergonha, dados os seus esforços, uma vez que fez cumprir o seu dever de cônsul para a salvaguarda de todos. Nesse contexto, Cícero expõe o primeiro *exemplum*, remetendo a figuras históricas já mencionadas no primeiro discurso (primeiro, segundo e terceiro *exempla*), para enfatizar suas argumentações contra os conjurados:

*Quare, patres conscripti, incumbite ad salutem rei publicae; circumspicite omnis procellas, quae impendent, nisi prouidetis. Non T. Gracchus, quod iterum tribunus plebis fieri uoluit, non C. Gracchus, quod agrarios concitare conatus est, non L. Saturninus, quod C. Memmium occidit, in discrimen aliquod atque in uestrae seueritatis iudicium adducitur; tenentur ii, qui ad urbis incendium, ad uestram omnium caedem, ad Catilinam accipiendum, Romae restiterunt; tenentur litterae, signa, manus, denique uniuscuiusque confessio; sollicitantur Allobroges, seruitia excitantur; Catilina arcessitur; id est initum consilium, ut, interfectis omnibus, nemo ne ad deplorandum quidem populi Romani nomen atque ad lamentandam tanti imperi calamitatem relinquatur*<sup>57</sup> (II, 4).

Na proposição do discurso, Cícero exorta os *patres conscripti*, no sentido de alertá-los para as providências cabíveis e emergenciais em prol da salvação da república. O orador chama o senado à responsabilidade sobre a necessidade de uma punição a ser estabelecida contra os conjurados. Para tanto, ele retoma, nesse *exemplum*, os vultos históricos já mencionados no primeiro discurso, punidos com a morte, aludindo também, neste fragmento, às ações pelas quais foram prontamente condenados, o que, de certa forma, demonstra que, apesar das ações do presente apresentarem uma gravidade muito maior, não se verifica uma tomada de atitude premente por parte do senado com vista à aplicação de uma sentença decisiva, já que todas as provas tinham sido obtidas e atestadas sobre a insurreição, chefiada

---

<sup>57</sup> Por isso, ó senadores, aplicai-vos à salvação da república, olhai em torno todas as perturbações que a ameaçam se não tomardes providências. Nem T. Graco porque quis se tornar pela segunda vez tribuno da plebe, nem C. Graco porque tentou incitar os camponeses, nem L. Saturnino porque matou C. Mêmio é conduzido para alguma sentença e para algum julgamento de vossa severidade. Estão presos aqueles que permaneceram em Roma para o incêndio da cidade, para a matança de todos vós, para receberem Catilina. Estão retidas as cartas, os sinetes, as letras, enfim, a confissão de cada um. Os alóbrogos são aliciados, os escravos são incitados, Catilina é chamado. Este plano foi iniciado para que, tendo sido todos mortos, não se deixasse, na verdade, ninguém nem para deplorar, o nome do povo romano e nem para lamentar a calamidade de tão grande império.

por Catilina.

O orador, através de uma linguagem bastante enfática, dirige-se aos senadores, utilizando os imperativos *incumbite* e *circumspicite*, a fim de impulsionar uma atitude do senado, que dotado de autoridade, deveria decretar uma pena contra aqueles que tramaram a devastação da república. E para ressaltar a aquisição das provas, Cícero faz uso de uma enumeração: *litterae, signa, manus, denique uniuscuiusque confessio*, o que constitui o emprego de provas independentes, às quais se refere Aristóteles (s/d), em sua retórica, uma vez que também configuram elementos de suma importância na construção do discurso, porque favorecem a persuasão.

O *exemplum* reitera o contexto histórico das revoluções políticas e sociais em Roma, nas ações dos Gracos e de Saturnino<sup>58</sup> que se rebelaram contra a estrutura vigente do poder, buscando uma correlação com a conjuração no momento presente. Através da história, observamos que é possível perceber uma relação de semelhança, dada a situação crítica verificada no passado e a ocorrência de movimentos revoltosos no presente, devido às atitudes não apenas de Catilina, mas às de seus cúmplices. O orador, quando estabelece um paralelo entre as ações do presente e do passado, imprime nesta comparação uma gradação no seu grau de intensidade em que a situação presente se revela ainda muito mais grave do que o momento passado, daí a necessidade de uma sentença severa por parte do senado.

Cícero sinaliza outra vez para a questão dos valores romanos, conforme nos aponta Stierle (1972), uma vez que a referência histórica, contida no *exemplum*, aponta de forma veemente para a *auctoritas* de que se acha imbuído o senado. O esforço empreendido pelo cônsul deixa patente uma valorização do *labor*, no âmbito moral e político. O *labor* geralmente é relacionado ao trabalho com a terra (agricultor) por solicitar um maior esforço. Entretanto, esse valor não se restringe ao campo agrícola, uma vez que também pode atrelar outras atividades dignas e louváveis, como a medicina, a magistratura e outras. O contexto em questão privilegia a magistratura, isto é, a atuação do cônsul, cuja ação singular se empenhou a comprovar a trama de Catilina e a defender o povo romano, bem como a instituição republicana.

Dando sequência ao discurso, o orador salienta que Léntulo e demais cúmplices confessaram toda a trama e, por isso, já tinham sido julgados pelo senado e enviados à prisão.

---

<sup>58</sup> Saturnino é mencionado nesse *exemplum* para salientar seu envolvimento no contexto dos conflitos políticos em Roma, já que, por divergências partidárias, no ano 100 a. C., matou Caio Mêmio (tribuno da plebe em 111 a. C.).



O discurso reitera que tudo foi possível devido ao comportamento do cônsul que provou e capturou os traidores, sendo digno, pois, de uma ação de graças, nunca antes concedida a outro cidadão. Todavia, Cícero alude à premência do tempo no que se refere ao julgamento da pena decisiva, uma vez que o mal já havia ganhado proporções e ultrapassado as muralhas da cidade.

Em seguida, há um impasse sobre qual pena decretar. De um lado, é apresentada a primeira proposta de D. Silano (eleito cônsul), propondo a pena de morte aos conjurados: "(...) *atque hoc genus poenae saepe in improbos ciuis in hac re publica esse usurpatum recordatur*"<sup>59</sup> (IV, 7). Essa citação remete-nos aos *exempla* do primeiro discurso e possibilitam comprovar, através da história que as execuções sumárias (pena de morte) não constituíram, no passado, um ato de ilegalidade, de modo semelhante, se declarada como punição a pena de morte, no momento presente, não configuraria um ato ilícito, dada a gravidade dos crimes praticados. Do outro, a opinião de C. César (*pontifex maximus* e pretor urbano) que defendia a prisão perpétua: "*Vincula uero et ea sempiterna certe ad singularem poenam nefarii sceleris inuenta sunt*"<sup>60</sup> (IV, 7). A tese sustentada por César pautava-se na ideia de que a morte não havia sido instituída pelos deuses imortais por motivo de castigo, mas sim algo natural e um repouso decorrente dos trabalhos. Por isso, César preferia que fosse imputada uma punição com quaisquer outros suplícios, exceto a pena de morte. Muitos argumentos são ponderados acerca de ambas as penas, porém Cícero salienta que, para proveito da república, uma das sentenças deveria ser imediatamente escolhida e aplicada para vingar os perigos a que estiveram expostos os cidadãos.

O orador reconhece a dignidade e a seriedade da proposta de César, que tinha em mente a lei Semprônia, no entanto, ele contrapõe-se por considerar que, diante da gravidade da conjuração, tanto os que estavam detidos quanto Catilina deveriam ser vistos como inimigos, e não mais como cidadãos romanos. A sentença defendida por Silano, ou seja, a pena de morte, deveria ser aplicada aos traidores da pátria por ser um crime de extrema gravidade. Cícero inclina-se por essa sentença, pois o mau cidadão deveria ser punido com mais rigor do que o inimigo mais cruel.

Dando prosseguimento ao discurso, o orador, a cada passo com maior insistência, cobra do senado a responsabilidade de se pronunciar acerca da sentença. Para isso, Cícero,

---

<sup>59</sup> (...) e recorda que este gênero de pena tem sido empregado frequentemente contra os cidadãos maus.

<sup>60</sup> Na verdade, as prisões, estas sendo eternas certamente foram criadas para a pena singular de um crime nefasto.

através de sua linguagem, recorre a uma imagem antitética que contrapõe o apogeu da cidade de Roma à ruína premente, caso não haja uma atitude que a impeça: "*Videor enim mihi uidere hanc urbem, lucem orbis terrarum atque arcem omnium gentium, subito uno incendio concidentem; cerno animo sepulta in patria miseros atque insepultos aceruos ciuium*"<sup>61</sup> (VI, 11).

A linguagem, empregada pelo orador, apresenta grande tragicidade, através do *pathos*, e procura comover o senado, no sentido de tomar uma decisão acerca da sentença, conforme o seguinte excerto:

*Cum uero mihi proposui regnantem Lentulum, sicut ipse se ex fati sperasse confessus est, purpuratum esse huic Gabinium, cum exercitu uenisse Catilinam, tum lamentationem matrum familias, tum fugam uirginum atque puerorum ac uexationem uirginum Vestalium perhorresco; et, quia mihi uehementer haec uidentur misera atque miseranda, idcirco in eos, qui ea perficere uoluerunt, me seuerum uehementemque praebebo*<sup>62</sup> (VI,12).

Essa citação é bastante significativa porque o orador retoma o terceiro discurso (segundo *exemplum*), em que Lântulo, acreditando nos oráculos que previam ser ele o terceiro Cornélio, confessou que este seria o momento crucial para a devastação da pátria e para realizar essa ação tão horrenda, contaria com Gabínio e Catilina, o que mais uma vez corrobora a imagem negativa de Catilina. Ao aludir em seu discurso, ao citado *exemplum*, que por seu tom profético aponta para o futuro, ao contrário do que comumente ocorre em relação aos *exempla* históricos que remetem para o passado, o orador recupera em seu discurso as imagens caóticas, preconizadas pelas profecias, criando uma atmosfera catastrófica com o objetivo de aprofundar a sua argumentação e assim convencer o senado a agir prontamente.

Cícero dá sequência a seu discurso, remetendo a uma situação bem próxima ao contexto da trama e a correlaciona com outra para endossar a necessidade da pena capital, conforme se verifica no fragmento:

---

<sup>61</sup> Parece-me realmente ver esta cidade, luz do orbe das terras e cidadela de todas as nações, caindo subitamente num único incêndio; Na alma, percebo miseráveis e insepultos montes de corpos na pátria sepultada.

<sup>62</sup> Quando, porém pus diante dos meus olhos Lântulo a reinar, assim como ele próprio confessou que esperava dos oráculos, que Gabínio, revestido de púrpura estava junto dele, que Catilina chegou com um exército, então horrorizo-me com a lamentação das mães de família, então, as fugas das donzelas e das crianças, e o sofrimento das virgens vestais. E porque estas coisas me parecem grandemente miseráveis e dignas de comiseração, por esse motivo me mostro severo e veemente contra aqueles que quiseram executar esses crimes.

*Nisi uero cuipiam L. Caesar, uir fortissimus et amantissimus rei publicae, crudelior nudius tertius uisus est, cum sororis suae, feminae lectissimae, uirum, praesentem et audientem, uita priuandum esse dixit, cum auum suum iure iussu consulis interfectum filiumque eius impuberem, legatum a patre missum, in carcere necatum esse dixit. Quorum quod simile factum? quod initum delendae rei publicae consilium?*<sup>63</sup> (VI,13)

Neste excerto, constata-se mais uma alusão a Lêntulo, através da palavra *uirum*, tendo em vista que Cícero recorre ao testemunho de Lúcio Júlio César Estrabão<sup>64</sup>, que salientou diante de Lêntulo, seu próprio cunhado, que ele tinha de ser condenado à morte, reforçando assim a necessidade da pena capital contra Lêntulo. Há ainda uma outra alusão ao primeiro discurso (segundo *exemplum*), quando relembra, através do termo *auum suum*, a figura de M. Fúlvio Flaco (partidário de Caio Graco) e de seu filho que foi morto por L. Opímio, sendo que, no passado, o senado e o povo aprovaram a ação do cônsul. E, na conjuntura presente, o orador desejava obter a mesma sentença aos acusados, mediante o aval do senado e do povo, haja vista toda a comprovação da funesta rebelião desencadeada por Lêntulo, partidário de Catilina, e demais cúmplices, já detidos.

Cícero segue em seu percurso discursivo, enfatizando o caráter negativo de Lêntulo e, por consequência de Catilina, ao reafirmar a dimensão da subversão organizada contra as bases da república. Por isso, o orador relata aos senadores que era preciso antes demonstrar a severidade na punição contra os inimigos cruéis do que puni-los com brandura, pondo em risco a sobrevivência da própria pátria.

Diante das argumentações, manifestava-se certo receio de alguns senadores sobre a execução da sentença, já que havia uma alegação de que poderia ocorrer uma revolta popular. Todavia, o cônsul estava pronto para cumprir a sentença imposta pelo senado contra os conjurados. Assim, Cícero se mostrava confiante na decisão do senado e diligente em defender o povo romano, manter a instituição republicana e conservar o bem comum. Para isso, o orador distingue esta causa de qualquer outra, verificada desde a fundação da cidade, por unir em um único sentimento todos aqueles que desejavam a salvação da pátria, excetuando os conjurados que não deveriam ser compreendidos entre os maus cidadãos, mas,

---

<sup>63</sup> A não ser, verdadeiramente, que L. César, homem fortíssimo e amantíssimo da república, tenha parecido mais cruel a quem quer que seja, há três dias, quando disse que o marido de sua irmã, mulher distintíssima, estando ele presente e ouvindo, devia ser privado da vida, quando disse que seu avô tinha sido morto justamente por ordem do cônsul e que seu filho impúbere, mandado como embaixador por seu pai, tinha sido morto no cárcere. Que feito foi semelhante aos destes? Que plano foi concebido por eles para destruir a república?

<sup>64</sup> Era irmão de Júlia, esposa de Lêntulo, em segundas núpcias.

inseridos no número dos inimigos mais cruéis.

Cícero enaltece as várias classes dos cidadãos e relata obter deles o total apoio contra os inimigos; ele reitera a figura negativa de Lêntulo e conclama a autoridade do senado: "*Quae cum ita sint, patres conscripti, uobis populi Romani praesidia non desunt; uos ne populo Romano deesse uideamini prouidete*"<sup>65</sup> (VIII, 18). O orador expõe aos senadores que pode contar com o apoio do povo, impulsionando o senado a agir no sentido de condenar efetivamente os malfeitores.

Na sequência do discurso, encontra relevo a figura do cônsul, cuja conduta se mostrou implacável, sem temer os perigos, as ciladas e a própria morte, para a salvação e a conservação da ordem pública. Nesse contexto, o orador, assim como no primeiro discurso, faz uso da personificação da pátria, enquanto recurso retórico, para convencer o senado a tomar uma decisão que pudesse efetivamente salvá-la da ruína:

(...) *Obsessa facibus et telis impiae coniurationis, uobis supplex manus tendit patria communis; uobis se, uobis uitam omnium ciuium, uobis Arcem et Capitolium, uobis aras Penatium, uobis illum ignem Vestae sempiternum, uobis omnium deorum templa atque delubra, uobis muros atque urbis tecta commendat. Praeterea de uestra uita, de coniugum uestrarum atque liberorum anima, de fortunis omnium, de sedibus, de focus uestris hodierno die uobis iudicandum est*<sup>66</sup> (IX).

Através da repetição do pronome *uobis*, o orador atribui ao senado toda a responsabilidade do julgamento, uma vez que a conjuração punha em risco a integridade dos cidadãos, dos lares, da cidade, da república e de toda a pátria.

O discurso segue traçando um retrato positivo do cônsul, conforme se destaca:

*Habetis duces memorem uestri, oblitum sui, quae non semper facultas datur; habetis omnis ordines, omnis homines, uniuersum populum romanum, id quod in ciuili causa hodierno die primum uidemus, unum atque idem sentientem. Cogitate quantis laboribus fundatum imperium, quanta uirtute stabilitam libertatem, quanta deorum benignitate*

<sup>65</sup> E como estas coisas sejam assim, ó senadores, não vos faltam as escoltas do povo romano; Providenciai vós, para que não pareça que faltamos ao povo romano.

<sup>66</sup> (...) a pátria comum, cercada pelos fochos e pelas armas da ímpia conjuração, suplicante, vos estende as mãos, a vós ela se entrega, a vós entrega a vida de todos os cidadãos, a vós, a cidadela e o Capitólio, a vós, os altares dos deuses Penates, a vós, aquele fogo eterno de Vesta, a vós, os templos e os santuários de todos os deuses, a vós, as muralhas e os tetos da cidade. Além disso, deve ser julgado por vós no dia de hoje sobre a vossa vida, sobre a existência das vossas esposas e filhos, sobre os bens de todos, sobre as casas e sobre os vossos lares.

*auctas exaggeratasque fortunas una nox paene delerit*<sup>67</sup> (IX, 19).

Cícero, mediante seu discurso, procura sensibilizar o senado para a sentença, retomando a ideia de que sua atitude foi a de um verdadeiro chefe, cujas ações demonstraram primeiramente a preocupação e o compromisso do cônsul para com a república. E, após descobrir e expor o problema, conseguiu junto ao povo romano o respaldo à questão civil, dados os problemas que ameaçavam arruinar a cidade. Desse modo, o orador reforça um retrato positivo de si, que foi capaz de se expor aos perigos em favor da coletividade e, ao tratar de si, deixa evidente o que desejava aos conjurados: "(...) *Etenim mors, quam illi fortasse minitantur, omnibus est parata*,"<sup>68</sup> (X, 20). Assim, Cícero é bastante categórico acerca da pena que ele buscava junto ao senado para Lêntulo e demais presos. É, pois, neste contexto que extraímos o último *exemplum* do discurso, cujo teor volta-se à imagem do cônsul:

*Sit Scipio clarus ille, cuius consilio atque uirtute Hannibal in Africam redire atque Italia decedere coactus est; ornatur alter eximia laude Africanus, qui duas urbis huic imperio infestissimas, Carthaginem Numantiamque, deleuit, habeatur uir egregius Paulus ille, cuius currum rex potentissimus quondam et nobilissimus, Perses, honestauit; sit aeterna gloria Marius, qui bis Italiam obsidione et metu seruitutis liberauit; anteponatur omnibus Pompeius, cuius res gestae atque uirtutes isdem, quibus solis cursus, regionibus ac terminis continentur; erit profecto inter horum laudes aliquid loci nostrae gloriae, nisi forte maius est patefacere nobis prouincias quo exire possimus, quam curare ut etiam illi qui absunt habeant quo uictores reuertantur*<sup>69</sup> (X, 21).

O trecho, atestado na argumentação do discurso, alude a ilustres figuras históricas,

---

<sup>67</sup> Tendês um chefe lembrado de vós, esquecido de si, faculdade que nem sempre é dada; tendês todas as ordens, todos os homens, o povo romano inteiro, sentindo uma só e a mesma coisa, isto porque nos vemos sobre a causa civil pela primeira vez no dia de hoje. Pensai que uma única noite quase destruiu um império fundado com tantos trabalhos, a liberdade estabelecida com quão grande virtude, riquezas acrescentadas e amontoadas com quão grande benignidade dos deuses.

<sup>68</sup> Com efeito, a morte, de que eles talvez me ameacem, está preparada para todos.

<sup>69</sup> Seja notável aquele Cipião, com a virtude e com o conselho do qual Aníbal foi coagido a voltar para a África e a retirar-se da Itália; seja ornado de exímio louvor outro Africano, que destruiu duas cidades muito hostis deste império, Cartago e Numância; seja considerado egrégio varão aquele Paulo, cujo carro honrou outrora o poderosíssimo e nobilíssimo rei Perses; que permaneça Mário em eterna glória o qual por duas vezes libertou a Itália do bloqueio e do medo da servidão; anteponha-se a todos Pompeu, cujos feitos e virtudes estão contidos nos mesmos territórios e nos mesmos limites em que está contido o curso do sol. Haverá seguramente entre os louvores destes algum lugar para nossa glória, a não ser que, por acaso, seja mais importante para nós abrir províncias para onde possamos sair, do que cuidar para que também aqueles que estão afastados, tenham para onde regressarem vitoriosos.

algumas já citadas anteriormente, mas numa perspectiva um tanto quanto diferente, a partir do momento em que elas aparecem por meio de seus feitos heroicos. O orador destaca as suas ações, no presente, correlacionando-as com as atuações, no passado, de Cipião, do outro Africano, de Paulo, de Mário, de Pompeu e insere a ideia de manter semelhante glória, na história romana, por ter salvaguardado a pátria dos males iminentes, desencadeados pela conspiração de Catilina.

Dadas as alusões históricas, vemos que Cipião é o primeiro a ser citado no *exemplum*. O orador recorda a figura do Africano - *Publius Cornelius Scipio Africanus Maior* - (236 -184 a. C), o mais notável representante da família dos Cipiões que derrotou Aníbal em Zama em 202 a. C.. Roma concedeu-lhe o triunfo e o cognome de “Africano” em 201 a. C.. De acordo com Rostovtzeff, apresentamos um recorte sobre a conquista do Africano no contexto dos conflitos entre Roma e Cartago:

(...) O sucesso seguiu-se ao fracasso também na Espanha, quando o gênio jovem Públio Cornélio Cipião foi elevado ao comando do exército espanhol. Nessas condições, era evidente a Aníbal que a situação só poderia ser salva por novas e decisivas vitórias. Sua força, porém, não bastava para isso. Cartago, esperando a todo momento uma invasão romana da Sicília, não o podia ajudar – restava apenas a Espanha. Chamou, às pressas, seu irmão Asdrúbal com a maior parte do exército que tinha ali. Asdrúbal conseguiu atingir a Itália, mas não pode fazer junção com as forças de seu irmão: foi enfrentado em Metauro por um exército romano que o derrotou completamente numa batalha decisiva, em 207 a. C. (...) A guerra na África, tendo Cipião como general, começou em 204 a. C., e terminou após uma série de operações, com a batalha de Zama, dois anos depois: Aníbal sofreu ali sua primeira derrota (1977: 65-66).

Cícero menciona a figura ilustre do outro Cipião, o Emiliano - *Publio Cornelius Scipio Aemilianus Africanus Numantinus* (185 – 129 a. C.), chamado às vezes de Africano Menor (para diferenciá-lo do vencedor de Aníbal, o Africano Maior). Foi eleito cônsul em (147 a. C.) e encarregado do comando contra Cartago, destruiu-a completamente, pondo fim à Terceira Guerra Púnica. E ainda restou-lhe o comando da Espanha, onde restaurou e sitiou Numância (133 a. C.). Portanto, Emiliano foi reconhecido por Roma, após seus inúmeros avanços militares, sobretudo, depois de conquistar Cartago e Numância.

O orador contempla episódios ocorridos durante o século II a. C. entre Roma, o Oriente Helênico e Cartago. Outro homem a ser lembrado foi o general Emílio Paulo - *Lucius*

*Aemilius Paullus Macedonicus* (230 – 160 a.C), que assumiu o comando do exército romano, na Guerra Macedônica, derrotando Perseu, rei da Macedônia, na Batalha de Pidna em 168 a.C.. Em síntese, constatamos que, após a batalha, o antigo e glorioso reino da Macedônia chegou ao fim, e foi submetido ao poderio romano.

Caio Mário - *Caius Marius* (157 – 86 a. C.), político e general romano, já recorrente em outros discursos: no primeiro (segundo *exemplum*) e no terceiro (terceiro *exemplum*) é mencionado por ter participado de inúmeras batalhas importantes para Roma, sobretudo, depois de sua vitória contra os cimbros e os teutões.

Ainda é enaltecida a figura de Pompeu - *Cnaeus Pompeius Magnus* (106 – 48 a.C.) estrategista e habilidoso general, que permaneceu longos anos à frente dos exércitos romanos. Pompeu dominou muitos países e contribuiu à ampliação do poderio romano. A glória militar do general o tornou muito popular e suas conquistas se reverteram em terras, escravos, bens e novas rotas comerciais que geraram riqueza e prosperidade para os cidadãos romanos. Inclusive, no ano de 63 a.C., ele obteve muitos triunfos no Oriente, mas não resistiu à figura de Júlio César.

A análise desse *exemplum* possibilita uma relação de semelhança entre os feitos desses homens ilustres da história e as ações desempenhadas pelo cônsul. Entretanto, nota-se uma diferença entre as façanhas dessas personalidades e a missão do cônsul, uma vez que eles se empenharam em expandir as fronteiras do império, enquanto o cônsul procura com todos os seus esforços, salvar da ruína a própria pátria, ameaçada pelos maus cidadãos. Assim sendo, Cícero evidencia, por um lado, a virtude que conduziu os antigos ao reconhecimento de todos, ou seja, a glória e, por outro, ressalta a importância de sua missão, que uma vez cumprida lhe concederá as honras.

Cícero, no desfecho do discurso, relata que todas as suas ações foram diligenciadas em favor do povo romano, uma vez que primou pelo bem comum e pela república, por isso, a imagem do cônsul deveria ser resguardada na memória coletiva como triunfo de sua atitude e de seu consulado. Sendo assim, Cícero encerra em si o seu apreço aos valores morais, revelando-se um primoroso cônsul que comunga dos ideais do senado e jamais hesita segui-las para o bem da ordem pública.

Os *exempla*, expostos nesse discurso, mostram-se relevantes, uma vez que o orador alude a situações mencionadas anteriormente, justapondo, em última instância, os argumentos para sensibilizar e persuadir o senado acerca da sentença a ser decretada contra os conjurados.

Para isso, Cícero reitera, através dos *exempla*, ações de revoltosos punidos, no passado, prontamente, por ilustres homens com a pena capital e deixa patente a necessidade de que semelhante atitude do senado seja tomada, no presente, impondo a sentença contra os conjurados que ameaçavam a república com muito maior gravidade. Nesse sentido, destacam-se a *auctoritas* de que se acha imbuído o senado e o *labor* relativo ao empenho e aos esforços do cônsul, cuja missão destina-se a salvar a república. Diante do impasse sobre a pena a ser decretada, Cícero aprecia as propostas de D. Silano (pena de morte) e de C. César (prisão perpétua). O cônsul se opõe a esta última, argumentando, que castigos mais severos deveriam ser aplicados para os maus cidadãos do que aos inimigos mais cruéis. Em sua argumentação, o orador resgata o *exemplum*, já mencionado no terceiro discurso, relativo à figura de Lêntulo, comparsa de Catilina, em que ele acreditava, segundo os auspícios, ser “o terceiro Cornélio” e julgava ser o momento em que se concretizaria a profecia; neste discurso, ele acrescenta o testemunho de L. César que, diante do próprio Lêntulo, seu cunhado, considerou que ele deveria ser condenado com a pena de morte. Cícero, desse modo, salienta o caráter negativo de Lêntulo e, por consequência, dos demais cúmplices e, sobretudo, de Catilina, o chefe da trama. Em contrapartida, o orador, ao recordar os feitos de homens ilustres que obtiveram do povo o reconhecimento por conquistas externas, procura associá-los às ações do cônsul, cuja missão está vinculada à salvação da pátria, e assim como ilustres generais que se notabilizaram pelas grandes conquistas de Roma foram merecedores de eterna glória, assim também a dedicação e o zelo com que o cônsul se empenhou em defesa da república contra os conspiradores que queriam aniquilá-la, contribuem para uma valorização da imagem do cônsul que, uma vez realizado o seu intento, poderá contar com o reconhecimento do povo que o cumulará de honras para sempre.



## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudiosos apontam que a conspiração de Catilina pode ser considerada um dos grandes momentos em que se acentuou a rivalidade entre os *optimates* e os populares, cujos conflitos representam as disputas de poder que recaíram sobre Roma, fragilizando o regime republicano. É, neste contexto, que Cícero, então cônsul, compõe os discursos que integram as *Catilinárias*, obra de teor deliberativo, cujas questões demonstram uma preocupação em relação ao futuro, no que diz respeito à ordem pública, à integridade dos cidadãos, enfim, à salvação da própria pátria.

Ao longo dos discursos, o orador utiliza os *exempla*, de natureza histórica, como prova discursiva, estabelecendo um paralelo entre a situação passada e a situação presente num processo em que as ações do passado se correlacionam com as do tempo presente, ou seja, do tempo relativo a seu consulado. Embora as comparações estejam relacionadas entre as partes, envolvem o contexto da obra como um todo, cuja finalidade se destina a persuadir os ouvintes em favor de sua causa.

Nesta análise da obra, verificamos a importância dos *exempla* históricos como recursos retóricos na estruturação dos discursos que a compõem. Constata-se que a obra é organizada em quatro discursos e apresenta uma estrutura simétrica em que dois discursos são dirigidos ao senado e dois ao povo. Assim, observamos que há também um equilíbrio no emprego dos *exempla*, conforme se atesta em nosso estudo que aponta para seis nos discursos direcionados ao senado, e igual número de *exempla* nos discursos destinados ao povo.

No primeiro discurso, o orador utiliza-se de quatro *exempla*, recorrendo a fatos históricos em que se percebe uma similitude entre as ações dos revoltosos de outrora e as atitudes dos conspiradores, no momento presente, vinculados a movimentos de caráter social, que, uma vez deflagrados, puseram em risco a ordem pública. Nesses *exempla* ainda se atesta um contraste em relação à atitude do senado e dos cônsules do passado que, diante de uma ameaça menos grave para a república, agiram com presteza para evitar o caos, o que não se verifica no momento presente, diante da ameaça de Catilina que põe em risco a própria sobrevivência da república. O orador, com base nos *exempla* históricos, induz o senado a agir de acordo com a *uirtus* e com a *auctoritas*, demonstrando a necessidade premente de uma punição contra Catilina. Já o último *exemplum* do discurso alude ao mito da fundação de Roma, evocando a figura de Rômulo que, desde os primórdios, instituiu Júpiter como guardião da cidade, e a quem o cônsul, em atitude suplicante, pede auxílio para a solução da

crise, revelando assim o seu respeito à *pietas* que tão profundamente marca a religiosidade do povo romano.

O segundo discurso é direcionado ao povo e possui apenas um *exemplum*, cujo preâmbulo já aponta para a malévola figura de Catilina. É nesse discurso que Cícero apresenta de forma gradual e mais enfática a figura de Catilina, cujo retrato ganha grandes proporções, principalmente a partir da descrição dos perfis de seus comparsas, homens desqualificados moralmente, o que acentua o caráter negativo do conspirador. Neste *exemplum*, o orador menciona a figura de Sila ao qual se vincula Mânlio, cúmplice de Catilina na cidade, estabelecendo assim um forte elo entre o passado e o presente, através do recurso de teor histórico, cuja função aponta de forma comprobatória para o risco de se repetir no presente as experiências nefastas do passado. Fica assim evidenciado o contraste entre Sila, Mânlio e Catilina de um lado, e Cícero do outro, cujo objetivo é levar o povo a aderir a causa do cônsul.

No terceiro discurso, o orador dirige-se novamente ao povo, já de posse das provas concretas (cartas), e utiliza cinco *exempla* para obter do povo o apoio a sua causa. Num primeiro momento, o orador, ao trazer novamente à memória a figura de Rômulo, fundador de Roma, e relacioná-la ao cônsul, engrandece suas ações realizadas em prol da república, agindo como um verdadeiro salvador da pátria. Num outro momento, Cícero faz referência a Lêntulo que, induzido por uma profecia, acreditou ser ele “o terceiro Cornélio”, sucedendo a Cina e Sila, e considerava ser esse o tempo em que se concretizariam as previsões para a devastação da cidade. Esta imagem catastrófica se consolida, através dos *exempla*, ao longo deste discurso, pelos fatos históricos, cuja lembrança remonta às dissensões e aos conflitos internos vivenciados, no passado, de Roma, e que, no presente, assombravam reincidir na cidade de forma ainda mais intensa. É, pois, nesse contexto, que o orador prossegue delineando, de um lado, o retrato funesto de Catilina e, do outro, a imagem positiva cônsul, cuja conduta evidencia o seu comprometimento com a *res publica*.

O quarto discurso é enfático e decisivo, já que, patenteadas todas as provas, e diante da gravidade da insurreição, o orador dirige-se ao senado e exige a aplicação de uma sentença aos conjurados. Cícero, através dos *exempla*, reitera a importância da história, que permite uma reflexão mais profunda acerca de situações vivenciadas no presente, com as quais é possível estabelecer um paralelo entre as decisões tomadas no passado e as que devem ser tomadas no presente. A partir dos fatos históricos mencionados no discurso, percebe-se, de um

lado, uma ênfase em relação à *auctoritas*, atribuição própria do senado, a quem cabe a decisão sobre a pena e, de outro, alude a homens ilustres do passado por seus feitos gloriosos, dignos de admiração das gerações futuras, aos quais o cônsul visa assemelhar-se, obtendo também para si, uma vez cumprida a sua missão, a *gloria* da posteridade.

Os *exempla*, nas *Catilinárias*, funcionam como recursos persuasivos, cuja aplicação se constrói em um processo sequencial e complementar para conferir veracidade aos fatos. Nos discursos dirigidos ao senado, os *exempla* acentuam o contraste entre as ações de homens ilustres do passado e a falta de atitude de homens dessa mesma estirpe no presente, o que impulsiona o cônsul a cobrar, no momento presente, a *auctoritas* do senado e dos cônsules, objetivando a imposição de uma pena implacável aos conjurados, uma vez que o delito era muito mais grave e comprometia as bases da república. Já, nos discursos dirigidos ao povo, os *exempla* pautam-se por uma similitude com base na história que comprova a relação de Cina e Sila a Mânlio, Lântulo e Catilina, os conspiradores que ameaçavam a sobrevivência da república. Além disso, há uma alusão a profecia de Lântulo, o que fazia recear o povo o retorno dos tempos tenebrosos de Cina e Sila. Por fim, os *exempla* circunscrevem ainda as questões morais e se encarregam, de um lado, de compor o retrato negativo de Catilina, e, do outro, de valorizar a imagem do cônsul.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**AMBRÓSIO**, Renato. *Cícero e a História*. Revista de História 147, p. 09- 31, 2002.

**ARANHA**, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil*. - 3 ed. - rev. e ampl. - São Paulo: Moderna, 2006.

**ARIÈS**, Philippe. *O tempo da história*. / Philippe Ariès; tradução Roberto Leal Ferreira. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1989.

**ARISTÓTELES**. *Arte Retórica e Arte Poética*. Trad. de Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

\_\_\_\_\_. *Retórica*. In: Obras Completas de Aristóteles. Coordenação: Antônio Pedro Mesquita. - 2ª Ed. revista - Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2005.

**BALSDON**, J. P. V. D. *O mundo romano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

**BELLENGER**, L. *A persuasão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

**BERGSON**, Henri. *Matéria e memória: Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. Trad.: Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Memória e vida*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

**BRANDÃO**, Roberto de Oliveira. *As figuras de linguagem*. São Paulo: Ediora Ática, 1989.

**CARDOSO JUNIOR**, Hélio Rebello. *Enredos de Clío: pensar e escrever a história com Paul Veyne*. - São Paulo: Editora UNESP, 2003.

**CHARTIER**, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. - Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

**CITELLI**, Adilson. *Linguagem e Persuasão*. - 8ª ed. - São Paulo: Editora Ática, 1994.

**CÍCERO**. *Orações*. Trad. Pe. Antônio Joaquim. Rio de Janeiro: Ediouro, 1970.

\_\_\_\_\_. *Retórica a Herênio*. São Paulo: Hedra, 2005.

\_\_\_\_\_. *Os deveres*. Título original: *De officiis*. Tradução: Luiz Feracine. Coleção Grandes obras do Pensamento Universal. Rio de Janeiro: Editora Escala, s/d.

**CICÉRON**. *Catilinaires*. Texte établi par Henri Bornecque et traduit para Édourd Bailly. Dixieme Tirage. Paris: Les Belles Lettres, 1985.

**CARVALHO**, Durval Moraes. *Oratória e Comunicação Humana*. São Paulo: Comércio e Importação de Livros CILSA, 1967.

**CLAUSEN**, W.V. ; **KENNEY**, E. J.. *Historia de la Literatura Clásica II: Literatura Latina*. Versión espanhola de Elena Bombín. Madrid: Editorial Gredos, s/d.

**COLLINGWOOD**, R. G. *A ideia de história*. Tradução de Alberto Freire. Lisboa: Editorial Presença, s/d.

**COMMELIN**, P. *Nova Mitologia grega e romana*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1997.

**DOSSE**, François. *A história*. Tradução Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

**DUBY**, Georges ; **ARIÈS**, Phillipe. *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

**FAIRCLOUGH**, Norman. *Discurso e mudança social*. - Norman Fairclough; Izabel Magalhães, coordenadora da tradução, revisão técnica e prefácio. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

**FARIA**, Ernesto. *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.

**FINLEY**, M. I. *Uso e abuso da história*. - Tradução: Marylene Pinto Michael - São Paulo: Martins Fontes, 1989.

**GARRAFONI**, Renata Senna. *Bandidos e salteadores na Roma antiga*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

**GIORDANI**, Mário Curtis. *História de Roma*. 11ª edição, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1991.

**GONÇALVES**, Maximiano Augusto. *Tradução das Catilinárias de Cícero*. 7ª Edição, Rio de Janeiro: São José, 1964.

**GRIMAL**, Pierre. *Cicéron*. Deuxième édition corrigée. Paris: Les Belles Lettres, s/d.

**GUDEMAN**, Alfred. *Historia de la literatura latina*. 3ª edición, Barcelona: Labor, 1942.

**HALBWACHS**, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

**HARTOG**, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira com colaboração Jaime A. Clausen. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

**KURI**, Marino. *Cato Maior seu de senectute: Catão, o velho ou o diálogo sobre a velhice*. / Marino Kuri. - Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

**LAUSBERG**, H. *Elementos de retórica literária*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

**LE GOFF**, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas,

SP Editora da UNICAMP, 1990.

**MAGNE**, Augusto. *Antologia Latina*. 3ª ed. São Paulo: Anchieta, 1946.

**MANOSSO**, Radamés. *Elementos de Retórica*. Ebooks Brasil: Rocket Edition, 1999.

**MARINCOLA**, John. *Greek and Roman Historiography*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

**MARMORALE**, Enzo. *História da literatura latina*. Trad.. João Bartolomeu Júnior. Lisboa: Estúdios Cor, 1974.

**MARTIN**, René ; **GAILLARD**, Jacques. *Les genres littéraires à Rome*. Paris: Éditions Nathan, 1990.

**MOSCA**, Linede do Lago Salvador (org). *Retóricas de ontem e de hoje*. São Paulo: Humanitas, 2001.

**PARATORE**, Ettore. *História da Literatura Latina*. Tradução de Manuel Losa, S. J.. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

**PEREIRA**, Maria Helena da Rocha. *Estudos de História e Cultura Clássica*. v. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

**PERELMAN**, C. e **OLBRECHTS - TYTECA**, L. *Tratado de la Argumentación. La Nueva Retórica*. Tradución Española de Julia Sevilla Muñoz. Madrid: Editorial Gredos, 1989.

**PLUTARCO**. *Vida de Tibério Graco*. In: *Vidas Paralelas*. Tradução de Gilson César Cardoso. Rio de Janeiro: Paumape, 1992.

**REBOUL**, Olivier. *Introdução à Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

**ROSTOVITZ**, M. *História de Roma*. Trad. Waltensir Dutra. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar

Editores, 1977.

**SILVA**, A. C. P. G. R. *Breviário de uma campanha eleitoral: o Commentariolum Petitionis de Quinto Cícero*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. 2010.

**SILVEIRA**, Laura Ribeiro. *O retrato de Catilina em Salústio*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Letras. 2003.

**STIERLE**, Karlheinz. *L'Histoire comme Exemple, l'Exemple comme Histoire*. In: Poétique, 10, p. 176-198, 1972.

**STOCKTON**, David. *Cicero: A Political Biography*. New York: Oxford University Press, 1986.

**TEIXEIRA**, F. C.. *Uma construção de fatos e palavras: Cícero e a concepção retórica da história*. In: Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 24, nº 40: p.551-568, jul/dez 2008.

**VERBO**, Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. Editora séc. XXI. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 1998.

**ZEHNACKER**, H. ; **FREDOUILLE**, J.C. *Littérature Latine*. Paris: Quadrige, 2005.